



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

MARIANA DO CARMO MAROLA MARQUES

**REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE CAMPINAS:
DESAFIOS À LAICIDADE.**

CAMPINAS

2020

MARIANA DO CARMO MAROLA MARQUES

**REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE CAMPINAS:
DESAFIOS À LAICIDADE.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Educação, na Área de Concentração Educação.

Orientadora: Agueda Bernardete Bittencourt

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA DO
CARMO MAROLA MARQUES, E
ORIENTADA PELA PROFA. DR(A).
AGUEDA BERNARDETE BITTENCORT.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

M348r Marques, Mariana do Carmo Marola, 1992-
Rede municipal de educação infantil de Campinas : desafios à laicidade /
Mariana do Carmo Marola Marques. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Agueda Bernardete Bittencourt.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Educação infantil - Campinas (SP). 2. Projeto Nave-Mãe. 3. Assistência
social. 4. Religião. I. Bittencourt, Agueda Bernardete, 1950-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Titulo em outro idioma: Municipal child education network of Campinas : challenges of
secularism

Palavras-chave em inglês:

Child education - Campinas (SP)

Nave-Mãe project

Social assistance

Religion

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Agueda Bernardete Bittencourt [Orientador]

Ana Luiza Bustamante Smolka

Guilherme Ramalho Arduini

Data de defesa: 17-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5513-8843>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8467401310365037>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE CAMPINAS:
DESAFIOS À LAICIDADE.**

Autora: Mariana do Carmo Marola Marques

COMISSÃO JULGADORA:

Agueda Bernardete Bittencourt [Orientadora]

Ana Luiza Bustamante Smolka

Guilherme Ramalho Arduini

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2020

**PARA MINHA MÃE
GISLAINE,**

**PARA ROBERTO,
CLEYTON, ARIANE,
DIOGO E CAIO
MINHA FAMÍLIA.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Agueda Bernardete Bittencourt, que viu em mim e em minha pesquisa, potencial, quando eu mesma não pude ver. Foi privilégio tê-la como orientadora, seu profissionalismo e flexibilidade para orientações em horários e plataformas diversas, definitivos para todo este processo. Sabendo ser exigente e crítica a cada correção e devolutiva, pressionando-me ao meu melhor. Obrigada por fazer parte da pessoa que sou hoje.

Agradeço imensamente à disponibilidade e contribuições da professora Ana Luiza Smolka e professores Guilherme Arduini e Vinicius Parolin Wohnrath nos exames de qualificação e defesa. A vocês meu muito obrigado.

Gostaria de agradecer meu marido, Cleyton, que com paciência e compreensão esteve comigo em todas as etapas e nos dias mais difíceis me amparou com amor. Obrigada pelo apoio incondicional e por partilhar projetos de vida.

A todos os meus familiares por participarem desta conquista comigo e compreenderem todas as minhas ausências durante estes anos de dedicação. Esta conquista é nossa!

À minha irmã que sempre esteve por perto e disponível, nossas conversas e seus abraços me fizeram prosseguir.

À minha mãe, mulher guerreira, minha maior incentivadora, a responsável por eu ser quem eu sou hoje e estar onde estou. Obrigada pelas orações e preocupações.

Carrego comigo a certeza que mesmo durante os últimos anos, de difíceis provações, chegar ao final fez tudo valer a pena. Cada dificuldade me fez mais forte e hoje posso ver este sonho se tornar realidade. Portanto, gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e finalização de minha dissertação de mestrado.

RESUMO:

O presente trabalho baseou-se na pesquisa e análise de dados e documentos das escolas de educação infantil da cidade de Campinas, buscando perfazer o histórico de configuração da Rede Escolar de Educação Infantil de Campinas. Para tanto, foi realizado um mapeamento com todas as unidades construídas em suas diversas modalidades, neste trabalho classificadas como Pública Municipal, Pública Conveniada e Pública Privada. Tomando os conceitos de Configuração, Rede e Interdependência, elaborados por Norbert Elias e considerando a relação indissociável entre indivíduo e sociedade, e esta como fruto de uma configuração social proveniente de uma teia de relações de indivíduos interligados e dependentes em densas tramas sociais, construí a interpretação da Rede Pública de Educação Infantil de Campinas. Dois eixos nortearam minhas interpretações: as relações entre educação infantil e assistência social; educação infantil e a religião. Foram tomados como fonte de pesquisa os relatórios estatísticos oficiais publicados pela Prefeitura Municipal de Campinas, sites da prefeitura e, projetos políticos pedagógicos das unidades escolares, além das Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e para a Educação Infantil, publicadas em 2012 e 2013 respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil – Campinas (SP); Projeto Nave-Mãe; Assistência Social; Religião.

ABSTRACT

The present work was based on the research and analysis of data and documents of early childhood schools in the city of Campinas, seeking to make up the history of configuration of the Early Childhood Education Network of Campinas. For this purpose, a mapping was carried out with all the units built in their different modalities, in this work classified as Public Municipal, Public Partnership and Public Private. Taking the concepts of Configuration, Network and Interdependence, developed by Norbert Elias and considering the inseparable relationship between individual and society, and this as the result of a social configuration arising from a web of relationships of interconnected and dependent individuals in dense social networks, I built the interpretation of the Public Child Education Network of Campinas. Two axes guided my interpretations: the relationship between early childhood education and social assistance; child education and religion. The official statistical reports published by the City of Campinas, websites of the city hall and pedagogical political projects of the school units were taken as a source of research, in addition to the Municipal Curriculum Guidelines for Basic Education for Elementary Schools - Early Years and for Early Childhood Education, published in 2012 and 2013 respectively.

KEY-WORDS: Child education – Campinas (SP); Nave-Mãe project; Social assistance; Religion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Planta Da Cidade De Campinas E 1929

Figura 2 – Mapa Região Central, Hoje Formada Pelas Regiões Norte (Amarelo) Leste (Verde) E Sul (Vermelho).

Figura 3 – Divisão De Campinas Segundo As Grandes Regiões

Figura 4- Unidades Públicas Conveniada Região Leste

Figura 5 – Unidades Públicas Conveniada Região Norte

Figura 6 – Região Central De Campinas Em 1940

Figura 7 – Unidades Públicas Conveniada Região Sul

Figura 8 – Unidades Públicas Conveniada Região Sudoeste

Figura 9 – Unidades Públicas Conveniada Região Noroeste

Figura 10 – Unidades Públicas Municipais Criadas Nas Décadas De 1940 E 1950.

Figura 11 – Unidades Públicas Municipais Criadas Na Década De 1960.

Figura 12 – Unidades Públicas Municipais Criadas Na Década De 1970.

Figura 13 – Unidades Públicas Municipais Criadas Na Década De 1980.

Figura 14 – Unidades Públicas Municipais Criadas Na Década De 1990.

Figura 15 – Unidades Públicas Municipais Criadas Anos 2000.

Figura 16 – Unidades Públicas Municipais Criadas Após 2011.

Figura 17 – Unidades Públicas Privadas Criadas Anos 2000.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimento de criação das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação de Campinas (por década)

Tabela 2 - Unidades Públicas Conveniada Região Leste

Tabela 3 - Unidades Públicas Conveniada Região Norte

Tabela 4 - Unidades Públicas Conveniada Região Sul

Tabela 5 - Unidades Públicas Conveniada Região Sudoeste

Tabela 6 - Unidades Públicas Conveniada Região Noroeste

Tabela 7- Criação Das Unidades Educacionais Públicas Municipais E Públicas Conveniadas Da Rede Municipal De Educação Infantil

Tabela 8- Criação De Unidades Públicas Municipais Nas Gestões Dos Prefeitos Eleitos

Tabela 9 – População Censitária Município De Campinas 1940/2010.

Tabela 10 - Demandas De Criação Das Unidades Públicas Municipais

Tabela 11 – Regiões De Criação Das Unidades Educacionais Pertencentes À Rede Municipal De Educação Infantil De Campinas.

Tabela 12 - Bairros E Regiões Unidades Públicas Privadas

Tabela 13 - Demandas de Criação Das Unidades Públicas Conveniadas

Tabela 14 – Ligações Das Unidades Públicas Conveniadas

Tabela 15 – Congregações Responsáveis Pelas Unidades Públicas Conveniadas

Tabela 16 – Ligações Religiosas Das Gestoras De Unidades Públicas Privadas.

Tabela 17 – Informações Gerais Das Administradoras De Unidades Públicas Privadas

Tabela 18 – Número De Crianças Matriculadas Nas Unidades Com Ligações Religiosas

Tabela 19 – Rede Municipal De Educação Infantil De Campinas

Tabela 20 – Três Unidades, De Diferentes Modalidades, Pertencentes À Rede Municipal.

Tabela 21 – Dados Comparativos Política Salarial Dos Professores De Diferentes Modalidades, Pertencentes À Rede Municipal.

Tabela 22 - Dados Comparativos Política Salarial Dos Monitores/Agente De Educação Infantil De Diferentes Modalidades, Pertencentes À Rede Municipal

Tabela 23 – Valores De Repasses Financeiros Per Capita Mensal - Unidade Pública Privada.

Tabela 24 – Valores De Repasses Financeiros Per Capita Mensal - Unidade Pública Conveniada.

Tabela 25 – Valor Per Capita Mensal - Fundeb 2019.

Tabela 26 – Custo Aluno-Qualidade 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Evangélica Assistencial (AEA)
Associação Educacional Brasileirinho (AEB)
Associação Movimento Educacional (AME)
Associação Nazarena Assistencial (ANA)
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
Centros de Educação Infantil (CEI)
Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI)
Centro Infantil Municipal (CIs)
Companhia de Habitação Popular (COHAB)
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Departamento Nacional da Criança (DNCr)
Distrito Industrial de Campinas (DIC)
Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)
Faculdade de Campinas (FACAMP)
Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)
Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN)
Liga Eleitoral Católica (LEC)
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAEDs)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Obra Social São João Bosco (OSSJB)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Partido Social Brasileiro (PSB)

Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Partido Social Democrático (PSD)

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Partido Social Progressista (PSP)

Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI)

Pontifícia Universidade Católica (PUC Campinas)

Sociedades de Amigos do Bairro (SAB)

Secretária Municipal de Educação (SME)

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

SUMÁRIO

<u>Memorial</u>	15
-----------------------	----

Introdução

1) <u>Apresentação do problema</u>	18
2) <u>Objeto de pesquisa</u>	20
3) <u>Referencial teórico - Metodologia</u>	24
4) <u>Série Documental</u>	26

PARTE I – Desenho da Rede de Educação Infantil em Campinas

<u>A) As Primeiras Unidades Educacionais Públicas Conveniadas</u>	28
<u>B) Políticas Públicas a as Unidades Educacionais Públicas Municipais</u>	59
<u>C) A Nova Modalidade: Unidades Educacionais Públicas Privadas</u>	94

PARTE II

<u>Laicidade e Religião na Rede Municipal de Educação Infantil De Campinas</u>	102
--	-----

<u>Condições de atendimento e de trabalho na Rede Municipal de Educação de Campinas</u>	124
---	-----

<u>Considerações Finais</u>	141
-----------------------------------	-----

<u>Bibliografia de Referência</u>	143
---	-----

<u>Apêndice I</u>	151
-------------------------	-----

<u>Apêndice II</u>	185
--------------------------	-----

MEMORIAL

Toda minha trajetória acadêmica devo à minha mãe. Ela nunca me forçou, mas sempre me incentivou. Nosso acordo pessoal era: você não precisa fazer nada, nem ajudar nos afazeres domésticos, desde que esteja estudando!

Ela na infância, juntamente com minhas tias, suas irmãs, foram moradoras de rua, em São Paulo capital, não teve oportunidade de estudar, abandonou a escola na terceira série. Por esta razão, priorizava que eu e minha irmã estudássemos.

Nasci em Campinas no Jardim São Gabriel, região Sul da cidade e ali tive minha primeira infância e escolarização, frequentei a escola municipal do bairro. Nos anos 90 nossa família, assim como todo país, passou por uma grande crise econômica, quando meu pai, arrimo da família, ficou desempregado. Assim entravamos nas estatísticas do desemprego estrutural da cidade de 14% a 25,7% na classe D, estes índices chegavam ao fechamento de cerca de 1.000 vagas por mês no setor formal da economia campineira (SOUZA, 2005).

Em 1997 buscando melhores condições de vida e emprego nos mudamos para Paulínia, em busca de oportunidade na cidade do petróleo. Mudamos de escola, eu e minha irmã e finalizamos os estudos no ensino fundamental municipal. Em Paulínia vivemos nossos melhores e piores dias. Piores, pois, até meu pai conseguir um trabalho formal, passamos necessidades de itens básicos. Melhores, pois, vimos à história de nossa família mudar, após meu pai se estabilizar financeiramente.

Ao terminar o ensino fundamental, as condições financeiras já estavam melhores em casa. O município oferece um ensino diferenciado com educação profissionalizante concomitante ao ensino médio, em tempo integral, para àqueles aprovados em vestibulinho. Eu, como boa aluna que sempre fui durante todos os anos do ensino fundamental, vi a oportunidade de ter um ensino integral, ainda com formação profissional e praticamente sem custos.

Fui aprovada no vestibulinho! Neste período foi possível e aceitável para minha família me deixar, adolescente, estudar em período integral sem trabalhar para ajudar em casa. Coisa que minha irmã, quatro anos mais velha, não teve. Trabalhava e ajudava em casa desde os quinze anos. Estudou a noite.

Ter estudado nesta escola municipal, em período integral durante os três anos do ensino médio, acredito ter sido essencial para minha vida. Sempre gostei de estudar e ali este gosto foi potencializado, mesmo não tendo me identificado com o curso técnico que fiz – Gestão Administrativa, saí dali com base suficiente para ser aprovada no mesmo ano de conclusão na primeira chamada do vestibular 2010 em Pedagogia na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Quando entrei na faculdade, não tinha mais desculpas. Agora com 18 anos, teria que trabalhar! Ingressei no curso noturno, e já no primeiro semestre me inscrevi no processo seletivo para trabalhar no Centro Acadêmico da Pedagogia. Fui secretaria ali durante todo o ano de 2010, ali tive minhas primeiras experiências em política estudantil: assembleias, participações em eventos, inclusive a mais enriquecedora delas, organizar a Semana da Educação e contatar os palestrantes.

Ao final do ano, findando também a gestão do Centro Acadêmico estaria desempregada. Já preocupada com o ano seguinte, vi nos murais da Faculdade de Educação cartaz de estágio remunerado na tradicionalíssima escola católica campineira, Notre Dame. Inscrevi-me para o processo e mesmo ainda no segundo semestre e sem conhecimentos pedagógicos suficientes, fui contratada para ser auxiliar de uma professora de educação infantil.

Eu e minha família somos evangélicas, éramos católicos, nos convertemos na década de 90, período de grande expansão dos evangélicos no Brasil. Ao chegar e trabalhar nesta escola, como funcionária, era obrigada a comparecer às missas e eventos, realizar preces com as crianças, dentre outras práticas católicas.

Nesta escola permaneço por um pouco mais de um ano, tão logo sou aprovada como auxiliar de educação infantil na Prefeitura de Paulínia opto por abandonar o estágio remunerado. Nesta prefeitura trabalhei um pouco mais de três anos. Durante este período me formei em Pedagogia, às duras penas, trabalhando 40h semanais. No dia da minha colação de grau sou convocada na Prefeitura de Campinas, exonero em Paulínia e começo a atuar em uma escola de educação infantil nas proximidades da UNICAMP.

De minha vivência nasceu o desejo de pesquisar sobre a educação campineira, assim mesmo sem ter realizado nenhuma iniciação científica durante a faculdade, sabia que na Faculdade de Educação da UNICAMP eu teria a oportunidade. Prestei processo seletivo e aprovada dei início ao Mestrado em 2017.

Realizar esta pós-graduação foi uma experiência diferente de tudo que eu já tinha passado em minha vida. Neste período de pesquisa passei por uma série de angústias, dificuldades sem fim, noites em claro, autoconhecimento, autoaceitação e lágrimas, muitas lágrimas. Se eu pudesse voltar atrás, teria lutado para realizar uma iniciação científica durante a graduação, acredito que facilitaria e me familiarizaria com o árduo processo de pesquisa do mestrado.

Hoje não trabalho mais na Prefeitura de Campinas por razões pessoais, agora leciono na Prefeitura Municipal de Nova Odessa. Mas aqui eu chego hoje, campineira, paulinense por adoção, pesquisando o que me fascina, na cidade onde nasci e onde pude receber a melhor graduação e pós-graduação possível. Meu amor por estudar e lecionar não acaba aqui, sei que a semente plantada por minha mãe florescerá ainda mais, e o orgulho que tenho e sinto por ser a primeira pós-graduada de toda a minha família, isto ninguém pode me tirar.

INTRODUÇÃO

1) Apresentação do problema

Meu interesse em pesquisar sobre as escolas de educação infantil partiu de minha experiência profissional. Após iniciar a licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2010, comecei a tomar contato com a que viria a ser minha área de atuação no segundo ano de graduação, quando iniciei um estágio na educação infantil em uma escola confessional tradicional de Campinas. No ano seguinte, ingresso por concurso como auxiliar de educação infantil em uma escola municipal na cidade de Paulínia, permanecendo ali por três anos. Em 2015, sou chamada no concurso da prefeitura de Campinas que havia prestado no ano anterior. Assim, migro para este novo espaço profissional, passando a atuar em uma escola de educação infantil no bairro Costa e Silva, nas proximidades da Universidade Estadual de Campinas.

Sou tomada de espanto quando chego nesta escola campineira e observo uma característica institucional: nos espaços de reuniões de formação em serviço há um projeto contundente sobre laicidade nesta escola pública, sendo posto em prática e defendido nos discursos dos profissionais, tanto professores, quanto gestores e profissionais de apoio. Espanto, pois, em minhas duas experiências profissionais anteriores eu estava acostumada com práticas e símbolos religiosos na escola, mais abertamente na escola confessional que trabalhei primeiramente, mas também na prefeitura recém-exonerada. Estas práticas eram naturalizadas e passadas de uns para os outros, ano após ano, e ninguém questionava ou debatia esse assunto. Assim, ao pensar em minha experiência escolar, tanto através de concursos quanto com a realização de estágios, obrigatórios ou não, a realidade que eu vivenciei nestas escolas de educação infantil, em sua maioria, preservava moldes tradicionais, baseados em discursos higienistas e assistencialistas, que pautaram o debate sobre educação da primeira infância até meados do século XX.

Ao pesquisar as origens da educação infantil no Brasil, estão as primeiras instituições preocupadas com a infância e a criança. Estas instituições filantrópicas de cunho religioso eram lideradas em sua grande maioria pela Igreja Católica, sob os cuidados de freiras e padres. No cerne da doutrina católica está à concepção cristã de

caridade, que deve ser praticada baseada na ideia de amor fraterno a todos aqueles que precisam de ajuda, sejam pessoas ou famílias que passam necessidades básicas, mendigos, crianças abandonadas ou deficientes. Com este discurso, a Igreja Católica objetivava o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais. Mesmo que este princípio tenha sido pregado e praticado pelos católicos por muitos anos a fio, são com o início do capitalismo que crescem as preocupações, tornando necessárias mais medidas paliativas para evitar conflitos e revoltas dos desfavorecidos pelo sistema. A Igreja Católica, instituição fundamental no processo de caridade e assistência, é responsável pela criação de Santa Casas, instituições asilares e tutelares, e rodas dos expostos para atendimento de “...crianças órfãs, leprosos, alienados, doentes e inválidos foram os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada.” (SPOSATI, 1988, p.78)

Assim, muitas escolas principalmente de educação infantil carregam fortes heranças ligadas a seu passado, heranças estas que podem aparecer nas práticas escolares, com a centralização do calendário e comemoração de datas e feriados, principalmente de cunho religioso, como festas juninas, páscoa, natal, entre outros. Destas vivências escolares, as que mais me marcaram foram às práticas que pude observar durante os anos em que estive trabalhando nas escolas infantis de Paulínia. Estas práticas ocorriam de forma tão naturalizada entre as professoras que não eram assinaladas, advertidas ou sequer debatidas por professores, pais ou gestores do sistema, que acompanhavam e observavam sem nada a indagar. Por vezes, suas práticas eram reproduzidas pelos demais funcionários. Esta postura também era assumida pela equipe gestora escolar e ignorada diariamente. As práticas mais corriqueiras eram iniciar o dia com orações, agradecer ao “papai do céu” (SIC) pelo alimento antes das refeições, repreender as crianças com dizeres do tipo “Deus não gosta...”, etc.

Portanto, quando chego à escola de educação infantil campineira, no início do ano letivo de 2015, tal é a minha surpresa ao ver o assunto laicidade ser tão avidamente discutido, principalmente nas reuniões semanais, em que por muitas vezes entrava na pauta a discussão da escola laica, currículo, calendário escolar e sua relação com os feriados religiosos. Estas reuniões contavam com a presença de todos os profissionais da escola, coordenação pedagógica, direção escolar e professores, todos em defesa da exclusão de toda e qualquer comemoração de data religiosa, partindo do princípio de laicidade da escola pública.

Eu, maravilhada com as discussões e com a diferença que observei das escolas que conhecia, fiquei intrigada e motivada, a tentar entender o que acontecia nessa rede municipal de Campinas e o porquê dessa diferença. Pensando nisto é que me pus a buscar e analisar se esta situação que encontrei no bairro Costa e Silva, também se repete em outras escolas da rede municipal de educação infantil de Campinas, mas primeiramente para responder a esta pergunta, foi necessário inicialmente realizar uma investigação histórica sobre todas as escolas de educação infantil da rede.

2) Objeto de pesquisa

Estas indagações iniciais deram origem a este trabalho que **busca compreender como a configuração da rede escolar municipal de Campinas e qual a sua ligação com a assistência social e a religião com o passar dos anos.**

Segundo informações disponibilizadas no portal da Prefeitura Municipal de Campinas, atualmente há 252 escolas¹ pertencentes à Rede Municipal de Educação de Campinas. Destas, 206 são escolas de educação infantil. Ao olhar esta listagem, percebo unidades com nomes que me chamam a atenção, tais como "Centro de educação infantil São Francisco de Assis" e "Centro educacional Coração de Maria".

Tais nomes, claramente ligados a instituições religiosas, me fizeram pesquisar a história de Campinas, mais especificamente sobre a história da constituição da Rede Escolar Infantil Municipal de Campinas, elementos explicativos. Esta pesquisa documental, portanto, me fez enveredar por um novo caminho, buscando perfazer o percurso histórico de configuração da Rede, motivada por uma suposta estreita relação com a laicidade e religião. Esta dicotômica relação que se fez e faz presente, me levou a caminhos diversos e pensar no funcionamento desta Rede articulada e composta por múltiplas modalidades, bem como no exercício profissional docente nestas unidades.

¹ Disponível em: http://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/cons_escola_list.php Acesso em: 18 jan. de 2019.

Para compreender a Rede Municipal atual, o primeiro passo foi mapear as escolas: suas datas de fundação, localizações, quantidades de professores e funcionários, volume de crianças atendidas e orientações seguidas nestas instituições.

Em Campinas, as escolas de educação infantil municipais foram criadas a partir dos anos 1940. Nomeados como Parques Infantis, resultam de pressão popular, movimentos sociais, bem como a forte industrialização ocorrida no município, inserção de mulheres no mercado de trabalho e do grande crescimento populacional da cidade². Estes Parques, marcados pela inauguração do Parque Infantil do Cambuí Violeta Dória Lins³, eram vinculados ao Departamento de Assistência Socioeducativa e foram construídos baseados nos projetos de Mario de Andrade. O poeta, artista, jornalista, intelectual, professor e administrador, Diretor do Departamento de Cultura da prefeitura do município de São Paulo, na gestão do prefeito Fábio Prado, estudioso da cultura popular, foi o idealizador dos parques infantis, primeira experiência brasileira pública municipal de educação para crianças de famílias operárias (FARIA, 1999).

Esta instituição pioneira destinava-se a atender a até então considerada criança marginalizada, filhos e filhas da classe operária na de 3 a 12 anos. Segundo o projeto de Mario de Andrade, os Parques deveriam ser locais não escolares, ou seja, as crianças não seriam precocemente transformadas em alunos, mas ao frequentarem estes Parques teriam garantido um espaço não só de educação e cuidado, mas onde pudessem desfrutar de um projeto que colocaria em exercício todas as dimensões humanas, tendo garantido o tempo lúdico, tempos de brincadeiras, tempos de vivenciar esta etapa da vida, de serem educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, movimentarem-se em espaços diversos; portanto, que tivessem garantido o direito à infância, o direito ao “não trabalho” profissional.

Esta proposta foi considerada inovadora para sua década de implantação, mostrando-se até os dias atuais uma proposta educacional válida, principalmente pela harmonia entre os objetivos de cuidar, educar e assistir, englobados pelas áreas da

² Em 1937 a população de Campinas era estimada em 73.890 habitantes, passando para 102.802 em 1946 (ARAÚJO, 2013).

³ Este parque não consta da lista de tabelas, pois foi fechado. Em seu antigo local, hoje se encontra o Centro de Convivência da cidade.

educação-saúde-cultura, todos juntos desenvolvendo-se em ambientes privilegiados que possibilitavam a produção das próprias culturas infantis, bem como o intercâmbio entre os adultos e suas culturas, sempre permeado pelo lado lúdico, com jogos tradicionais infantis, assumindo já na década de 1940 a visão da criança como sujeito de direitos, competente e capaz, criadora e consumidora cultura, e a matrícula como seu direito, não apenas da mãe trabalhadora (FARIA, 1999).

Estes parques, destinados a crianças a partir dos 3 anos de idade, não tinham como objetivo a preparação para a escola ou uma pré-alfabetização, também não contavam com currículos e disciplinas. Para os maiores de 6 anos que já frequentavam a educação básica, ia aos Parques no contraturno da escola, como forma de complementar a educação escolar, enquanto para as crianças 3 a 6 anos esta educação extraescolar era a oportunidade de brincarem, jogarem e se expressarem, ou seja, continuarem crianças e terem garantido o direito de acesso ao espaço público, como alternativa às pré-escolas e entidades filantrópicas existentes até então destinadas a crianças pobres.

Portanto, estes Parques Infantis pensados e planejados por Mario de Andrade eram espaços privilegiados, instituições coletivas de cuidado e educação onde as crianças que os frequentavam, filhos da classe operária, tinham garantido o direito de brincar e criar cultura infantil, permanecendo crianças mesmo que só pelo período em que estivessem nos Parques, pois, não estariam trabalhando, mas sim conhecendo diversas manifestações das raízes culturais brasileiras, se expressando das mais diversas formas, convivendo com pessoas diferentes, de idades e culturas distintas.

Com o passar dos anos os Parques Infantis de Campinas passaram por diversas alterações, reflexo das mudanças políticas, nos programas sociais e na sociedade civil. Estas que fizeram com os Centros de Educação Infantil (CEI) passassem por reformas em suas áreas internas e externas, tendo alterados os traços e características originais do projeto de Mario de Andrade. Algumas mudanças estruturais e organizacionais foram necessárias para atender demandas crescentes, conferindo feições mais próximas ao modelo atual de educação infantil praticado no município de Campinas⁴.

⁴ A organização das turmas de educação infantil de Campinas é determinada anualmente via resoluções da Prefeitura Municipal. As salas de aula na educação infantil são denominadas agrupamentos, ou seja, as crianças matriculadas são agrupadas nas salas por idades aproximadas, podendo ser distribuídas entre agrupamentos I, II e III. No agrupamento I, de período integral são atendidos bebês de 0 a 1 ano e 5

Nos primeiros contatos com as fontes desta dissertação, foi possível observar que a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas hoje é composta por três modalidades de escolas: 1) unidades escolares municipais, 2) entidades parceiras e 3) unidades municipais administradas por instituições de direito privado sem fins lucrativos. Portanto, ao levantar esta listagem para fins de análise neste trabalho, classificarei as escolas da seguinte forma: Unidade Pública Municipal (unidades escolares municipais), Unidade Pública Conveniada (entidades parceiras) e Unidade Pública Privada (unidades municipais administradas por instituições de direito privado).

As unidades de educação infantis municipais – Unidade Pública Municipal em nossa classificação – são as unidades criadas e geridas cem por cento pelo poder público municipal. Já por entidades parceiras entendem-se escolas públicas conveniadas, mantidas por entidades de direito privado e organizações não governamentais que firmam contratos e convênios com o poder público municipal para ofertar educação infantil à população. Uma terceira modalidade, surgida recentemente são as unidades municipais administradas por instituições de direito privado sem fins lucrativos, classificadas aqui como Unidades Públicas Privadas. Intituladas pelo poder público como Nave-Mãe, são superunidades que passaram a ser construídas no município desde 2007. Estas grandes unidades, com vistas a atender entre 400 e 500 alunos cada, segundo seu projeto, são idealizadas e construídas pelo poder público, cuja gestão é entregue a organizações não governamentais, que se tornam entidades parceiras, propiciando assim uma forma de gestão compartilhada.

Todas estas unidades que compõem a rede municipal funcionam durante os 200 dias letivos previstos em lei federal, das 7h às 18h, totalizando 11 horas de atendimento para as crianças em período integral e 4 horas para o período parcial, compreendido no período da manhã das 7h30min. às 11h30min., e à tarde das 13h30min. às 17h30min.

meses. No agrupamento II, também de período integral, as crianças de 1 ano e 6 meses à 2 anos e 5 meses. Ficando destinada ao agrupamento III, de período parcial, as crianças de 2 anos e 6 meses à 5 anos e 11 meses, sendo que este último é de matrícula obrigatória de acordo com alteração de 2013, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

3) Referencial Teórico – Metodologia

Tomando como ponto de partida, o pensamento de Norbert Elias, apropriando-se do conceito de Configuração, proposto por este, ao se pensar a relação indissociável entre indivíduo e sociedade, e esta como fruto de uma configuração social proveniente de uma teia de relações de indivíduos interligados e dependentes em densas tramas sociais.

Diz o autor, a sociedade como configuração, pode ser didaticamente comparada a uma dança. Que existe conceitualmente, enquanto definição, técnica, enquanto arte e enquanto ideia. Porém, ela só passa a existir concretamente, quando dois indivíduos dançam! Portanto, é somente após ambos, antes indivíduos isolados, agora um par, concretizarem o ato, é que a dança passa a existir (ELIAS, 1994a). Desta forma, a sociedade pode ser entendida como sendo composta por teias de interdependências e ligações entre os indivíduos, com inclinações nas suas variadas maneiras de relações:

A imagem do homem como personalidade fechada é substituída, aqui, pela personalidade aberta, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada por outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependência entre os seres humanos é que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes, formando configurações (isto é, grupos ou sociedade de tipos diferentes) entre si. (ELIAS, 1994a)

Estas relações de interdependência podem ser comparadas a tessitura de uma teia de aranha. Mesmo que a aranha chegue até sua beirada, ainda assim estará ligada ao meio, ao centro dela. Onde o centro, é a sociedade em que vivemos que cresce e se torna mais complexa na medida em que há também um aumento das pessoas inseridas nestas, portanto, um processo social que vai sendo reagrupado, em níveis cada vez maiores de interdependência.

O conceito de rede também elaborado por Elias, parte da ideia que nenhuma organização, qualquer que seja a sua estrutura ou natureza, age individualmente. Em uma perspectiva relacional, o autor procura compreender a estrutura das relações

sociais, a circulação de influências e informações, além das propriedades e recursos mobilizados pela rede através dos agentes implicados.

A sociedade constitui os sujeitos, e estes a constituem, em um fluxo de movimento. Assim, tendo como base os conceitos do sociólogo, que consiste na análise de longo prazo de processos e transformações em dados períodos da história, interligados em cadeias e teias de interdependência em seu lugar e tempo, passíveis de análises, destas complexidades entre indivíduos e o meio social, suas relações de existência e desenvolvimento.

Para Elias, portanto, as ações dos agentes advêm de um processo social, devemos, assim, nos distanciar do tempo presente, para descobrirmos, de forma estruturada ao longo da história os caminhos que conduziram a determinada figuração do seu estado atual, ou seja, como chegamos aqui. Ao optar pela contribuição teórica de Elias, busco compreender o processo, as relações sociais, políticas, rede, teia de dependência e interdependência entre os indivíduos e instituições.

Tendo por objetivo tomar a configuração da Rede Municipal de educação infantil de campinas como objeto, estabelecer as ações, agentes e indivíduos ligados à construção desta, suas contradições e tensões, sem, pois, nos esquecermos das estruturas sociais envolvidas, com interesses comuns em torno da construção de mais e novas unidades. Podendo assim estabelecer os agentes sociais e políticos envolvidos nas propostas de construções das unidades, o passado e suas redes de interdependências, passíveis de serem ligadas ao presente através de “[...] uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras” (ELIAS, 2001).

De tal forma se dará o mapeamento do processo de configuração da Rede Municipal, centrando esforços na análise da teia de interdependência de muitos tipos, com complexidades e interações sociais, através de indivíduos agentes, instituições, políticas e períodos históricos, transformadores e constituidores da história.

Além destes, para compreensão do conceito de laicidade tomei por base para minhas análises os escritos desenvolvidos de Ranquetat Jr (2008) e Luiz Antônio Cunha (2016) que abordam a questão da laicidade, laicismo e secularização, e também para situar a educação e o estado brasileiro nos acirrados debates sobre a laicidade (2007; 2009; 2017; 2018), bem como com Ricardo Mariano (2011) e Giumbelli (2000; 2014).

O termo *laicidade* vem de laico, leigo, exprime oposição ao religioso, sendo este também um fenômeno político, jurídico e institucional derivado do Estado, caracterizando-se como a emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiais prevendo assim a neutralidade das instituições públicas (MARIANO, 2011; RANQUETAT Jr., 2008). Já o termo *Secularização* recobre diversos fenômenos sociais e culturais, caracterizando-se pelo declínio da religião como prática pública, sua perda de posição, força e autoridade, limitando-a a vida privada. Para Bobbio (2007) secularização significa perda progressiva de valores religiosos (cristãos) da vida humana em todos os aspectos. Na sociedade de hoje, segundo o autor, secularização se assemelha sob múltiplos aspectos ao processo de laicismo, pois, este é o contrário de clericalismo e confessionalismo, portanto, incompatível com todo e qualquer regime que pretenda impor aos cidadãos, uma religião ou irreligião de Estado. Enquanto que laicidade é a autonomia dos leigos nos negócios seculares e a aceitação de que a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas, cada um no seu próprio campo.

4) Série Documental

As fontes selecionadas para esta pesquisa se constituem em: a) relatórios estatísticos oficiais publicados pela Prefeitura Municipal de Campinas; b) sites; c) e projetos políticos pedagógicos das unidades escolares; e d) as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Básica para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, documento oficial coletivamente escrito e amplamente discutido entre os profissionais da rede municipal de educação municipal.

Este trabalho se organizará em duas partes, sendo a primeira destinada a construir o mapeamento histórico do atendimento institucionalizado de crianças pequenas na cidade, analisando dados históricos e estatísticos. E a segunda parte trata de duas questões: a) compreender a forma como se encontra a laicidade e a religião na Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, problematizando esta relação. b) procura demonstrar como se efetivam as condições de atendimento às crianças e que

condições de trabalho para docentes e funcionários são garantidas dentro desta Rede composta por diferentes modalidades de escolas e centros infantis.

DESENHO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINAS

A) AS PRIMEIRAS UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS CONVENIADAS.

Campinas é uma proeminente cidade do Estado de São Paulo, fundada em 1774, distante 99 km da capital. Destaca-se dentre os demais municípios do interior paulista, tanto por sua extensão, número de habitantes⁵, tanto quanto pelo seu Produto Interno Bruto (56,4 bilhões), que a coloca em 11º lugar dentre as cidades brasileiras com a maior economia⁶. Além pertencer a um dos polos metropolitanos de São Paulo, desempenhando importante papel estratégico no desenvolvimento do Estado, graças às indústrias, serviços e geração de tecnologia, além de possuir em suas terras importantes universidades como a Universidade Estadual de Campinas, responsável por 8% da pesquisa acadêmica do País⁷.

A cidade possui um sistema de educação bem estruturado. O Sistema Municipal de Ensino de Campinas, criado em 13 de março de 2006 pela Lei nº 12.501/2006⁸, é composto das seguintes unidades e órgãos vinculados à Secretária Municipal de Educação: Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Conselho de Alimentação Escolar; Conselho das Escolas Municipais; Conselhos de Escolas; Unidades

⁵ População estimada: 1.204.073 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama> Acesso em: 17 de set. de 2019.

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/as-20-cidades-com-as-maiores-economias-do-brasil/> Acesso em 09 de agosto de 2019.

⁷ A Unicamp responde por 8% da pesquisa acadêmica no Brasil, 12% da pós-graduação nacional e mantém a liderança entre as universidades brasileiras no que diz respeito a patentes e ao número de artigos per capita publicados anualmente em revistas indexadas na base de dados ISI/WoS. A média anual de teses e dissertações defendidas é de 2,1 mil e 99% de seus professores possuem título de doutor. Esse batalhão do ensino e pesquisa lidera o ranking nacional per capita de publicações científicas nas revistas internacionais catalogadas. Se a produção acadêmica for calculada pelo desempenho de cada pesquisador, a Unicamp é, atualmente, a mais produtiva universidade brasileira. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/pesquisa> Acesso em: 09 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2006/1250/12501/lei-ordinaria-n-12501-2006-institui-o-sistema-municipal-de-ensino> Acesso em: 18 setembro 2016.

Educacionais de Educação Infantil mantida pelo Poder Público Municipal; Instituições de Educação Infantil criada e mantidas pela iniciativa privada; Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos mantidas pelo Poder Público Municipal; Fundação Municipal para Educação Comunitária FUMEC; Núcleos de Ação Educativa Descentralizada - NAEDs, aos quais se vinculam, pedagógica e administrativamente, as unidades educacionais, públicas e privadas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino; e outros órgãos vinculados à área educacional, que vierem a ser criados e integrados à Secretaria Municipal de Educação⁹.

Toda a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas foi reorganizada em 2003, inclusive as atribuições dos Departamentos, Coordenadorias e setores, nesta reorganização é que ocorreu a implementação dos cinco Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAEDs), dividindo Campinas em regiões¹⁰. Estes Núcleos configuram-se como responsáveis por idealizar diretrizes políticas pedagógicas, objetivando aproximar as instâncias de planejamento e intervenção. Estes são dirigidos por um Representante Regional que é nomeado pelo prefeito, atuando em conjunto com supervisores educacionais e coordenadores pedagógicos, para que de forma participativa possam acompanhar assessorar e assegurar o cumprimento das ações cotidianas das Unidades Educacionais que compõem o Sistema Municipal de Ensino.

Além do Sistema de Ensino, a cidade se destaca no cumprimento da meta 15 do Plano Nacional de Educação. Esta meta é referente à formação de professores, visto que Campinas apresenta 88,5% como percentual total do número de professores da educação básica, formados no ensino superior, ultrapassando a média nacional que é 78,3%, mesmo ainda estando distante da meta de 100%¹¹.

O município conta também com um conjunto de documentos, construídos de forma coletiva, que servem de orientação para as Unidades Educacionais. Dentre eles

⁹ Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/plano-municipal-educacao-2014-2015/arquivos/doc_base.pdf Acesso em: 18 setembro 2019.

¹⁰ Decreto Municipal nº 14.460

¹¹ Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/15-formacao-professores/dossie-localidades> Acesso em: 20 setembro 2019..

destacam-se às quatro versões das Diretrizes Curriculares Municipais: Diretrizes para o Ensino Fundamental Anos Iniciais (2012), as Diretrizes para Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos Anos Finais (2010), as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais (2013) e as Diretrizes para a Educação Infantil (2013), vindo como síntese do processo de ressignificação do “Currículo em Construção” de 1988.

O Sistema Municipal de Educação Infantil de Campinas é composto por 3 diferentes tipos de Unidades Educacionais, que foram distintamente organizadas e nomeadas neste trabalho de acordo com a sua modalidade: 1) Unidade Pública Conveniada: as entidades conveniadas assistenciais parceiras, com estrutura física e pessoal próprios sob a responsabilidade da entidade, com a supervisão educacional e repasse de verbas da prefeitura; 2) Unidade Pública Municipal: as creches e pré-escolas municipais com estrutura física e todos demais encargos completamente sob responsabilidade da administração municipal; 3) Unidade Pública Privada: as Naves-Mães, com estrutura física construída pela prefeitura, mas operando em sistema de cogestão entre a prefeitura e a entidade sem fins lucrativos, escolhida para receber o repasse de verbas para gestão da unidade, ficando a encargo das administradoras toda a contratação de pessoal, compra de recursos e tudo mais referente à administração das unidades.

Além destes três tipos de modalidade de oferta de educação infantil, Campinas conta também com escolas privadas de educação infantil, que são autorizadas e supervisionadas pela Secretaria Municipal de Educação¹², conforme previsto em Resoluções Municipal¹³. São no total 82 escolas de educação infantil privadas, mas que não serão analisadas neste trabalho, visto que o objetivo deste trabalho é compreender como se deu a configuração da rede municipal escolar (com financiamento público) de Campinas estabelecendo as relações entre educação infantil com a assistência social e religião.

¹² Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/escolas.php> Acesso em 23 de set. de 2019.

¹³ Resolução CME n° 01, de 01 de março de 2018; Resolução SME n° 07, de 12 de setembro de 2018, Resolução CME n° 01, de 11 de junho de 2010 e Resolução SME n° 04, de 03 de julho de 2018.

Toda esta organização, sub-regiões e Sistema se fez necessário para gerir uma das maiores Redes de Educação Infantil do país à frente inclusive de capitais como Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis¹⁴. Em 2004, segundo o portal do INEP, havia 26.555 crianças que frequentavam instituições de educação infantil da rede pública municipal. Este número saltou para 34.905¹⁵ crianças matriculadas na Educação Infantil Municipal de Campinas, em 2019.

As primeiras iniciativas de cuidado à criança e a infância na cidade foram desempenhadas através de entidades criadas em sua maioria ligada a igrejas ou instituições religiosas, hoje parceiras conveniadas com a administração pública.

A entidade mais antiga que se têm notícia e que mantém convênio com a administração municipal iniciou seus trabalhos em 1914. Trata-se da *creche Bento Quirino*, criada originalmente num anexo da igreja de Santo Antônio Inicialmente sob os cuidados do bispo Dom Nery e apoio financeiro de Bento Quirino¹⁶, sua função original era o acolhimento de crianças órfãs da epidemia de febre amarela que assolou grande parte da população campineira no final do século XIX. O surto iniciado em 1889 eclodiu em Campinas, trazido por Rosa Beck, professora de francês, que contraiu a enfermidade no porto de Santos ou Rio de Janeiro e em Campinas permaneceu durante o período de incubação da doença antes de falecer (NEGRÃO, 2004).

O surto da doença reduziu em um terço os habitantes campineiros e mobilizou setores organizados da sociedade. Buscando amparar as crianças órfãs, remanescentes da doença e resolver aquele problema social emergente, evitando crianças abandonadas, mendigando e se prostituindo nas ruas da cidade (NEGRÃO, 2004) foi criada uma instituição em regime de internato, que recebeu inicialmente o nome de Orfanato São Francisco. A direção desta ficou a cargo das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que financeiramente conseguiam manter trinta crianças sob seus cuidados. A

¹⁴ Dados Censo Escolar 2019 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos> Acesso em 05 de jan. de 2020.

¹⁵ Números referentes às crianças matriculadas nas Unidades públicas/públicas e públicas/privadas. Ao somar as três modalidades o número de matrículas salta para 43.478.

¹⁶ Fazendeiro de Campinas, solteiro e um dos líderes republicanos, financiou a obra do bispo Dom Nery para então dois anos após a concessão veio a falecer em dezembro de 1914.

manutenção do orfanato se dava por doações e também pelo rendimento auferido na fábrica de hóstias mantida pelas Irmãs, cujo mercado era as igrejas tanto do município, quanto de São Paulo a até de outros Estados. A entidade assim funcionou até o ano de 1947. Passando por dificuldades financeiras, passou a ser instituída uma nova diretoria com senhoras da sociedade civil campineira, nova mantenedora da creche, intitulada de Sociedade Feminina de Assistência à Infância que permanece até os dias atuais. Com a mudança, a entidade também passou a ser um externato, que contou com reforma do prédio e ampliação para aprimorar o atendimento, que então seriam estendidos às crianças cujas mães necessitavam trabalhar. Desta forma a entidade funcionou durante anos, apresentando caráter eminentemente assistencialista, caritativo e filantrópico dedicada a crianças recém-nascidas a até 7 anos (TONOLLI, 1996).

A Igreja Católica foi uma das primeiras responsáveis por criar entidades de cuidado à infância no Brasil. É necessário compreender que esta preocupação com a infância, com o desfavorecido e com o necessitado, é característica da doutrina da caridade cristã que deve ser praticada por seus fiéis. Esta doutrina é baseada na ideia de amor fraterno a todos aqueles necessitados que precisem de ajuda, sejam famílias carentes, mendigos, crianças abandonadas ou deficientes. Enfim, essa caridade é pregada pela Igreja Católica e tida como dever cristão (SILVA, 2006) que não visa interesses pessoais, mas baseia-se na própria obra de Jesus Cristo, preconizada pela Bíblia e difundida moralmente pela Igreja, pois, Jesus em suas obras servia ao próximo e aos desfavorecidos. Com este discurso, a Igreja Católica objetivava o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, ajudando a amenizar as injustiças e corrigir situações de desamparo extremo, principalmente quando do início do capitalismo, fazendo com que essas ajudas paliativas evitassem conflitos e revoltas dos desfavorecidos pelo sistema.

A Igreja Católica se empenhou nestes cuidados, inaugurando assim as Casas de Misericórdias¹⁷, Santa Casas, instituições asilares e tutelares, e a rodas dos expostos¹⁸.

¹⁷ É na vila de São Paulo, por volta de 1560, que emerge a primeira instituição de atendimento à pobreza do país, a Irmandade de Misericórdia, que sobrevivia baseada em esmolas. Estas instituições irão se propagar pelos séculos seguintes sob a ação de outras ordens religiosas, como os franciscanos, beneditinos, carmelitas e vicentinos.

¹⁸A roda dos expostos foi o mecanismo criado como forma dos pais doarem seus filhos sem serem reconhecidos, mas com a garantia que estes seriam encaminhada para uma instituição e não abandonados.

Ao final do primeiro século de colonização, já existiam quatorze irmandades que prestavam assistência a velhos, doentes, presos, desvalidos e à infância no Brasil (MESGRAVIS, 1975). “Crianças órfãs, leprosos, alienados, doentes e inválidos foram os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada” (SPOSATI, 1988, p.78).

A Igreja era quem se preocupava com esta parcela da população, enquanto ao poder público, como obrigação do Estado, cabia atuar como agente regulamentador e fiscalizador das atividades das instituições que cuidavam da infância e da criança (KRAMER, 1982) através do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com sede no Rio de Janeiro, que tinha como objetivos:

Atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e pelos criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (KRAMER, 1982, p. 54).

Dessa forma, até a década de 1940, no município de Campinas, as únicas instituições de cuidado à infância existente eram instituições confessionais. Mesmo com início da intervenção pública, até a década de 1970, a iniciativa particular se consolidou neste setor, uma vez que das vinte e seis Unidades Educacionais criadas no município, onze delas¹⁹ eram públicas/conveniadas e ainda hoje fazem parte da Rede Municipal de Educação Infantil. Estes convênios, em sua maioria significam contratos anuais,

Desta forma a instituição acolhia estas crianças, prestando atendimento e posterior encaminhamento às outras famílias, seja para adoção, seja para mão-de-obra familiar. Pioneiramente estas rodas não serviam a estes propósitos, mas sim eram instaladas em mosteiros e conventos para entrada de objetos, alimentos e mensagens, sem que houvesse o contato dos religiosos com o mundo exterior, garantindo assim sua clausura e vida contemplativa. Porém, com o tempo as rodas passaram a ser utilizadas por pais que queriam deixavam suas crianças nestas instituições. Para cessar o uso indevido das rodas dos mosteiros, estas passam a ser instaladas em hospitais. As rodas de São Paulo e Salvador permaneceram até 1950, sendo as últimas a existirem em todo o mundo ocidental. No total, o Brasil contou com treze rodas dos expostos.

¹⁹ São Elas: Creche B Quirino, Instituto Dom Nery, Instituto Popular Humberto De Campos, Casa Da Criança De Sousas, Casa Da Criança Madre Anastácia, Lar Escola Jesus De Nazaré, Creche Irmã Maria Ângela, Centro Promocional Nossa Senhora Da Visitação, Casa Da Criança Meimei, Creche Mãe Luiza, Creche Tia Léa.

firmados geralmente no início do ano letivo e são por diversos anos renovados, mantendo a periodicidade e os laços prefeitura-entidade conveniada.

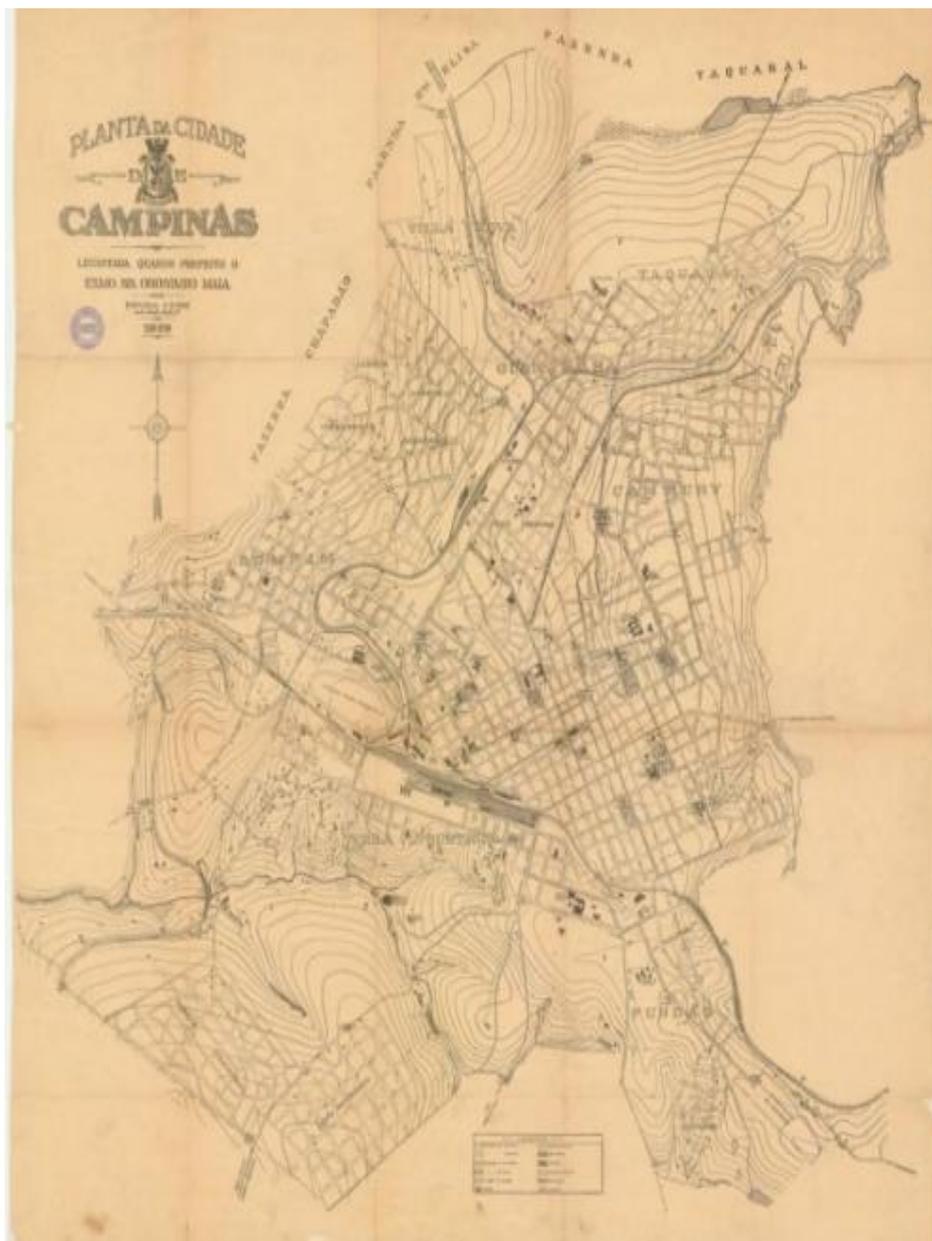
TABELA 1 –MOVIMENTO DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS (POR DÉCADA)

Período	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Total Unidades	Porcentagem * (%)
Até 1950	1	3	-	4	1,94
1951-1960	10	5	-	15	7,28
1961-1970	4	3	-	7	3,40
1971-1980	22	9	-	31	15,05
1981-1990	37	4	-	41	19,90
1991-2000	38	11	-	49	23,79
2001-2010	18	8	13	39	18,93
2011-2019	3	2	15	20	9,71
Totais	133	45	28	206	100,00

* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

A Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas é composta hoje por 45 Unidades públicas/conveniadas, construídas para prestar atendimento às crianças e às famílias. A oferta desse tipo de atendimento foi pioneiro na cidade, no início do século passado. Iniciado em 1914, foi ampliado na década de 1930 para outras duas unidades localizadas nas áreas centrais da cidade, que compunham parte da malha urbana consolidada, como é possível de ser observada na planta da cidade de 1929 (figura 1). Estas áreas dariam origem às porções centrais das hoje ditas Regiões Norte, Leste e Sul.

FIGURA 1- PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS E 1929²⁰.

Conforme a planta de 1929, a área central da cidade seria cortada pela instalação da Estrada de Ferro Paulista em 1870. De acordo com Ramos (2016), a linha férrea foi a primeira grande responsável por dividir Campinas em áreas distintas, constituindo-se

²⁰ Disponível em:

http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf
Acesso em: 17 de out. 2019. Acesso em 23 de set. de 2019.

alterados, fixando seu crescimento urbano e tornando necessária a expansão de ruas e equipamentos.

Mas, é após os anos 1930 que a cidade começa a se urbanizar, após a crise do café e a contratação de Prestes Maia²¹ para realizar o traçado e a reestruturação da malha urbana da cidade, substituindo o bonde pelo transporte rodoviário. Parte do projeto constituiu na construção de rodovias e anéis viários, necessários para o escoamento da produção.

Após esses movimentos narrados, ocorrem novas reorganizações espaciais da cidade, sobretudo com a construção de grandes rodovias ligando Campinas à capital e demais regiões. Esses novos processos culminam, na década de 1950, com intensa industrialização da cidade cujas indústrias buscavam se instalar no interior paulista, principalmente ao longo dos eixos viários.

A instalação destas indústrias nas proximidades das rodovias favoreceram o acesso e a expansão periférica da cidade, tornando localidades antes desconexas da malha urbana consolidadas, agora acessíveis, iniciando o processo de urbanização e expansão de áreas das regiões Sul, Sudoeste e Noroeste.

A expansão periférica da cidade ao sul da linha férrea foi impulsionada com as construções da Rodovia Anhanguera (1948), da Rodovia dos Bandeirantes (1938) e da Rodovia Santos Dumont na década de 1980, religando a área a outras vias urbanas. Estas direcionaram o fluxo migratório, portanto, a expansão industrial apoiada no acesso viário a terrenos distantes, antes inacessíveis, foi o fator gerador do crescimento periférico e urbanização destas áreas (RAMOS, 2016).

A década de 1950 mostrou-se como o período em que mais se aprovou loteamentos pela cidade. Segundo Ramos (2016), estes loteamentos aprovados restringiam-se a serem terraplanados e demarcados, mesmo que não contassem com estruturas mínimas necessárias e nem mesmo ligações com núcleos já urbanizados. Estas áreas foram facilmente ocupadas, devido principalmente ao preço das terras, pelos

²¹ Engenheiro civil, arquiteto e político brasileiro foi convidado pela Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas de São Paulo em 1934 para auxiliar na remodelação urbana de Campinas, onde também propôs um sistema viário parecido com o da capital, apesar do forte impacto da ferrovia na região, que ainda era mais rural do que industrial.

migrantes que chegavam aos montes na cidade para trabalhar nas novas indústrias. Eles mesmos se empenhavam na autoconstrução de suas habitações, pois, com o baixo salário que recebiam das industriais, não conseguiam pagar o preço de uma moradia formal em outras áreas da cidade, portanto, a solução encontrada foi a ocupação destas terras vazias e desvalorizadas.

Essa industrialização de baixos salários foi a responsável pelo desenvolvimento de áreas informais pela cidade, enquanto que o poder público se ausentava de suas obrigações quanto ao controle dessas ocupações, não investindo nem de sua parte e, nem de parte do capital industrial em recursos pra diminuir a informalidade destas áreas.

Neste processo de distanciamento das áreas centrais, as periferias foram ocupadas pelos trabalhadores das indústrias, provenientes da migração ou expulsos das áreas centrais por não conseguirem se manter nestas. Intensificando o processo de segregação espacial da população de baixa renda, em um perverso processo de apropriação, uso e ocupação do solo, gerando bairros e favelas sem condições e infraestruturas mínimas, muito menos equipamentos públicos para atendimento a esta população.

Desta forma estas áreas, mais tardiamente urbanizadas, compostas principalmente pelas regiões Sudoeste e Noroeste apresentam os menores índices de renda e qualidade de vida do município.

Egídio. Assumindo à diferenciação desta região frente às demais, como já se evidenciava no início do século passado com a construção da ferrovia, é nesta que se encontram os bairros mais privilegiados da cidade, sendo a região escolhida para abrigar o primeiro shopping center em 1980, situado na antiga fazenda de café, Fazenda Brandina e é onde se encontram também parte dos casarões e patrimônios históricos da cidade, como a casa do Cardeal Dom Agnello Rossi²⁴ e o prédio do Liceu Salesiano²⁵.

É na região Leste que se encontram os principais colégios privados do município, estabelecendo-se como a região onde a elite educava e seguem educando seus filhos até os dias de hoje. Ali também se encontram os principais hospitais históricos privados, como os Irmãos Penteado, Casa de Saúde, Beneficência Portuguesa dentre outros que atendem os moradores de toda a cidade. Configura-se, portanto, em uma região rica em estruturas e equipamentos destacando-se dentre as demais, desde o século passado, evidenciando a política social da velha elite brasileira. Na região se encontra uma grande quantidade de empresas, lojas, hotéis, restaurantes e feiras livres e faz divisa com os municípios de Jaguariúna, Pedreira, Morungaba e Valinhos.

Porém, contrastando com a parte que compõe o centro da cidade, na região também encontram-se áreas que merecem atenção principalmente por se tratarem de ocupações e favelas, como às próximas ao Parque São Quirino no extremo noroeste, ao Jardim Flamboyant e áreas localizadas no distrito de Sousas e Joaquim Egídio.

A região Leste é a que possui a maior área, com 340,327km², ocupando um pouco menos que a metade da extensão do município que é 794,744km². Parte

²⁴ Construída no final do século XIX, a Casa do Cardeal Dom Agnello Rossi recebeu o chamado "prefeito da sagrada Congregação para evangelização dos povos, junto ao Vaticano". A casa possui características peculiares da época, identificando a influência da imigração italiana na arquitetura da região na época. Atualmente, a casa é um patrimônio tombado e tem somente a finalidade de moradia particular. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/leste/patrimonios.php> Acesso: 04 de nov. de 2019.

²⁵ Em 1987, foi fundada a casa de educação e ensino, entregue pelo bispo Dom Nery. Acompanhada de um histórico triste, o colégio deu início às atividades pouco depois do surto de febre amarela vivido em Campinas, em que mais de 5 mil habitantes morreram com a doença. Uma mulher, Sra. Maria Umbelina Alves Couto, liderou uma busca por corações generosos para criar um abrigo para as crianças órfãs em razão dessa epidemia. Foi com o cônego João Batista Correa Nery que Mara Umbelina encontrou apoio, e anos depois fundou o colégio, que até hoje está em atividade. Um dos colégios mais tradicionais da cidade dispõe também de uma capela histórica e muito bela. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/leste/patrimonios.php> Acesso: 04 de nov. de 2019.

considerável desta são áreas rurais de Sousas e Joaquim Egídio que contam com uma grande Área de Preservação Ambiental.

Ao se pensar em violência na região (interpessoal, intrafamiliar, urbana/comunitária e autoprovocada) esta é a que apresenta o menor índice, 243 notificações no ano de 2015, porém, é a região que mais registra notificações na população com 60 anos ou mais.

A região é marcada por grandes desigualdades sociais, conforme dados do Censo 2010, há uma enorme disparidade de renda na região, onde uma pequena parcela, 10.400 habitantes recebem entre 20 salários mínimos ou mais, enquanto que outros 433.300 percebem de 0 a 3 salários mínimos e 316.000 não recebem nenhum tipo de renda.

Nesta, há um total de 248.939 habitantes²⁶ e as entidades preocupadas em atender os campineiros que pioneiramente ali se instalaram passaram a oferecer seus serviços, porém, importante destacar que mesmo após início das construções de Unidades Públicas Municipais e intensificação da periferização da cidade as entidades mantiveram-se construindo suas unidades nesta região privilegiada da cidade, fato que destoava dos objetivos de criação destas entidades de assistência e benemerência visando prestar atendimento e cuidado à infância.

Portanto, como pode ser observado na tabela 2, é na região mais privilegiada da cidade que há a maior concentração de unidades públicas conveniadas. Do total de 45 unidades pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil, 17 delas, ou seja, 37,7%, estão localizadas na região Leste, e estas ainda como se pode observar na figura 4 encontram-se em sua maioria na área do centro da cidade, próxima à linha férrea, com poucas unidades nas áreas mais distantes, sendo que das três áreas que mais demandam atenção, duas delas o Parque São Quirino e o Jardim Flamboyant, não apresentam nenhuma unidade pública conveniada para oferecer atendimento a estas crianças locais.

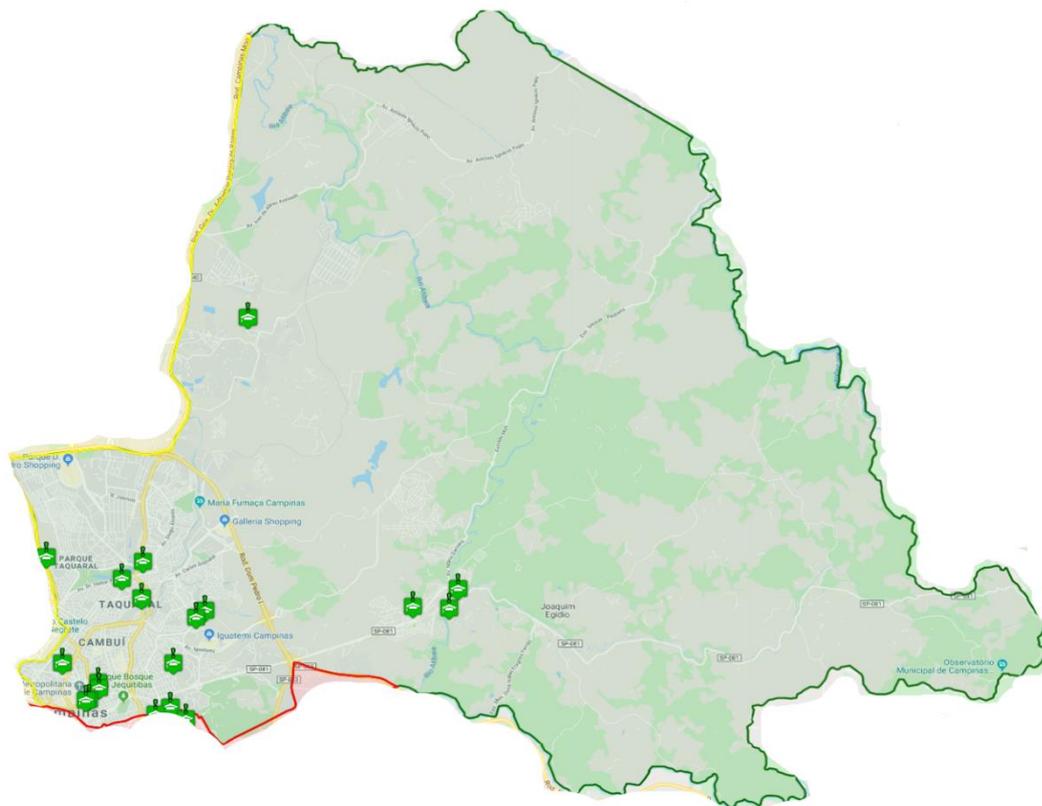
²⁶ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

TABELA 2 - UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO LESTE

Região Leste/ Período	Pública Conveniada Leste	Total de Unidades na Cidade	Porcentagem * (%)
Até 1950	3	3	17,6
1951-1960	2	5	11,8
1961-1970	-	3	0,0
1971-1980	2	9	11,8
1981-1990	3	4	17,6
1991-2000	4	11	23,5
2001-2010	2	8	11,8
2011-2019	1	2	5,9
Totais	17	45	100

* Porcentagem calculada sobre a quantidade de unidades públicas conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

FIGURA 4- UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO LESTE

Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em 17 de out. de 2019.

A região Norte (área em amarelo na figura 3), abrange também pequena parcela da malha central da cidade ao norte da linha férrea. Sua maior concentração populacional está próxima à Torre do Castelo, abrigando assim bairros como Jardim Chapadão, Bonfim e Botafogo, e outros como a Vila Boa Vista, o Conjunto Habitacional Padre Anchieta, Jardim São Marcos e Santa Mônica, abrigando também o distrito de Barão Geraldo e Nova Aparecida.

A urbanização desta região e sua periferização se deu principalmente após a instalação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1960, atraindo e passando a abrigar os primeiros condomínios fechados e hoje tem a maior parte deles, destinados às camadas de alta renda campineira e região, com concentrações comerciais de classe alta, modificando totalmente a paisagem da região, e principalmente do distrito de Barão Geraldo que até então era formado basicamente pelas fazendas Rio das Pedras e Santa Genebra, transformando-a em um dos maiores negócios imobiliários da cidade (RAMOS, 2016).

Possibilitados também pela Universidade houve o loteamento de diversas glebas e implantação de empreendimentos no entorno da Universidade e ao longo da Rodovia Dom Pedro, principalmente na década de 1970, devido à sua localização privilegiada, trazendo destaque econômico a região com estabelecimentos comerciais de grande porte como o Makro, CEASA e hipermercados.

Hoje a região Norte é a que possui a segunda menor população entre as cinco regiões do município, com 212.342 habitantes²⁷, em contrapartida, é a região que apresenta a segunda maior área, 165.955 km², atrás somente da região Leste quando o quesito é extensão territorial.

Ao lado da região Leste esta é uma das regiões mais desenvolvidas economicamente, fato este que resulta em 95% da sua área pavimentada e consequentemente com esgoto e água tratada. Conta com boa estrutura e equipamentos

²⁷ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

públicos como escolas, postos de saúde, prontos socorros, hospitais, corpo de bombeiro e base da polícia militar. É nesta região que se concentra um grande centro universitário contando não só com a UNICAMP, mas a Faculdade de Campinas (FACAMP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC Campinas).

Contempla ainda diversos patrimônios históricos, culturais e naturais – como a Escola de Cadetes do Exército, a Torre do Castelo, o Casarão de Barão, etc. Fazendo divisa com parte do município de Jaguariúna, Paulínia, Sumaré e Hortolândia, é limitada pelas rodovias Francisco Aguirre Proença (SP101) e Adhemar Pereira de Barros (SP340). Apresenta em sua composição uma mescla de usos habitacionais, com usos comerciais, industriais e importantes empreendimentos de impacto para a cidade como o Aeroporto dos Amarais, a Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC I), os loteamentos do Parque Empresarial Techno Park e o Terminal Intermodal de Cargas – TIC.

A região apresenta um baixo número de notificações de violência, próximo à região Leste, com 256 notificações, sendo que destas, a maioria se concentra na população com idade entre 6 e 14 anos (64 notificações) e 30 a 59 anos (68 notificações). Mas esta também apresenta áreas de ocupações e favelas, com altos índices de vulnerabilidade social, localizados principalmente nos bairros do Campo dos Amarais, Padre Anchieta, Jardim Eulina e Jardim Aurélia, nas beiradas da Rodovia Anhanguera, também duas ocupações na área rural de Barão Geraldo.

A região apresenta desigualdade social relevante, principalmente quando diz respeito à ausência de renda, pois, 57.400 habitantes não possuem rendimentos e 107.900 habitantes percebem renda entre 0,5 e 10 salários mínimos.

Nesta região Norte, as entidades passaram a ser inauguradas na década de 60, junto com o desenvolvimento da área, propiciado pela Universidade. O número de unidades é bem inferior se comparado às demais regiões, pode-se atribuir a este fator a predominância de espaços elitizados na região, não havendo, portanto, razão de ser, frente aos anseios dos fundadores de entidades.

Com uma média de quase uma unidade sendo inauguradas por década, destaca-se a concentração de 50% delas criadas na década de 70 (tabela 3), propiciado principalmente pela intensificação dos processos de industrialização e urbanização.

TABELA 3 - UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO NORTE

Região Norte/ Período	Pública Conveniada Norte	Total de Unidades na Cidade	Porcentagem * (%)
Até 1950	-	3	0
1951-1960	-	5	0,0
1961-1970	2	3	25,0
1971-1980	4	9	50,0
1981-1990	-	4	0,0
1991-2000	1	11	12,5
2001-2010	1	8	12,5
2011-2019	-	2	0,0
Totais	8	45	100

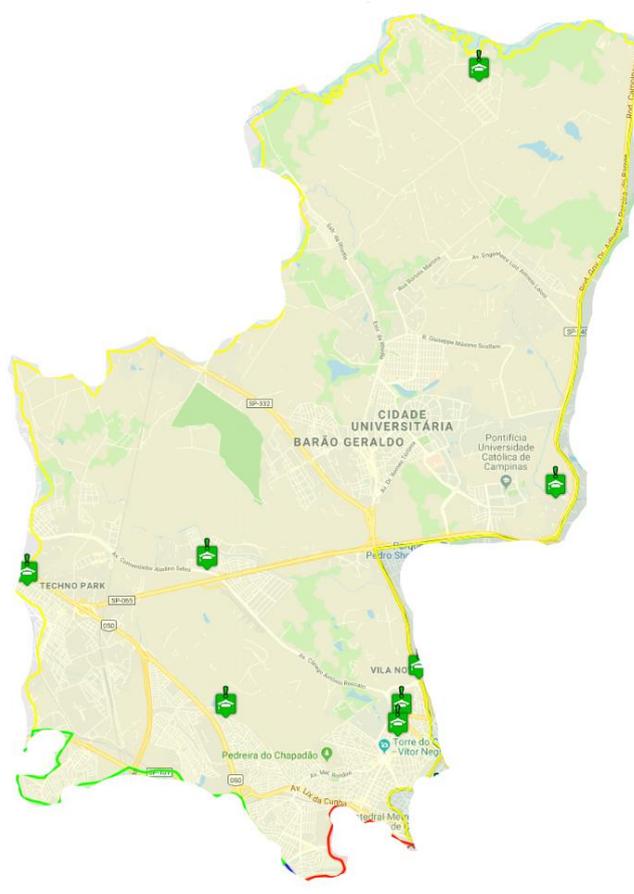
* Porcentagem calculada sobre a quantidade de unidades públicas conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Dessa forma a região Norte conta hoje com 8 unidades, que corresponde a apenas 3,88% de unidades públicas/conveniadas com o setor público e pertencente a Rede Municipal de Educação Infantil, número relativamente baixo considerando a densidade populacional da região e as áreas que demandam maiores atenções.

Pode-se observar na figura 5 que as Unidades Públicas Conveniadas espalham-se rarefeitas pela região, e concentram-se nas áreas do Jardim Chapadão e Vila Nova, enquanto que as demais se concentram nas áreas consideradas mais carentes de equipamentos públicos, onde predominam sub-habitações com ocupações e favelas, como no bairro Village (extremo norte), Jardim Eulina, Jardim São Marcos e Chácara Boa Vista.

Desta forma, portanto, as Unidades Públicas Conveniadas ao expandirem suas formas de atendimento à região Norte, percebe-se que mesmo em pouco número, as unidades existentes priorizaram áreas mais vulneráveis para sua construção, visto que muitas vezes nestas localidades não há nenhum outro tipo de oferta dessa etapa de ensino nas proximidades, como é o caso do Village, que não possuem unidades de nenhum outro tipo de modalidade num raio de 2km.

FIGURA 5 – UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS NA REGIÃO NORTE

Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em 17 de out. de 2019.

A região Sul (área em azul na figura 3), engloba ainda uma parte do entorno da área central da cidade. Esta é a região onde se concentra o maior número de habitantes de Campinas. Em partes desta localidade central também se deu o início da história da cidade, sendo ali construídos os bairros operários históricos, divida das áreas privilegiadas anteriormente pela linha férrea. Bairros tais como a Vila Industrial, localização escolhida para abrigar a primeira Unidade Pública Municipal de iniciativa do poder público para atender aos filhos dos operários, bem como bairros como a Vila Rica, Ponte Preta e Jardim Proença. Essa área urbana é o contraponto da região Leste. Enquanto naquela se encontravam os velhos casarões dos donos das fazendas de café e

dos imigrantes que deram início a industrialização da região de Campinas, nesta viviam os operários que tocavam a máquina industrial e a própria rede ferroviária cuja estação central marca os limites espaciais, como pode-se observar na fotografia de 1940.

FIGURA 6 – REGIÃO CENTRAL DE CAMPINAS EM 1940²⁸.



A região é limitada pelos municípios de Itupeva e Valinhos e contornada pela Rodovia Santos Dumont (SP075). As áreas mais ao Sul da região apresentam áreas rurais de vocação agrícola, pouco urbanizada e desconectadas da malha urbana principal, tendo como primeira cultura o algodão, seguida pela cultura do café, que impulsionou o ciclo desenvolvimentista cafeeiro da cidade. Porém, com a crise do café nos anos 20, e a reestruturação da cidade frente à industrialização, fez os fazendeiros venderem suas terras para colonos italianos e japoneses que inseriram na região fruticulturas diversas, como o figo, goiaba e banana, alterando a paisagem local até os dias de hoje.

Por outro lado, estas áreas afastadas passaram por um processo de reforma agrária, distribuindo terras para um contingente populacional de baixa renda, esta mudança intensificou a carência de equipamentos públicos e serviços de atendimento

²⁸ Disponível em:

http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf

Acesso em: 17 de out de 2019.

local, bem como a demanda de atividades terciárias, unidades de educação, saúde e transporte público²⁹.

Nesta se encontram áreas que carecem de uma maior atenção do poder público, predominantemente formadas por favelas e ocupações, localizadas principalmente nas regiões do Campo Belo, Jardim das Bandeiras e Parque Oziel, uma das maiores ocupações urbanas da América Latina, que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade social da região e os menores números de equipamentos públicos.

A região é a mais violenta das cinco que compõe a cidade, apresentando um índice, segundo dados 2015, de 483 notificações, uma diferença discrepante se comparada às 243 da região Leste. Porém, os casos de violência nesta região são mais frequentes para a população de 6 a 14 anos, pois, 162 deles são de violência contra crianças.

Nesta também se evidencia severas desigualdades sociais, principalmente com relação à ausência de renda, a quantidade de habitantes sem rendimento é 82.700, combinada a maioria expressiva, 119.600 que ganha entre 0,5 e 10 salários mínimos.

Diferindo da região Leste, a região Sul apresenta extensão territorial com 119,526 km², mas muito mais populosa, com 316.671 habitantes³⁰. A primeira unidade Pública Conveniada inaugurada na região Sul foi na década de 50, anos após as primeiras entidades terem iniciado suas atividades na região Leste, mesmo a região ao norte da linha férrea apresentar melhores condições, causado-nos estranheza quanto as razões de criação destas unidades em áreas historicamente mais abastadas, e não em áreas de população massiva operária que necessitavam destas entidades para atenderem seus filhos, enquanto estes se dedicavam à indústria.

²⁹ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

³⁰ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

TABELA 4 - UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO SUL

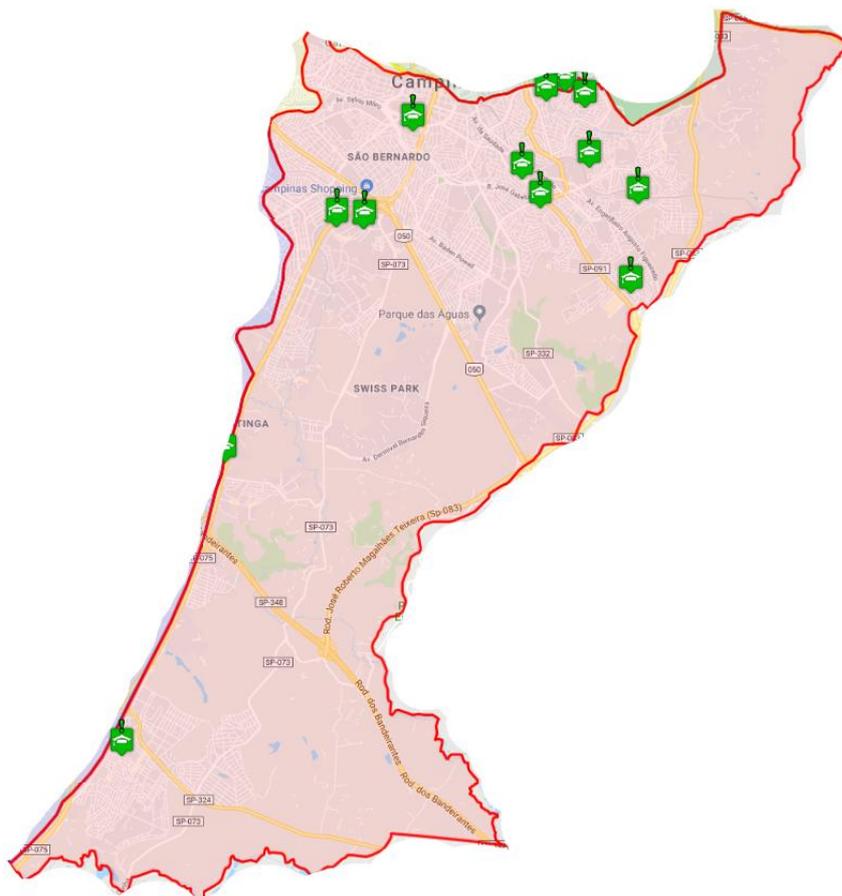
Região Sul/ Período	Pública Conveniada Sul	Total de Unidades na Cidade	Porcentagem * (%)
Até - 1950	-	3	0,0
1951-1960	1	5	8,3
1961-1970	1	3	8,3
1971-1980	3	9	25,0
1981-1990	1	4	8,3
1991-2000	3	11	25,0
2001-2010	2	8	16,7
2011-2019	1	2	8,3
Totais	12	45	100

* Porcentagem calculada sobre a quantidade de unidades públicas conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Apesar do grande contingente populacional a região foi escolha de 12 iniciativas privadas que deram origens às unidades públicas conveniadas com o poder público oferecendo educação infantil na região, representando 27,7% das unidades públicas conveniadas pertencentes hoje à Rede Municipal de Educação Infantil.

Porém, assim como na região Leste, observa-se que as unidades públicas conveniadas que compõe a Rede Municipal, concentram-se nas áreas mais ao norte da região, área central, divisa com a região Leste, mais estruturada e historicamente mais amparada, enquanto que aos bairros periféricos da região, carentes de atendimento dessa etapa da educação básica contam com uma unidade pública conveniada que atende a região do Campo Belo, duas unidades no Parque Oziel, enquanto as demais se concentram numa mesma área como pode ser evidenciado na figura 7.

FIGURA 7 – UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO SUL

Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em 17 de out. de 2019.

A região Sudoeste (região em vermelho na figura 3), juntamente com a região Noroeste (região em roxo na figura 3) são as mais afastadas do centro da cidade. Na região Sudoeste se encontram bairros como Jardim Ipaussurama, das Amoreiras, Itatinga, Parque Universitário de Viracopos, Jardim Ouro Verde e os Distritos Industriais (DICs).

Ambas as regiões Sudoeste e Noroeste, configuraram-se mais tardiamente à composição municipal, tendo como precursora a urbanização e industrialização de Campinas iniciadas pós crise do café e intensificadas através de instalações industriais ao longo de importantes rodovias construídas na década de 1950, interligando áreas antes desconexas da malha urbana e à capital. A região, principalmente após a construção do Aeroporto de Viracopos, na década de 1930, atraiu muitos novos loteamentos ao local, servindo de importante polo de desenvolvimento. É criado na região os Distritos Industriais (DIC's), Parque Industrial e São Bernardo, juntamente com a duplicação da Rodovia Santos Dumont. Esse processo de expansão da cidade, urbanização e industrialização ocorreram principalmente aglomerando trabalhadores pobres nestas novas faixas de terra, iniciadas devido a problemas de moradias nas áreas já consolidadas da cidade, principalmente quando da intensa migração de trabalhadores para a cidade nos anos 1960, buscando oportunidade para trabalhar nas indústrias recém instaladas. À estes novos moradores locais somavam—se um número cada vez maior de moradores pobres expulsos de suas casas nas áreas centrais, iniciando uma operação de ‘limpeza’ de cortiços, moradores de rua, negros e prostitutas (os “indesejáveis”) que permeavam as áreas nobres da cidade, portanto, deveriam delas ser afastados, por não pertencerem ao contexto local de classe média (RAMOS, 2016).

Esta política de limpeza proposta por Ruy Hellmeister, prefeito da época, dá origem ao bairro Itatinga, na região sudoeste, único bairro planejado para prostituição do país, em 1967, objetivando confinar as profissionais do sexo que antes povoavam áreas do centro da cidade (RAMOS, 2016). Como parte integrante desta política de limpeza é evidenciada na criação da empresa mista Companhia de Habitação –COHAB, criada em 1965, objetivando construções de loteamentos habitacionais em áreas periféricas, destinados à classe trabalhadora, apresentando baixos custos e fora da mancha urbana. Desta forma a COHAB foi uma das maiores responsáveis pelo processo de periferização e expansão da cidade, construindo e entregando grandes loteamentos, distantes do centro, mesmo que muitas vezes mal servidos de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. (sobre a COHAB será mais pormenorizado ao analisar as políticas públicas de criação das unidades públicas municipais).

Assim, as regiões Sudoeste e Noroeste apresentam marcadamente características do projeto iniciado na década de 60, objetivando a transferência de pessoas de uma

mesma faixa de renda para estas regiões, que passaram a ser compostas por loteamentos, ocupações ilegais e favelas.

Pode-se observar que a ocupação destas áreas por trabalhadores pobres eram toleradas pelo poder público, enquanto que casos estes ocorressem nas áreas centrais privilegiadas o poder público não era permissivo e repreendia, evidenciando assim o tipo de crescimento do eixo da pobreza nestas novas faixas da cidade.

A região Sudoeste configura-se como a segunda mais populosa do município, com aproximadamente 253.061 habitantes, perdendo em números somente para a região Sul, contando com a segunda menor extensão de área, 99.606 km²³¹. É limitada pelos municípios de Monte Mor e Indaiatuba e é atravessada pela Rodovia Santos Dumont (SP 075) e Rodovia dos Bandeirantes (SP 348). Possui sob seu domínio grandes extensões de zona rural produtoras de diversos tipos de frutas, onde os moradores locais, de chácaras e sítios, pertencem principalmente a descendentes de imigrantes suíços, italianos e alemães que vieram para a região no século 19, para substituir a mão de obra dos escravos nas lavouras.

A expansão territorial sem o devido controle do poder público trouxe diversas consequências para os moradores relegados à estes locais, como saneamento básico deficitário em muitos bairros, sendo que grandes quantidades de esgoto doméstico são lançadas nos rios ou vias públicas, vias estas que não são asfaltadas, cortando a região, sem nenhum tipo de tratamento, podendo trazer sérios riscos e problemas de saúde para os habitantes locais.

Com a implantação do Distrito Industrial em 1974, na região dada a sua proximidade à Rodovia dos Bandeirantes, contando hoje com mais de 30 empresas de grande porte e multinacionais, este trouxe avanços e a preocupação do poder público para com algumas áreas, acarretando assim o provimento de algumas infraestruturas básicas para a região, inclusive para loteamentos já existentes, mas ainda em número insuficiente para atender e sanar todos os problemas.

³¹ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

Os bairros mais afetados e com maiores índices de vulnerabilidade social figuram-se o Parque Vida Nova, Distritos Industriais e as áreas compostas pelos bairros Maria Rosa, Novo Campos Elíseos e Santa Lúcia. Portanto, o crescimento desordenado, fruto da ausência de uma política de desenvolvimento urbano, trouxe como consequência uma estrutura urbana descontínua, com loteamentos esparsos e carentes de infraestruturas, serviços e equipamentos públicos para atender os moradores locais, assim muitos deles são levados a acessar estes serviços em municípios vizinhos como Indaiatuba e Monte Mor.

A violência na região apresenta altas quantidades de notificações, inferior apenas das regiões Sul e Noroeste, totalizando 346 notificações no ano de 2015³², destas notificações, 81 delas são referentes a pessoas entre 30 e 59 anos, mas a maioria dessas notificações, 112 delas, são referentes a crianças de 6 a 14 anos, o que nos leva a pensar estes índices relacionados a áreas, como o Jardim Itatinga. Além disto, na região a distribuição de renda, assim como nas demais regiões apresenta grande desigualdade, no total 65.700 habitantes da região declaram não possuir rendimentos.

Apesar de a região ter seu início na década de 1930, com a construção do Aeroporto, sua urbanização e industrialização foi intensificada nos anos 1970 e 1980. Passam-se anos até que as primeiras unidades públicas conveniadas comecem a se instalar na região, somente em 1990.

³² Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

TABELA 5 - UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO SUDOESTE

Região Sudoeste/ Período	Pública Conveniada Sudoeste	Total de Unidades na Cidade	Porcentagem * (%)
Até 1950	-	3	0,0
1951-1960	1**	5	20,0
1961-1970	-	3	0,0
1971-1980	-	9	0,0
1981-1990	-	4	0,0
1991-2000	3	11	60,0
2001-2010	1	8	20,0
2011-2019	-	2	0,0
Totais	5	45	100

* Porcentagem calculada sobre a quantidade de unidades públicas conveniadas criadas na região por período de tempo.

** Entidade conveniada criada em 1956 se situava inicialmente no bairro vila industrial, sendo transferida para a região sudoeste em 2001.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Hoje, quase três décadas após o início da implantação de unidades públicas conveniadas no local, esta conta apenas com 5 unidades, correspondente à 11,11% do total de unidades públicas conveniadas com o setor público pertencente à Rede Municipal de Educação Infantil. Destoando do discurso de construção assumido pelas entidades, visto que a região, uma das mais populosas e vulneráveis da cidade apresenta número ínfimo de unidades, mesmo que as existentes se encontrem concentradas em áreas necessárias como Jardim Ipaussurama, Jardim Itatinga, Parque Montreal, Parque Vista Alegre e Vida Nova conforme figura 8.

A Noroeste é a região que possui a menor população dentre as cinco regiões do município, totalizando 133.086 habitantes, também é a região com a menor área de extensão territorial 63,330 km²³³. Esta localidade tem evidenciado uma forte expansão econômica nos últimos anos, e possui sob seu domínio um complexo de atendimento à saúde, o Pronto Socorro do Campo Grande e a Maternidade e Hospital Universitário Celso Pierro.

O desbravamento do extremo sudoeste da região, deveu-se em grande parte ao grande conjunto habitacional, Parque do Itajaí, ali entregue em 1980, que impulsionou a expansão habitacional local, capaz de assistir o bairro mais populoso da cidade, o Residencial São Luiz, que tem em média de habitação dez vezes superior à média da cidade.

É nesta região que se encontra a menor renda média entre as famílias, com localidades que merecem maiores atenções do poder público, como o Jardim Satélite Iris e Campo Grande. Seguida pela Sudoeste que ocupa a segunda posição, compreendendo a maior concentração dos mais pobres sem renda ou àqueles que percebem de 1 a 3 salários mínimos, uma intensa contradição quando comparada a Leste, região que apresenta maior renda média, representando quase 50% a mais que a renda das famílias da Noroeste.

A região apresenta mais notificações de violência que a Sudoeste, apresentando em 2015 um total de 355 notificações, sendo que destas 77 dizem respeito à violência contra crianças de 6 a 14 anos, 84 delas de violência envolvendo a população jovem de 18 a 29 anos, juntamente com 47 notificações relacionadas à violência contra adolescentes de 15 a 17 anos, porém, ainda maior é a quantidade de notificações referente à população de 30 a 59 anos, 95 notificações.

A região também é marcada pela desigualdade social encontrada nas demais regiões, possuindo em sua área 47.300 pessoas sem possuir rendimentos, somados às 66.880 pessoas com salários entre 0,5 e 10 salários mínimos. A região mostrou-se carente de unidades públicas conveniadas até os anos 1990, mesmo esta sendo

³³ Disponível em: https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf Acesso em 17 de out. de 2019.

urbanizada e industrializada décadas antes. Hoje, anos após a criação da primeira unidade pública conveniada, a região conta com apenas 3 unidades, ou seja, 6,6% do total de 45 unidades públicas conveniadas pertencente à Rede Municipal de Educação Infantil.

TABELA 6 - UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO NOROESTE

Região Noroeste/ Período	Pública Conveniada Noroeste	Total de Unidades na Cidade	Porcentagem * (%)
Até 1950	-	3	0,0
1951-1960	1**	5	33,3
1961-1970	-	3	0,0
1971-1980	-	9	0,0
1981-1990	-	4	0,0
1991-2000	1	11	33,3
2001-2010	1	8	33,3
2011-2019	-	2	0,0
Totais	3	45	100

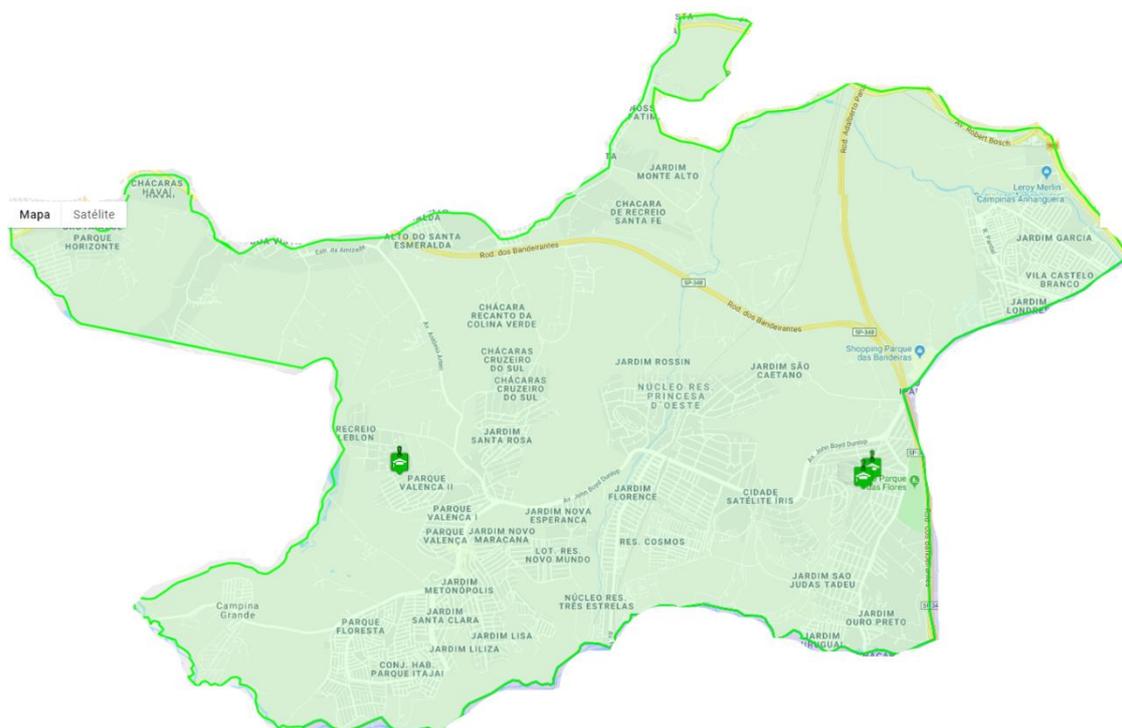
* Porcentagem calculada sobre a quantidade de unidades públicas conveniadas criadas na região por período de tempo.

**Entidade conveniada criada em 1959, foi posteriormente transferida para a região noroeste.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

A região, ao apresentar número tão pequeno de unidades diante da sua realidade sócioeconômica, nos faz colocar em cheque os discursos de construções apresentado pelas entidades, visto que a região, a mais pobre dentre as cinco regiões, apresenta apenas três unidades, mesmo que as existentes estejam concentradas em áreas necessárias como o Parque Valença e Jardim Satélite Iris conforme figura a seguir.

FIGURA 9 – UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS REGIÃO NOROESTE



Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em 17 de out. de 2019.

A localidade escolhida para instalação destas unidades públicas conveniadas espalhadas pelo município de Campinas dependeram não só de momentos históricos, mas também dos anseios e escolhas dos agentes que participaram de suas idealizações e da força das demandas dos futuros usuários, entre outros fatores (históricos individualizados de criação das Unidades que compõe a Rede Municipal está elencadas no Apêndice I).

B) POLÍTICAS PÚBLICAS E AS UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Enquanto as entidades de caridade com ligações religiosas surgiam e se especializavam no atendimento à infância, as primeiras instituições públicas do Brasil com essa finalidade data da década de 1920 e tem como fator motivador a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações, iniciadas também neste período. Nas atividades industriais, as fábricas passaram a contratar mulheres, sem tratar do problema ocasionado com essa nova situação das famílias operárias: onde deixar os filhos durante a jornada de trabalho, uma vez que estes eram responsabilidades das mulheres. Como resultado do início destas organizações é o acirramento dos debates, lutas e disputas em torno da educação no Brasil, principalmente quando da criação do Ministério da Educação e Saúde, neste mesmo período, sob o comando de Francisco Campos³⁴.

Ao assumir este cargo o ministro propõe uma série de medidas e reformas no sistema educacional brasileiro ao nível federal, as mais significativas foram a reforma do ensino secundário e do ensino superior, não contemplando o ensino primário e o ensino normal, de alçadas dos Estados. Mas, mudanças que puderam ser observadas no período foram a instituição do ensino seriado, tornando-o de frequência obrigatória e única forma de acesso ao ensino superior; a instituição de normas para docentes e o seu registro no Ministério da Educação e Saúde, bem como a volta do ensino religioso católico nas escolas públicas. Importante destacar que Francisco Campos foi indicado para a ocupação deste cargo por Alceu Amoroso Lima³⁵ e Sebastião Leme³⁶, influentes

³⁴ Francisco Campos, natural de Dores do Indaiá (MG), formou-se advogado e jurista, pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde. Foi secretário do Interior de Minas Gerais e responsável por profunda reforma no sistema educacional de Minas, Após golpe de Estado e recém-criação do Ministério da Educação e Saúde é designada para assumir o Ministério tendo visto seu destaque nas reformas educacionais em Minas, é nesta função que promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargasI/biografias/francisco_campos Acesso em: 09 de mai de 2018.

³⁵ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. Em 1924, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos. Iniciou, então, intensa correspondência com o pensador católico Jackson de Figueiredo, fundador do

representantes da Igreja Católica, deixando explicitar a participação da Igreja Católica no governo do país (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984). Apesar de nenhuma destas medidas dizerem respeito ao cuidado institucionalizado de crianças pequenas em creches e pré-escolas, estas medidas reverberam trazendo modificações significativas a este novo segmento.

Na década seguinte, quando a educação no Brasil teve um de seus momentos de fortes embates com os defensores da Escola Nova por um lado, tendo como líderes mais conhecidos Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho e do outro lado os católicos liderados por Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca. Os primeiros, em luta contra o conservadorismo educacional, defendiam uma Escola Nova sintetizada nos quatro pontos seguintes: educação laica, educação igual para ambos os sexos, gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar. Na ocasião da IV Conferência Nacional de Educação, espaço privilegiado do debate educacional desde os anos 1920, como não foi possível chegar a nenhum consenso no que diz respeito à educação,

Centro Dom Vital, importante núcleo de debate e difusão do catolicismo. Em 1928, declarou sua conversão ao catolicismo, fato que teve grande repercussão nos meios intelectuais. Nesse mesmo ano, com a morte de Jackson de Figueiredo, foi designado para substituí-lo à frente do Centro Dom Vital. Quando no governo de Getúlio Vargas, consolidou sua posição de liderança junto ao laicato católico e, ao lado de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, empreendeu intensa campanha pela afirmação de uma postura ativa dos católicos diante das grandes questões nacionais. Assim, em 1932, diante da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e tornou-se secretário-geral da organização. O objetivo da LEC era oferecer apoio aos candidatos que, independentemente de partidos, se dispusessem a defender na Constituinte os pontos de vista da Igreja, como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas, a pluralidade sindical. Como professor, opôs-se à corrente renovadora do ensino aglutinada no movimento da Escola Nova, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em 1935, tornou-se diretor nacional da recém-criada Ação Católica Brasileira, foi eleito para Academia Brasileira de Letras e foi nomeado membro do Conselho Nacional de Educação. Após a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado reitor da UDF e patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima Acesso em: 01 de mai de 2018.

³⁶ Clérigo católico, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Nessa época, desenvolveu um ativo trabalho de evangelização e passou a exigir do governo da República um tratamento especial para o catolicismo, que segundo ele não tinha reconhecida a sua posição de religião da maioria dos brasileiros. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme Acesso em: 18 de mar do 2020.

Fernando de Azevedo³⁷ escreveu um Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, neste manifesto defendeu-se a criação de um Sistema Nacional de Educação; responsabilidade dos Estados em custear, organizar e ministrar ensino em todos os graus, bem como educação igual para ambos os sexos, única para meninos e meninas, leiga, gratuita e obrigatória; onde o ensino secundário deveria ser para o povo, não apenas para as elites, portanto, não mais apenas clássico, mas acessível; desenvolver escola técnica profissional secundária e superior, que contassem com a contratação de profissionais para a orientação às aptidões; criação de fundos escolares para propiciar a autonomia econômica das escolas, também a fiscalização das instituições particulares, e reorganização da administração escolar em departamentos para maior eficiência, rapidez e resultados; e por fim, outro item em pauta era a criação de universidades no país bem como o desenvolvimento de uma rede de creches e pré-escolas que contivessem serviços médicos, dentários e outros.

Corroborando as reivindicações, a Constituição de 1934 atendeu interesses diversos, dentre eles o voto livre e o voto feminino, prevendo em âmbito educacional a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, assumindo a educação como direito de todos e de competência da União. No que tange o ensino primário, prevê a gratuidade e obrigatoriedade, estendida também para adultos e ministrado em língua portuguesa.

Com Gustavo Capanema³⁸ à frente do Ministério da Educação e Saúde (de 1934 a 1945) e instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937, diversas mudanças

³⁷ Fernando de Azevedo ocupou vários cargos administrativos, mas se destacou em sua maioria na esfera educacional, entre os quais os mais importantes foram: diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). (PILETTI, 1984)

³⁸ Gustavo Capanema, proveniente de família abastada, natural de Pitangui-Mg, formado no colégio de Belo Horizonte, e em Direito na mesma cidade. Retorna para Pitangui como normalista e vereador, é nesta primeira profissão que toma contato com as reformas Francisco Campos. Quando Olegário Maciel assume o governo de Minas Gerais nomeia Capanema como seu chefe de gabinete, este participou ativamente da Revolução de 30 passando a assumir como Secretário do Interior de Minas. Pós-revolução e vitória de Minas é terminada a política de café com leite, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado e assume o poder e não Júlio Prestes, candidato vencedor das eleições presidenciais. Getúlio quer manter

são aplicadas na educação, pois, como ministro, Capanema acreditava que a educação era área estratégica de entrada, capaz de moldar a sociedade e permitir a mobilidade social, para tanto se fez necessário reformar o ensino. Dentre as medidas efetuadas por ele está a reforma do ensino secundário, e havendo em 1940 a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), responsável por estabelecer normas para o funcionamento das Creches.

Capanema assumiu a liderança do ministério da Educação e Saúde, após renúncia de Francisco Campos, respeitando um acordo político efetuado com a Igreja Católica, decorrentes das aprovações das emendas religiosas na Constituinte, pois, Capanema também se tratava de homem de confiança da Igreja Católica e de Alceu Amoroso Lima (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984).

Estas mudanças estendem-se aos Estados, em São Paulo inaugura-se o movimento pela educação infantil pública, pois, ao investigar as instituições de cuidado à infância, mantidos pelo governo de 1896 até 1930, a lista contava com apenas um único jardim de infância, anexo à Escola Normal Caetano de Campos, cenário este que começou a se modificar com a inauguração de escolas maternas e creches, na gestão de Sampaio Dória, então diretor da Instrução Pública.

A cidade de São Paulo, por sua vez então saía na dianteira com o projeto inovador de Mario de Andrade, mesmo o país vivendo um período controverso, principalmente com o final do governo Vargas³⁹. Nova Constituição foi promulgada em

Minas ao seu lado e Olegário no poder. Para isto torna Capanema Ministro da Educação, tirando Francisco Campos deste cargo e passando-o para ocupar cargo em nível federal. Francisco Campos foi mentor intelectual e político de Capanema, este já havia também sido secretário do interior em Minas Gerais e também participou na revolução de 30. Capanema sempre se mostrou leal a Vargas desde o início, até o final de sua carreira política. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984).

³⁹ O governo de Getúlio Vargas foi possível através de um golpe, organizado junto aos militares e contando com o apoio de grande parcela da sociedade, uma vez que desde o final de 1935 o governo reforçava sua propaganda anticomunista, alarmando a classe média, na verdade preparando-a para apoiar a centralização política que desde então se desencadeava. No poder, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, fato este, responsável pela grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos EUA e possuía uma política semelhante à alemã. A derrota das nações nazifascistas foi à brecha que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas. Assim, a batalha pela democratização do país ganhou força. O governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais.

1946, baseada nos princípios democráticos e liberais, ocasionando a retirada da censura, garantindo assim, a liberdade de crença, de imprensa e garantidos outros direitos sociais, enquanto que no que diz respeito à educação também há mudanças, como a obrigatoriedade do ensino primário, ministrado em português oficial e gratuito a todos, contando também com a previsão de creches e pré-escolas.

As mudanças com relação ao cuidado da criança pelo poder público, ao nível Nacional e em São Paulo, impactam as políticas educacionais da cidade de Campinas, principalmente quando da inauguração da primeira instituição de educação infantil pública municipal da cidade. Intitulado Parque Infantil do Cambuí - Violeta Dória Lins, localizado na Praça Imprensa Fluminense, (agora transformado em Centro de Convivência da cidade, como informado no início desta dissertação). Na década seguinte, é inaugurada em 1942, a mais antiga escola ainda em funcionamento da Rede, o CEI Celisa Cardoso do Amaral, na gestão do Prefeito da época, Lafayette Álvaro de Souza Camargo, do Partido Progressista. Estes Parques foram os precursores do que seria hoje a Rede de Educação Municipal de Educação Infantil de Campinas.

Subordinado à Diretoria da Educação e da Assistência, encontrava-se a seção de Ensino e Difusão Cultural (que foi transformada em Diretoria de Ensino e Difusão Cultural), constituída pelos órgãos: Seção de Expediente, Seção de Difusão Cultural e Serviço Dentário. A Seção de Difusão Cultural se constituiu de dois serviços autônomos, entre si, o próprio Serviço de Difusão Artístico-Cultural e o Serviço de Ensino e Assistência Sócioeducacional. Ao Serviço de Ensino e Assistência Sócioeducacional são atribuídas às funções de implantação e regulamentação dos Parques Infantis e Recantos Infantis. Nesses espaços as crianças contavam com educação sanitária, assistência social e educacional, assistência médica, dentária, alimentação, cuidados com a higiene e exames médicos. O objetivo era que estas crianças se tornassem adultos fortes e saudáveis, ideário fortemente associado com a proposta de criação de nação forte e saudável pensado por Vargas (JÚNIOR; RAMOS, 2001).

Os horários de atendimento destes Parques e Recantos eram das 8h00 às 10h30 e das 14h00 às 16h30, as crianças em idade escolar os frequentavam em horário oposto ao que frequentavam à escola de Ensino Fundamental, durante o ano letivo, pois, estes não funcionavam em períodos de férias. Estes horários não atendiam as necessidades das famílias trabalhadoras, pois, precisavam que as instituições funcionassem em período

integral e durante todo o ano. Após pressão popular e procurando atender esta necessidade em 1956 o horário de atendimento é estendido passando a funcionar, todos os meses do ano das 8h00 às 17h00 (FARIA, 2012).

As atividades nos Parques Infantis eram pensadas para serem efetuadas em grupos pequenos e dividiam-se em três setores principais: Educação Física – com exercícios físicos, natação, jogos, competições e danças ou ritmo; Educação Recreativa – com aulas de desenho, dramatização, declamação, educação musical, jogos sensoriais, rodas cantadas e Cursos de Trabalhos Manuais, bem como o clube agrícola que buscava inculcar nas crianças o amor pela horticultura e jardinagem, procurando também apresentar-lhes noções elementares de economia. (FERREIRA 1996 p.56).

TABELA 7- CRIAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS MUNICIPAIS E PÚBLICAS CONVENIADAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Períodos:	Pública Municipal	Pública Conveniada	Total de Unidades	Porcentagem * (%)
Até 1950	1	3	4	2,24
1951-1960	10	5	15	8,43
1961-1970	4	3	7	3,93
1971-1980	22	9	31	17,42
1981-1990	37	4	41	23,03
1991-2000	38	11	49	27,53
2001-2010	18	8	26	14,61
2011-2019	3	2	5	2,81
Totais	133	45	178	100,00

* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Após o início da oferta deste tipo de atendimento na cidade, a década de 1950 se mostrou promissora para a educação infantil campineira (tabela 7), alicerçando-a como política pública. Neste período, para além das 5 Unidades Públicas Conveniadas que foram criadas, outras 10 Unidades Pública Municipal foram construídas e entregues pelo poder público municipal. Destas 10 Unidades, 1 delas foi inaugurada em 1951 pelo prefeito da época, Miguel Vicente Cury do Partido Social Progressista (PSP), primeiro prefeito eleito por sufrágio na cidade. Com o final do mandato deste prefeito nesse

mesmo ano, segue-se um hiato de anos, durante todo o mandato de Antônio Mendonça de Barros do Partido Social Democrático (PSD), sem que nenhuma Unidade nova fosse construída como pode ser observar a seguir com as construções de unidades efetuadas por cada prefeito/partido⁴⁰.

TABELA 8- CRIAÇÃO DE UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS NAS GESTÕES DOS PREFEITOS ELEITOS

Gestões/Partidos	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Total Por Partidos	Porcentagem * (%)
Heitor Teixeira Penteado/PRP (1911-1920)	-	1	-	1	0,5
Alberto De Cerqueira Lima/PSD (1932-1933)	-	1	-	1	0,5
João Alves Dos Santos/ PSD (1936-1938)	-	1	-	1	0,5
Lafayette Álvaro De Souza Camargo/PP (1941-1943)	1	-	-	1	0,5
Miguel Vicente Cury/PSP (1948-1951) (1960-1964)	3	-	-	3	1,5
Ruy Hellmeister Novaes/PSB (1956-1959) (1964-1969)	7	5	-	12	5,8
José Nicolau Ludgero Maselli/PSDd (1959-1960)	2	1	-	3	1,5
Orestes Quércia/MDB (1969-1973)	4	3	-	7	3,4
Lauro Pericles Gonçalves/MDB (1973- 1977)	8	4	-	12	5,8
Francisco Amaral/MDB (1977-1982) (1997-2000)	29	11	-	40	19,4
José Nassif Mokarzel/MDB (1982-1983)	1	-	-	1	0,5
José Roberto Magalhães Teixeira/PMDB (1983-1988)	20	2	-	22	10,7
Jacó Bittar/PT (1989-1992)	22	3	-	25	12,1

⁴⁰ Dados referentes aos prefeitos e seus partidos foi inicialmente pensado e elencado objetivando estabelecer relações para análises políticas, porém estes se mostraram infrutíferos, pois mesmo com alternância de partidos e pessoas distintas as políticas se seguiam em uma linha mais ou menos constante. Assim, estes dados foram mantidos procurando demonstrar esta irrelevância de partidos.

José Roberto Magalhães Teixeira/PSDB (1993-1996)	8	2	-	10	4,9
Edivaldo Orsi/PSDB (1996)	7	1	-	8	3,9
Izalene Tiene/PT (2001-2004)	6	3	-	9	4,4
Hélio De Oliveira Santos/PDT (2005-2011)	12	5	14	31	15,0
Demétrio Vilagra/PT (2011)	-	-	1	1	0,5
Pedro Serafim Junior/PDT (2011-2012)	1	1	1	3	1,5
Jonas Donizette/PSB (2013-2020)	2	1	12	15	7,3
Totais	133	45	28	206	100,0

*Porcentagem calculada sobre o total por partido.

Fonte: Elaboração da autora.

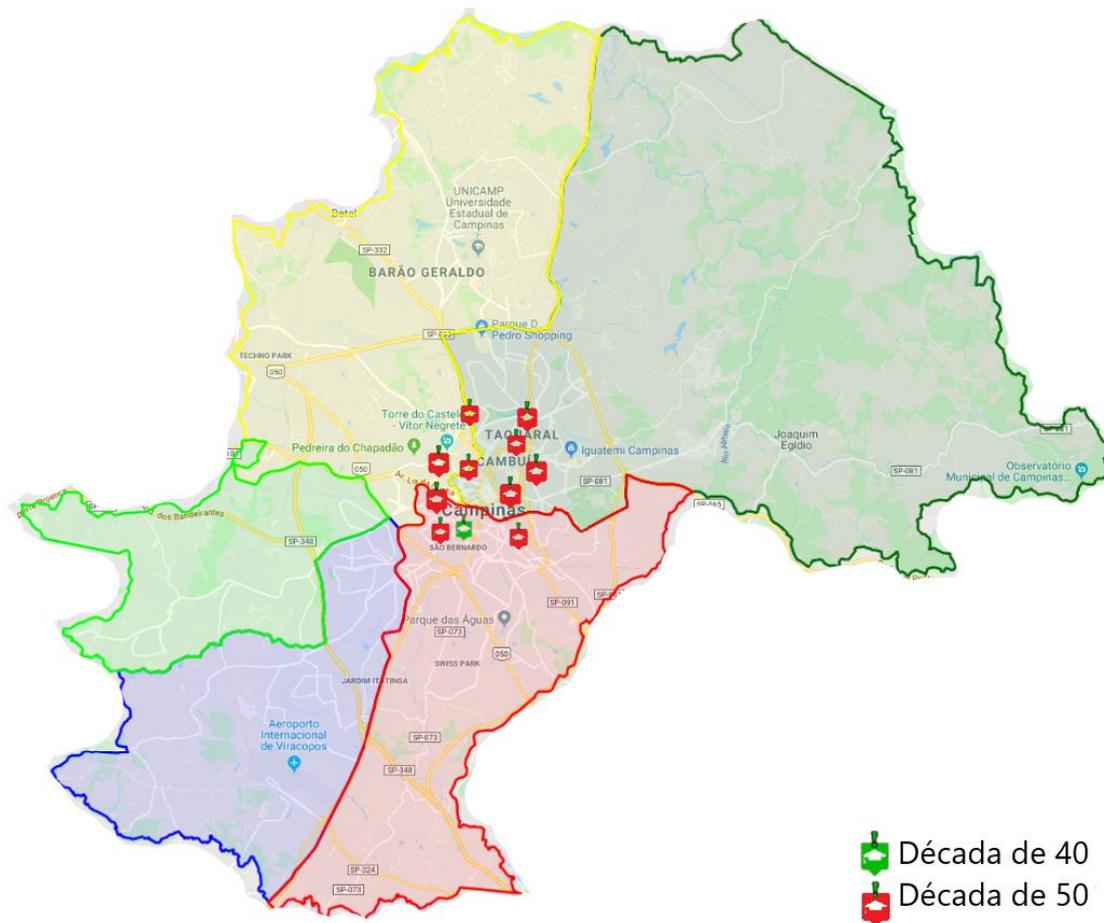
Após este hiato, em 1956 com o início do mandato de Ruy Hellmeister Novaes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) há a inauguração de 5 Unidades Pública Municipal no município e mais duas outras unidades são inauguradas no ano de 1959 pelo vice-prefeito José Nicolau Ludgero Maselli do Partido Social Democrático (PSD), após Ruy renunciar ao cargo para assumir como deputado federal. As duas outras Unidades inauguradas em 1960 são as únicas construídas durante a nova gestão de Miguel Vicente Cury (1960 – 1964).

Estas construções iniciais das primeiras décadas de construção da Rede, centrando-se malha urbana estabelecida⁴¹, central da cidade (figura 10), concentrando-se em sua maioria na Região Leste, ao norte da linha férrea, como descrito anteriormente, área historicamente privilegiada.

Mesmo tendo inaugurado a primeira unidade na década de 1940 na vila operária ao Sul da linha férrea. Esta constituição vai à contramão do discurso político e finalidade assumida pelos Parques Infantis, tendo em vista que estes, conforme projeto, eram destinados a filhos de operários.

⁴¹ Localidades por ordem de inauguração: Vila Industrial, Centro, Jardim São Bernardo, Vila Marieta, Cambuí, Vila Nova, Jardim Belo Horizonte, Jardim Proença, Nova Campinas, Vila Industrial, Bonfim.

FIGURA 10 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS NAS DÉCADAS DE 40 E 50.



Fonte: Elaboração da autora.

Na década de 1960, são inauguradas 4 Unidades Públicas Municipais, um decréscimo considerável, quando comparada à década anterior. Número ainda mais baixo se considerado o crescimento populacional que a cidade evidenciou neste período, durante os governos de Ruy Hellmeister (1964 – 1969) e Orestes Quércia (1969 – 1973). Crescimento proveniente do otimismo desenvolvimentista propiciado pelos tempos de Juscelino Kubitschek, que levou cerca de 30 milhões de pessoas a migrarem da zona rural para as cidades. Em Campinas a população aumentou de 219.303 habitantes em 1960 para 375.864 habitantes em 1970, com uma taxa de urbanização de 89,33% enquanto o país apresentou taxa de 55%, decorrente do processo de urbanização e industrialização da cidade neste período (SOUZA, 2005).

Durante a gestão de Ruy Hellmeister a Prefeitura de Campinas passou por uma remodelação, organizando e subdividindo a estrutura administrativa, dividiram-se em órgãos de assessoramento do Chefe Executivo, órgãos auxiliares, órgãos afins da administração direta como a Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e o Serviço de Turismo e órgãos autônomos, como a Companhia de Habitação Popular, COHAB a Companhia Água e Esgotos, e a Companhia de Abastecimento de Campinas, e por fim as subprefeituras.

À gestão de Ruy atribui-se a criação de 2 Unidades Pública Municipal, 1 delas no distrito de Sousas, em uma área de proteção ambiental, após décadas de reivindicações e lutas do conjunto de moradores locais, principalmente imigrantes atraídos pela cultura cafeeira do local. A segunda gestão do prefeito alterou a oferta de educação infantil do município, pois, este apesar de já oferecer educação infantil, em 12 Unidades Públicas Municipais até então através dos Parques e Recantos para crianças a partir dos 4 anos, é em 1968 que Ruy Hellmeister inaugura na cidade um novo modelo de Unidade Educacional, as Creches Municipais, intituladas de Centros Infantis, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos, faixa etária até então ausente das políticas de atendimento à infância. Estes Centros Infantis eram considerados como instituições socioeducativas e estavam vinculados à Secretaria de Bem Estar Social (passou a ser chamada de Secretaria de Promoção Social em 1969). Marca este início o CEI 'Maria Vilela Gomes Júlio', primeiro Centro Infantil da cidade, inaugurado na Vila Tofanello.

Ali, as crianças serão assistidas por sete funcionários municipais, distribuídos nos diversos setores, tais como: cozinheira, pajens e outros. O plano na sua área técnica está sendo orientado pelo assistente social chefe de serviços de creches da municipalidade [...] a creche foi denominada professora Maria Aparecida Vilela Gomes Júlio, que dedidcou grande parte de sua vida no campo da assistência social [...] (Correio Popular, 19 de outubro de 1968)

Estas creches, denominados Centros Infantis Municipais (CIs) que passaram a ser construídas na cidade, destinavam seu atendimento às crianças, filhas de mães trabalhadoras especialmente empregadas domésticas, e que necessitavam destes espaços de cuidados para seus filhos no período em que se encontravam no trabalho. Sendo que para permanência da criança no Centro, as mães deveriam também apresentar documento mensal atualizado de assiduidade ao trabalho, evidenciando assim o caráter da educação infantil como direito da mãe trabalhadora. Dentre os principais objetivos

destes Centros destaca-se o desenvolvimento integral das crianças pequenas, impedindo que estas ficassem abandonadas nas ruas ou casas de cuidadoras inexperientes.

A creche é um equipamento social destinado a suprir a ausência da mãe diante da criança no período em que esta criança exige cuidados permanentes especiais [...] oferecendo abrigo, alimentação, recreação dirigida, orientação psicopedagogia, assistência médica, bem como formação de hábitos alimentares e higiene. (SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, 1987)

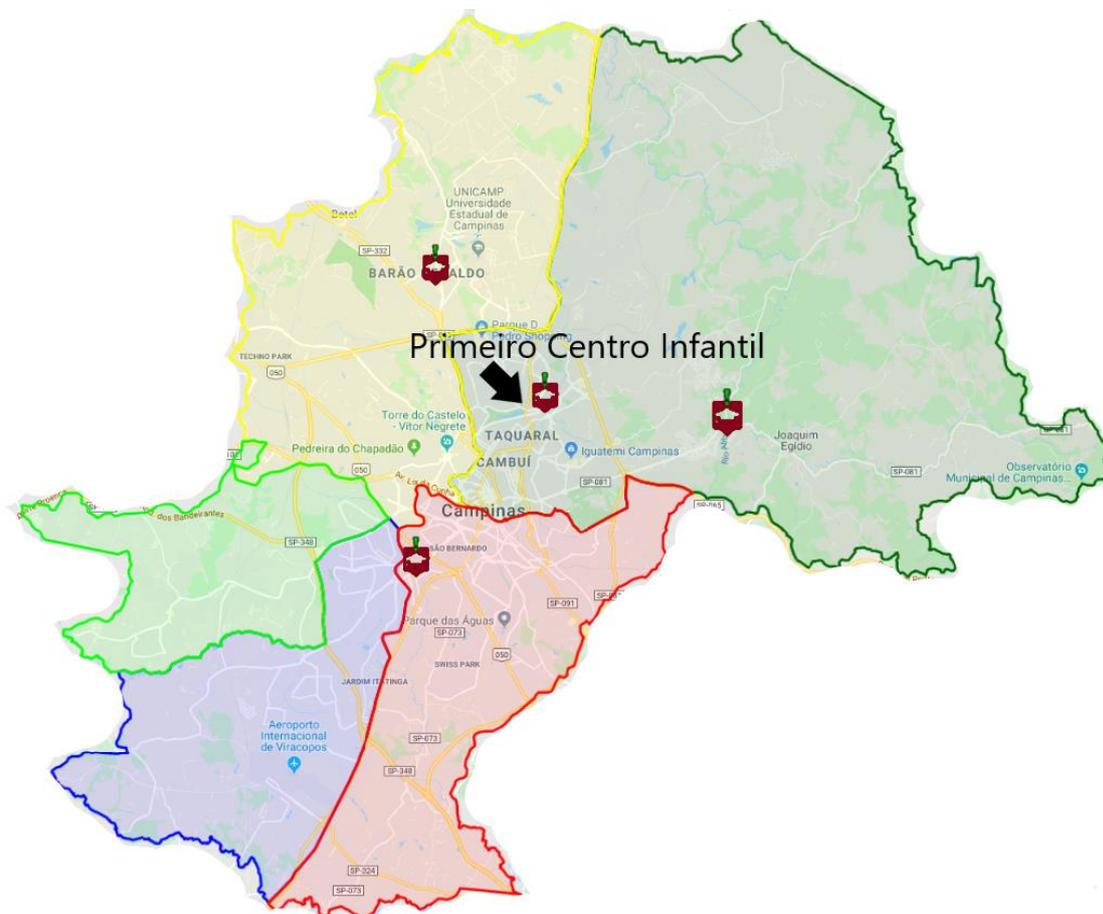
A justificativa de guarda da criança pequena apresentada pela Secretaria de Promoção Social é o que fundamenta a criação dos Centros Infantis como recurso social, porém, o principal objetivo foi a liberação da mão-de-obra feminina para o trabalho operário, além de servirem ao combate à pobreza, à mortalidade infantil, e ao controle das trabalhadoras, favorecendo os empregadores, fossem empresas ou pessoas físicas.

O funcionamento destes Centros era das 7h00 às 19h00, de segunda-feira a sábado, eram espaços educativos pensados e preparados com profissionais de diversas áreas para atender aos cuidados e demandas das crianças pequenas, dentre estes profissionais estavam presentes: auxiliar de enfermagem, lavadeiras, cozinheiras, faxineiras, auxiliares de creche e uma administradora. Vale ressaltar, que não apenas as características administrativas, de funcionamento e subordinativas marcavam as diferenças entre os Parques e Recantos dos Centros Infantis, mas também a postura essencialmente assistencialista destes.

A escolha do local para instalação do primeiro Centro Infantil, destinado ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, ao norte da linha férrea (figura 11) nos permite olhar com estranheza frente aos discursos e as políticas municipais, tendo em vista a concentração proletária ao sul da linha férrea, contrariando assim a razão de ser destas novas unidades⁴², atender filhos das mães trabalhadoras.

⁴² Localidades por ordem de inauguração: Jardim Atibaia (Sousas), Jardim Boa Esperança, Barão Geraldo e Vila Rica.

FIGURA 11 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS NA DÉCADA DE 1960.



Fonte: Elaboração da autora.

A conquista e início destas Unidades na cidade devem-se em parte aos movimentos sociais e também aos debates públicos pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (já prevista pela Constituição de 1946, mas que, foi aprovada somente em 1961). Esta lei é considerada um grande avanço para a educação infantil, já que aparece pela primeira vez a menção à educação pré-escolar, garantindo a unificação das orientações referentes ao cuidado com a infância. Pois, até então, quando existentes, estas leis nos Estados e Municípios, divergiam muito de uma localidade para outra. Portanto, o estabelecimento ao nível nacional no artigo 23, determinando que as crianças menores de sete anos recebessem educação em escolas maternas ou jardim-de-

infância mostra-se como uma conquista sem precedentes que estimulou a criação de mais unidades desse tipo.

É também neste período que a escola infantil passa por uma mudança de paradigma, não sendo mais vista como destinada apenas para as famílias mais pobres que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, mas, aumentou a procura e a oferta de vagas nas escolas infantis privadas para as crianças de classe média. Nestas, o atendimento oferecido era visando o desenvolvimento infantil, criatividade e sociabilidade, o que serviu também de base para modificar um pouco a visão assistencialista que se tinha até então da educação infantil brasileira (KISHIMOTO, 2013).

Somadas a estas, mais duas unidades são inauguradas no final dos anos 1960, uma no distrito de Barão Geraldo, devido principalmente a urbanização da região nesta década após implantação da UNICAMP e outra na Vila Rica, vila popular entregue pela Companhia de Habitação – COHAB.

Com aprofundamento do regime ditatorial, evidenciado fortemente pelo Ato Institucional nº 5 de 1968⁴³, Campinas, assim como todos os grandes centros urbanos, passaram a demonstrar uma forte oposição à ditadura, principalmente com a participação e mobilização estudantil, esta oposição ao governo é evidenciada com a eleição de Orestes Quércia em 1968 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura, inaugurando uma série de 12 anos que a Prefeitura Municipal de Campinas esteve nas mãos deste partido. A gestão Quércia durou até 1973, tendo como saldo a inauguração de 4 Unidades Pública Municipal.

A década de 1970 é marcada por profundas mudanças no Estado de São Paulo principalmente por conta da ditadura instaurada na década anterior, inclusive mudanças na expansão das políticas sociais de caráter autoritário e pelo máximo controle da sociedade civil. Na cidade, Lauro Péricles Gonçalves (1973–1977), também do

⁴³ O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro daquele ano, durante o governo do general Costa e Silva, foi à expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 25 de out. de 2019.

Movimento Democrático Brasileiro, saiu vencedor de acirrado pleito com seu companheiro de partido, Francisco Amaral. A partir deste período pode-se observar intenso investimento em equipamentos públicos, iniciando um período promissor não só no âmbito educacional, mas também na reestruturação administrativa pela qual passou a Prefeitura de Campinas. Nesta a Secretaria de Promoção Social amplia sua finalidade⁴⁴, ficando responsável por diversas áreas, mas ainda pelos Centros Infantis.

A década de 1970 é marcada no município campineiro pela criação de 22 Unidades Pública Municipal e mais 9 Unidades Públicas Conveniadas. Com o número crescente de unidades sendo inaugurada na cidade, a Prefeitura buscando atualizar seus métodos e procedimentos técnicos pedagógicos em 1975 através da Lei n° 4.494 de 26 de maio, firmou um convênio entre a Prefeitura e a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP para renovação do ensino pré-escolar. Com esta medida todo o trabalho pedagógico começa a ser repensado pelos profissionais envolvidos neste processo, norteadas por leituras e reflexões que posteriormente serviriam de diretrizes para as Unidades Educacionais de Educação Infantis Municipais. Além disto, estes trabalhos levaram ao aprofundamento do debate com relação à formação dos profissionais que trabalhavam nos Parques e Recantos, principalmente tendo em vista que nenhum deles possuía habilitação específica para a pré-escola, mas sim atuavam como recreacionistas, diplomados em cursos especializados ministrados pelo próprio Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo. Após anos de disputas no setor, em 29 de maio de 1979 com a Lei 4.891, no seu Art.6º, parágrafo 4º é que a habilitação em Educação Infantil passaria a ser exigida para os professores concursados dos Parques e Recantos.

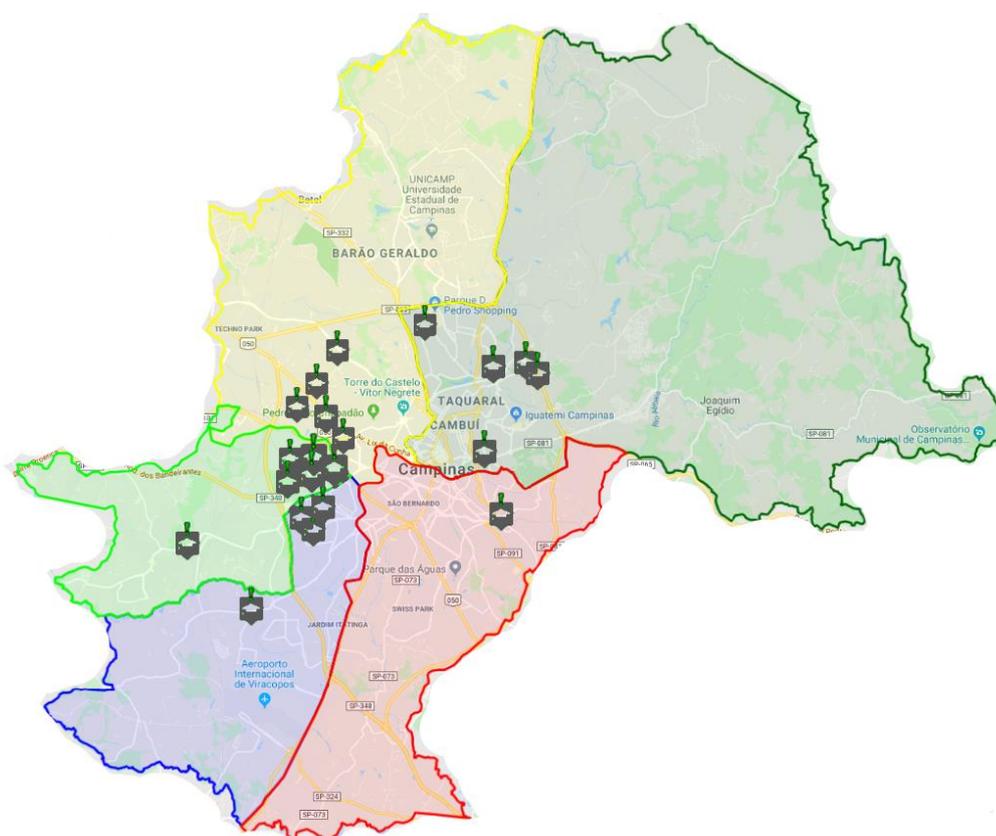
Em novembro de 1976 é eleito Francisco Amaral, com seu vice José Roberto Magalhães Teixeira, também do MDB. Sua gestão (1977–1982) foi marcante para o campo educacional, já que em seu primeiro mandato (retornou ao poder em 1997) 24 Unidades Públicas Municipais foram inauguradas, número que sobe para 29 quando somadas suas duas gestões. A administração de Francisco Amaral propiciou mudanças significativas para a população, não só na área da Educação, mas também no setor da

⁴⁴ Lei Municipal n° 4.510 de 30 de junho de 1975.

Assistência e da Saúde, um exemplo é a expansão da Rede de Postos e Centros de Saúde, triplicado de 8 para 24 Unidades (SOUZA, 2005).

A década é marcada pela urbanização das regiões Noroeste e Sudoeste fruto de intensa urbanização, industrialização e políticas públicas habitacionais populares. Com a entrega das vilas populares neste período, principalmente situadas na porção oeste da cidade, estas localidades passaram a ser alvo das políticas públicas de construções de novas unidades públicas municipais⁴⁵, como pode ser observada na figura a seguir.

FIGURA 12 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS NA DÉCADA DE 1970.



Fonte: Elaboração da autora.

⁴⁵ Localidades por ordem de inauguração: Vila Castelo Branco, Vila Presidente Castelo Branco, Vila Padre Manoel Da Nobrega, Vila Padre Manoel De Nobrega, Vila Costa E Silva, Jardim Pacaembu, Jardim Chapadão, Jardim Eulina, Vila Boa Vista, Vila Boa Vista, Jardim Boa Esperança, Vila Lemos, Chácara Do Vovó, Jardim Florence I, Parque Universitário De Viracopos, Vila 31 De Março, Jardim Boa Esperança, Parque Tropical, Jardim Capivari, Vila Perseu Leite De Barros, Jardim Marcia, Jardim Santo Expedito.

Sucedido por José Roberto Magalhães Teixeira do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tem em seu mandato (1983–1988), períodos de grandes avanços na área da educação, saúde e assistência, período em que o país inicia sua redemocratização e tem-se a intensificação das lutas sociais dos movimentos populares. Ao prefeito da época são atribuídas à construção de 20 Unidades Públicas Municipais em sua gestão, além de obras de destaques em outros setores como a urbanização de 9 favelas durante seu mandato e deixando outras 58 em fase de urbanização.

Essa intensificação na construção de Unidades de Educação Infantil Pública Municipal, evidenciadas após os anos 1970, principalmente com relação às Creches-Centros Infantis, que saltou de 1 Unidade em 1968 para 39 Unidades em 1988, deveu-se em grande parte às conquistas dos movimentos sociais, feministas e estudantis em ascensão, assunto que será tratado mais adiante.

Porém, após 1988, com o fim da ditadura, a promulgação de uma nova Constituição Federal e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder cujo prefeito Jacó Bittar (1989–1992) compôs um secretariado composto por vários professores das universidades, revela-se maior preocupação com a educação infantil na cidade.

Na carta constitucional de 1988, a educação infantil passa a ser dever do Estado e o atendimento em creches e pré-escolas contempla as crianças de 0 a 6 anos (art.208), além de ser mencionando pela primeira vez como um direito específico da criança e não apenas de sua família. Assim, no governo de Jacó Bittar a Prefeitura promoveu um feito histórico no âmbito educacional campineiro, cumprindo seu plano de governo: transferiu os Centros Infantis da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, para se juntar aos Parques e Recantos. Esta transferência antecipa-se à regulamentação desse preceito constitucional que ocorreria pela Lei de Diretrizes e Bases em 1996. A transição se efetivou através do Decreto nº 9.904 de 24 de agosto de 1989, e foi consolidada na Lei Orgânica do Município, promulgada em 1990, determinando assim no artigo 228 que o atendimento em creche deverá ter função

educacional, de guarda, assistência, alimentação, saúde, higiene e deve ser executado por equipe interdisciplinar⁴⁶ (grifo nosso).

É com a inclusão das creches no âmbito da Secretaria de Educação que se pode perceber a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas sendo estruturada, propiciando importantes avanços, principalmente a superação do caráter assistencialista destas unidades e garantindo o acesso a estas, como direito da criança e não da mãe-família.

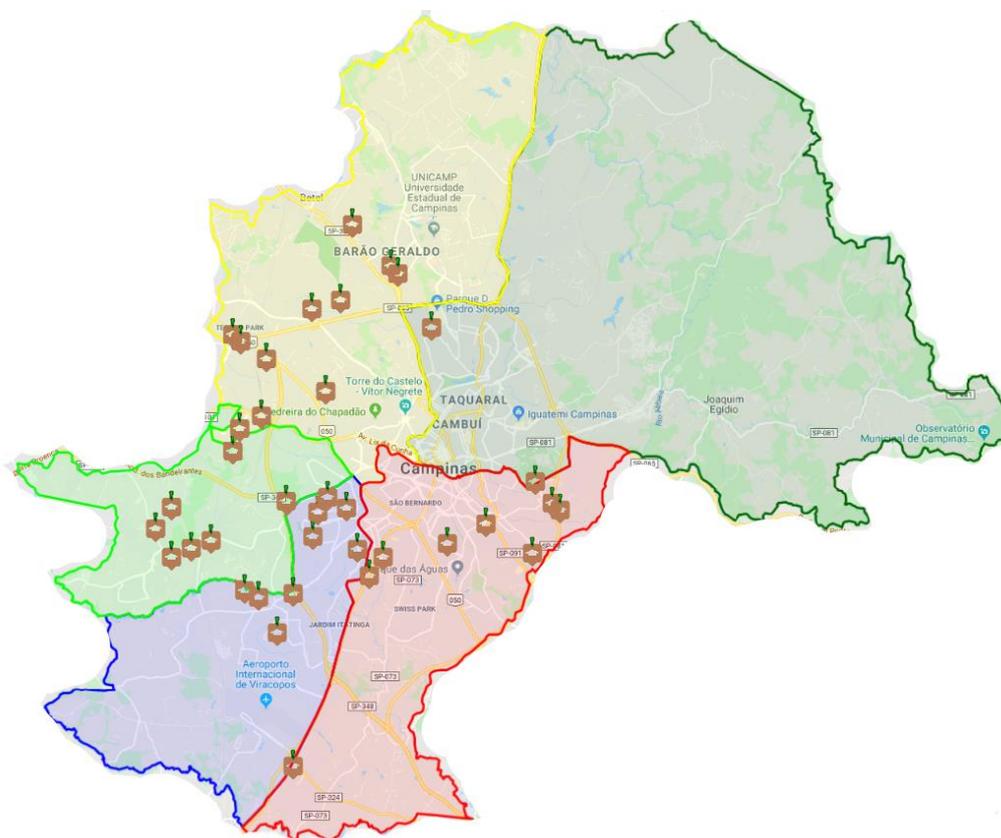
Dentro dos Centros Infantis, enquanto ainda eram vinculados a Secretaria de Promoção Social, as funcionárias exerciam funções diversas, além de cuidar e educar as crianças, elas se revezavam para realizar demais funções, como lavar, passar, cozinhar e limpar a escola, e só haviam professoras para as turmas de crianças da pré-escolas em idade de 5 e 6 anos. Todas as crianças, ao chegarem na unidade, tinham suas roupas trocadas, por roupas pertencentes à prefeitura e lá recebiam também cuidados médicos e dentários, por profissionais competentes, que se misturavam em um emaranhado de profissionais de diversas áreas, com diversas atribuições, constituindo assim o cuidar e educar das crianças em sua primeira infância.

Com a mudança para a Secretaria Municipal de Educação, as Unidades passaram a ser administradas por pessoal próprio da área educacional, e a mais significativa e também a mais esperada mudança especialmente pelos profissionais da educação, foi a profissionalização do quadro de funcionários e com isso a vinda de professores para todas as turmas, de todas as idades, portanto, não haveriam mais somente professoras nas turmas de crianças de 5 e 6 anos. Com essa profissionalização as funcionárias deixaram de responder por diversas funções, mas passaram a ter funções específicas, somente dedicadas ao cuidado com as crianças, oferecendo apoio às professoras, enquanto para os demais serviços foram contratados pessoal especializados. Nesta nova configuração começou a ser definido o número de crianças por adultos, que passou a serem estabelecidas anualmente para a formação das classes, através de Resoluções Municipais, todas estas alterações culminaram com a mudança da nomenclatura em 1991, tornando-se Centro de Educação Municipal para a Educação Infantil - CEMEI.

⁴⁶ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campinas-sp> Acesso em 12 de agosto de 2019.

Neste período o foco de localização das unidades públicas municipais foi concentrado em áreas distantes da malha central estabelecida, fruto das intensas mobilizações populares em busca deste tipo de atendimento (tratado em tópico a seguir). Desta maneira, o Governo Democrático e Popular focou seus esforços em localidades tais como: Jardim Esmeraldina, Jardim das Bandeiras, Jardim Fernanda, Jardim Ipaussurama, dentre outros⁴⁷.

FIGURA 13 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS NA DÉCADA DE 1980.



Fonte: Elaboração da autora.

⁴⁷ Localidades por ordem de inauguração: Jardim Esmeraldina, Jardim Esmeraldina, Santa Genebra II, Jardim Santa Eudoxia, Parque Anchieta I, Vila Padre Anchieta II, Jardim das Bandeiras, Jardim Independência, Nova Europa, Vila Formosa, Vila Georgina, Jardim Santa Lúcia, Jardim São Marcos, Jardim Florence I, Jardim São Jose II, Jardim Ipaussurama, Jardim Santa Rosa, Jardim Aerocontinental, Jardim Novo Campos Elíseos, Campos Elíseos, Parque São Jorge, Dic I, Jardim Maracanã, Jardim Eulina, Jardim Santa Rosa, Jardim Florence II, Parque Fazendinha, Jardim Santa Letícia, Jardim Vista Alegre, Vila Miguel Vicente Cury, Jardim Santa Lúcia II, Jardim Carlos Lourenço, Jardim Santa Monica, Vila Padre Anchieta, Parque Santa Barbara e Jardim Shangai.

Após a inserção destas unidades à Secretaria de Educação é formalizada em 1991 o Estatuto do Magistério Público Municipal (Lei Municipal nº 6.894 de 1991) que passou a regulamentar a atuação dos professores de todas as Unidades, prevendo a regência das salas, horários de trabalho docente, de atividades pedagógicas e de atendimento aos pais, estudos e integração entre os pares. É também neste documento que começam a ser previstos programas de capacitação continuada para os funcionários da Rede Municipal de Educação, programas de avaliação escolar e de reorientação curricular tanto do Ensino Fundamental, quanto da Educação Infantil.

Jacó Bittar propiciou intensas discussões acerca da construção e promulgação da Lei Orgânica de Campinas (1990), além de mudar os rumos da Assistência Social, com projetos que previam auxílio e cuidado à população, como a criação de núcleos comunitários de crianças, que ofereciam educação não-formal para crianças de 7 a 12 anos em período extraescolar, bem como a ampliação da Central de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante, e a reestruturação do Centro Municipal de Recepção e Triagem do Menor, projetos estes devidos principalmente ao aumento da população neste período, visto que em 1980 a população de Campinas era de 664.559 habitantes, chegando a quase 1 milhão nos anos 2000.

Ao prefeito Bittar, além de todas estas medidas e reestruturações coube ainda a criação de 22 Unidades Pública Municipal de Educação Infantil, chegando ao final de seu mandato com a Rede contando com 97 Unidades Pública Municipal sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

José Roberto Magalhães Teixeira (1993-1996) volta ao poder, agora fazendo parte do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁴⁸. Nesta sua nova gestão o país passou por forte crise econômica, com o enfraquecimento dos setores progressistas da sociedade, avanço do neoliberalismo, além de aumentos significativos nos processos

⁴⁸ O PSDB surgiu em 1988 da cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda deste partido. Embora autointitulado socialdemocrata não se originou das massas trabalhadoras e sindicatos, mas sim teve sua origem exclusivamente parlamentar. Segundo Roma (2000) três fatores teria motivado a criação do partido: 1º As distensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988; 2º O predomínio do grupo quercista em São Paulo que disputava posições de poder no interior do PMDB e 3º A candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo, articulada no interior do PMDB paulista a partir de uma aliança entre políticos conservadores do PFL e o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. (ROMA, 2000).

de exclusão de setores da população. Este mesmo período é marcado por mudanças no mundo do trabalho, ocasionadas principalmente pelo desemprego estrutural. Em 1994 o desemprego geral da cidade era de 14%, enquanto na chamada classe D, estes índices chegavam a 25,7%, com fechamento de cerca de 1.000 vagas por mês no setor formal da economia campineira, números 32% maiores, quando comparado ao ano anterior (SOUZA, 2005).

Como consequências desta situação, crescem as ocupações de terras urbanas pelos integrantes do movimento dos trabalhadores sem tetos, somados aos números dos moradores das favelas na época representavam cerca de 13% de toda a população da cidade, ou seja, cerca de 122.000 pessoas. Também se fez aumentar os números de casos de violência e de moradores de rua. Estes problemas sociais demandaram do poder público municipal uma atenção especial, com vistas a tratar do sofrimento dos mais pobres e garantir a governabilidade sobre as tensões e os conflitos sociais (CACCIA BAVA, 1998).

Visando melhorias à população, o poder público municipal investe principalmente no âmbito da assistência, como a distribuição de cestas de alimentos, fornecimento de sopão, programas de alimentação do pré-escolar e do escolar como importante medida de combate à desnutrição infantil, somados a outros projetos como balcão de empregos, Serviços de Capacitação Profissional, e o pioneiro Programa de Garantia de Renda Mínima, implantado em 1995, inspirado nos moldes do programa de renda mínima, proposto pelo senador Eduardo Suplicy (CACCIA BAVA, 1998). Este previa um subsídio da administração municipal complementando os vencimentos mensais das famílias extremamente pobres, residentes a mais de dois anos na cidade de Campinas e com os filhos frequentando a escola, procurando assim diminuir as condições de pauperização das camadas mais vulneráveis dos moradores da cidade.

Nesta gestão, o prefeito Magalhães Teixeira e seu vice Edivaldo Orsi (que o substituiu em 1996 - após seu falecimento decorrente de complicações do câncer no fígado) inauguraram 15 Unidades de Educação Infantil Pública Municipal, como expressão de uma política pública voltada à infância. Objetivando maximizar o número de crianças atendidas, a administração municipal, em 1995, altera o funcionamento das salas de pré-escolas, para as crianças de 4 a 6 anos, reduzindo o atendimento para

período parcial, medida que afetou diretamente as famílias que dependiam destas instituições em período integral.

Com o fim deste mandato, Francisco Amaral volta a dirigir a cidade (1997–2000), e ainda tentando superar as consequências e desgaste resultante dos altos níveis de desemprego da década de 1990, inaugura apenas 5 novas Unidades de Educação Infantil Pública Municipal, número que de longe não corresponde às necessidades dos campineiros frente à crise econômica, mesmo havendo diminuição dos índices de crescimento populacional da cidade se comparado à década anterior, conforme se pode evidenciar através dos números da população censitária da cidade, coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, dos Censos de 1940 a 2010.

**TABELA 9 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1940/2010.**

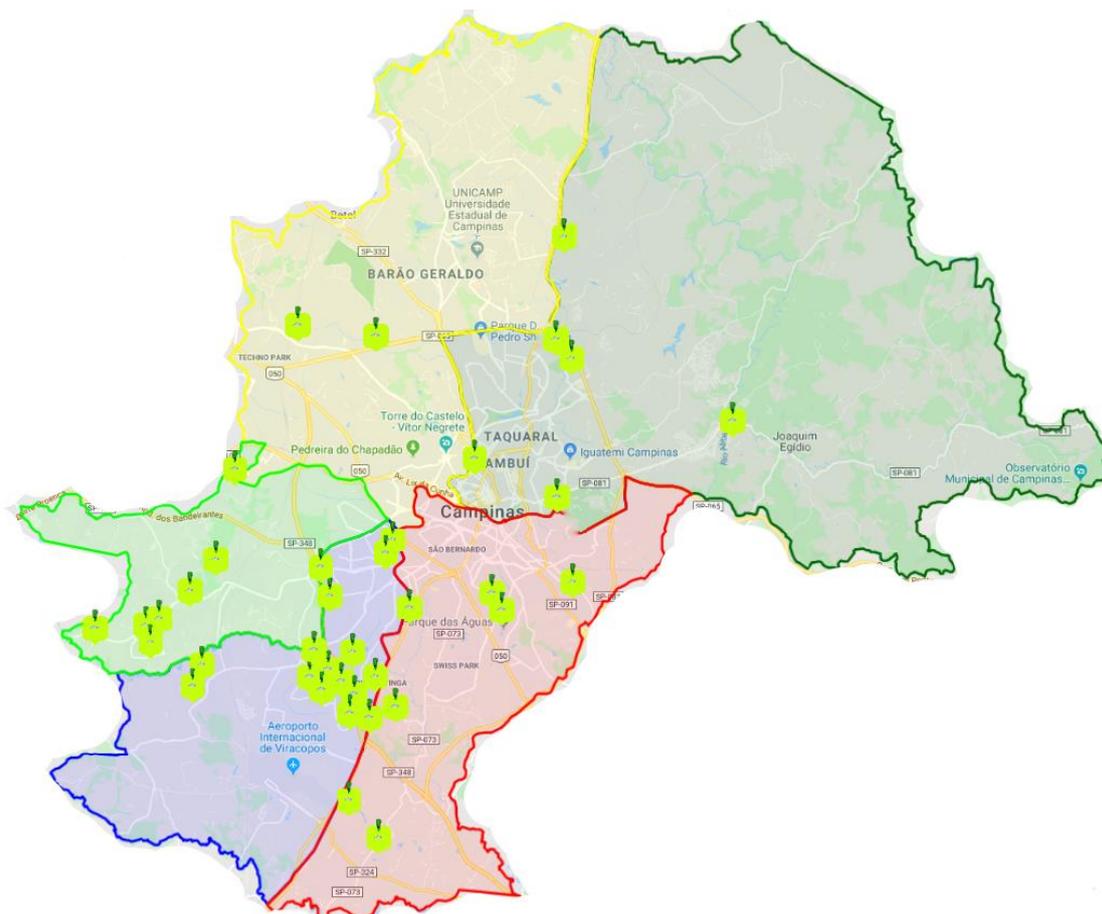
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
CAMPINAS	129.94 0	152.54 7	219.30 3	375.86 4	665.55 9	847.59 5	969.38 6	1.080.1 13

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A localização escolhida para construção das unidades Pública Municipal priorizaram as áreas recém desbravadas na década anterior pelo Parque do Itajaí e Residencial São Luiz que impulsionaram a urbanização destes locais na região Noroeste. E também inaugurando diversas unidades nas proximidades do Distrito Industrial, após sua criação e duplicação da Rodovia Santos Dumont na região Sudoeste dentre outras localidades⁴⁹.

⁴⁹ Localidades por ordem de inauguração: Jardim Guarani, Dic V, Dic VI, Dic IV, Conjunto Habitacional Parque da Floresta, Jardim Nilópolis, Dic IV, Parque Cidade Campinas, Vila São Joaquim, Jardim Itatinga, Vila Campos Sales, Jardim Nova Mercedes, Jardim São José, Parque Residencial Campina Grande, Dic VI, Dic I, Parque Jambiro, Dic II, Jardim Santa Mônica, Jardim Metonópolis, Jardim São Domingos, Parque Valença I, Jardim Santa Terezinha, Jardim Paraíso De Viracopos, Parque São Quirino, Parque Residencial Vila União, Jardim Rossin, Jardim São Gabriel, Cidade Jardim, Vida Nova, Jardim Myrian Moreira Da Costa, Parque São Jorge, Conjunto Habitacional Parque Itajaí, Vila Itapura, Vila Rica, Vila União, Jardim Mauro Marcondes, Jardim Campo Belo.

FIGURA 14 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS NA DÉCADA DE 1990.



Fonte: Elaboração da autora.

O Partido dos Trabalhadores retorna ao poder em 2001, com a eleição de Antônio da Costa Santos, prefeito assassinado no mesmo ano e substituído por sua vice a assistente social Izalene Tiene, que ocupou a cadeira até 2004, fim de seu mandato.

Matéria do jornal local, Diário do Povo, de 13 de dezembro de 2000, elenca uma série de problemas que o governo PT, recém-eleito enfrentaria. Dentre eles, a lista de espera por vagas para a educação infantil, era de 7.904 crianças. Em 2001, início do Governo Democrático e Popular, 20.473 crianças recebiam educação infantil municipal

em creches e pré-escolas Pública Municipal, número que já elevava Campinas a uma das maiores redes de atendimento de educação infantil.

Dando continuidade ao trabalho iniciado por Antônio da Costa Santos, Izalene manteve o objetivo da gestão, que era a ampliação do atendimento em creches e pré-escolas, visando acabar com as listas de espera e voltar a oferecer atendimento em período integral em todas as unidades para todas as faixas etárias, inclusive às crianças de 4 a 6 anos.

De acordo com o Plano de Governo (2000), as ações da Secretaria Municipal de Educação seriam voltadas a construção imediata de EMEIs e CEMEIs, para que em 2001 nenhuma criança estivesse fora da creche ou pré-escola', mas a gestão se finda com a construção de apenas 6 novas Unidades de educação infantil Pública Municipal, mas com reformas e ampliação de algumas outras Unidades existentes. Porém, mesmo frente as poucas Unidades inauguradas, o governo é marcado por uma série de medidas que aumentaram consideravelmente à otimização da oferta de vagas dentro das Unidades.

Mesmo fazendo parte de seu Plano de Governo e de sua campanha eleitoral, o atendimento em período integral não se tornou realidade na gestão, pois, no período a maior ampliação de vagas foi nas salas de Maternal III, frequentadas por crianças de 4 anos. Sendo que esta é a primeira faixa etária a receber o atendimento em período parcial, ou seja, as crianças de 0 a 4 anos continuaram recebendo atendimento em período integral e as demais em período parcial.

Para potencializar os atendimentos foram publicadas as resoluções SME nº13/2003 e nº 9/2004 que diz respeito ao aumento da capacidade de cada sala de aula, baseado na média de frequência dos alunos, onde uma sala com 30 alunos matriculados e frequência média de 25, deveria receber 35 alunos, mantendo a frequência diária de 30 crianças.

É também na gestão de Izalene Tiene que ocorre a mais significativa mudança dentro das Unidades, a implementação dos Agrupamentos através da resolução SME nº 23/2002. O sistema de Agrupamentos consiste em juntar na mesma turma, crianças em idades aproximadas e não mais por idade no sentido estrito. Anteriormente a esta medida, as crianças pertencentes à Rede de Educação Infantil Municipal eram distribuídas de acordos com os setores: Setor de berçários I e II para crianças de 0 a 1

ano e 11 meses de idade; Setor do maternal I para crianças de 2 anos; Maternal II para crianças de 3 anos; Maternal III para crianças com 4 anos; Infantil para crianças com 5 anos e Pré-escola para crianças com 6 anos de idades que no ano seguinte já passariam para a Escola Fundamental. Nesta primeira nova divisão as crianças passaram a ser divididas no interior das Unidades em: Agrupamento I, para crianças de 03 meses a 1 anos e 11 meses; Agrupamento II, para crianças de 2 anos a 3 anos e 11 meses, e Agrupamento III, para crianças de 4 anos a 6 anos (ROCHA, 2009).

Para que a implementação dessa mudança para agrupamentos fosse possível foram enviados às Unidades Educacionais, relatos de experiências de profissionais que vivenciaram essa mistura de idades e que encontravam neste modelo, novas formas de se aproveitar deste cenário e propiciar novas vivências para as crianças. Este documento de iniciativa das coordenadoras e orientadoras da Rede Municipal de Educação Infantil foi construído conjuntamente após discussões e reflexões sobre o assunto, pensando que o documento escrito tornar-se-ia um ponto de partida nas discussões nas Unidades Escolares. Mas, a mudança repentina causou inquietações entre os educadores, devido à forma como esta foi apresentada, gerando medo e insegurança. (ABREU, 2006).

Cabe destacar, que para que esta implantação fosse feita, primeiramente já haviam sido feitos estudos, principalmente quando da elaboração do 'Currículo em Construção' em 1998, que já sugeria uma abordagem sóciointeracionista, deixando implícitas em suas linhas a possibilidade de trabalho com crianças de diferentes idades, visto que este valoriza a produção cultural da criança, valoriza o brincar e suas interações.

Mas, o real motivo por trás desta alteração foi, pois, na forma de organização anterior em que as crianças eram atendidas em ordem cronológica e em salas próprias, aconteciam problemas de falta de vagas em idades específicas gerando demanda para algumas salas, enquanto que em outras sobravam vagas. Com esta nova forma de agrupamento, aumentaram-se as possibilidades de atendimento quando das matrículas, pois, permitiu o aparecimento de vagas ociosas, principalmente nas salas de Agrupamento III (antigas Pré-escolas) que agora poderiam atender crianças dos 3 anos e 1 mês, até os 6 anos, ampliando assim significativamente a oferta e acesso à Educação Infantil.

Para a Secretária de Educação esta mudança na forma de organização dos trabalhos com crianças possibilitou um movimento contínuo nas escolas, pois, todas as salas assim estarão permanentemente com sua capacidade de atendimento total, atendendo, portanto, as necessidades sociais referentes à demanda por vagas, ampliando essa forma de atendimento, tornando possível o movimento de entrada de crianças em turmas do mesmo agrupamento durante todo o ano.

Além destes aspectos, as salas multietárias, também são entendidas como formas de convivência e interação entre crianças de diferentes idades, viabilizando a cooperação, onde as crianças maiores poderão interagir com os menores, auxiliando-as nas descobertas, nas brincadeiras, nos conflitos, nas negociações, na partilha, nas vivências e experiências cotidianas, dando significado às produções, ao conhecimento, à aprendizagem e ao próprio desenvolvimento infantil, representando assim uma nova possibilidade e experiência na Secretaria Municipal de Campinas (ABREU, 2006).

Na prática, esta mudança não foi bem recebida pelos professores e profissionais das Unidades, principalmente devido à falta de discussão prévia, fazendo com que os professores se sentissem acuados, desamparados e com limitados conhecimentos necessários para atendimento da diversidade etária (ABREU, 2006). Houve muitas críticas, conflitos, inquietações e dúvidas sobre a viabilidade e propriedade dessa nova organização, inclusive com resistência dos professores, que além destas, também enfrentaram novas dificuldades como falta de material, espaços físicos inadequados, salas com número excessivo de crianças, falta de funcionários, profissionais sem capacitação adequada e incompreensão das famílias (ABREU, 2006).

Inegavelmente aumentou-se o número de matrículas, mas a custo de discordâncias e angústias nos profissionais trabalhadores destas Unidades, que afirmavam haver, por parte da prefeitura preocupação apenas com a quantidade de crianças matriculadas e diminuição nas listas de espera e não com a qualidade da educação infantil ofertada (CARDOSO, 2004).

Durante todo o período de existência da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, e ainda nos dias atuais, oferecer educação infantil municipal de forma universal sempre foi uma meta a ser alcançada. Mesmo com o alto nível de arrecadação do município esse ideal ainda não foi alcançado. Izalene Tiene em outra medida expediu Ordem de Serviço, exigindo que todos os professores fora do seu local de trabalho,

reassumissem seus cargos nos postos de origem, tendo em vista que mais de 1210 professores concursados estavam desviados de seus cargos e a Secretaria Municipal de Educação, onerava os cofres públicos com a contratação de profissionais para substituí-los. Essa medida gerou grande descontentamento, foi alterada, mas inúmeros professores voltaram a seus cargos, revelando assim a necessidade da administração realizar alterações no quadro do magistério e plano de carreira do funcionalismo municipal. Após discussões e construções de alternativas para o problema, por parte da Secretaria, governo e representantes dos servidores, é aprovado em 2003 o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que pretendia valorizar principalmente os professores em sala de aula, aumentando sua remuneração de acordo com tempo de serviço e titulações⁵⁰.

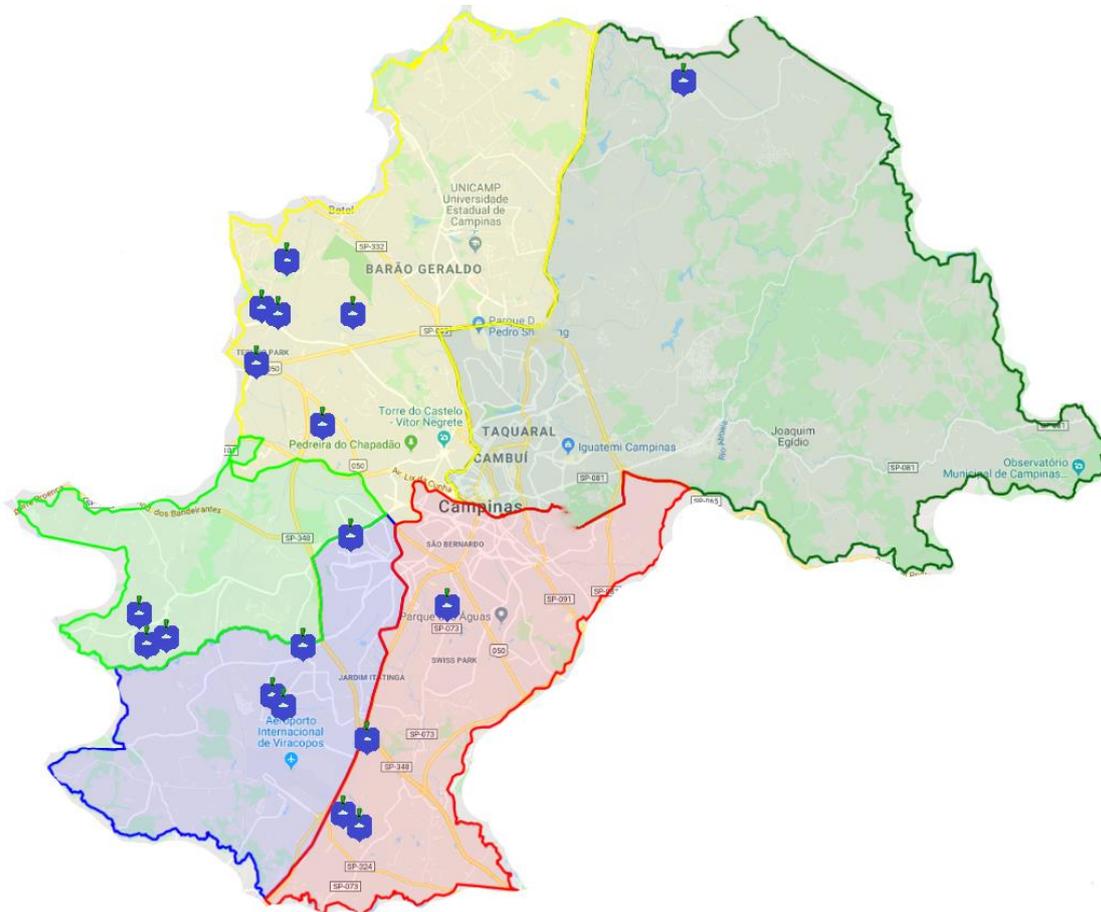
Em números, ao assumir a gestão o Partido dos Trabalhadores encontrou 20.473 crianças recebendo educação infantil municipal, número que passou para 25.812 crianças, em 2002, quando da publicação da resolução referente aos agrupamentos. Em 2003 o número correspondia a 27.319 crianças, finalizando a gestão em 2004 com 28.638 crianças matriculadas, perfazendo um aumento de 37% no número de vagas, durante os 4 anos de mandato (ROCHA, 2009).

Os anos 2000 são marcados pela expansão de vagas maximizando a estrutura das unidades e não novas construções, somando assim 18 novas unidades públicas municipais entregues, 6 no governo Izalene (PT) e outras 12 no governo Hélio (PDT). Todas estas localizadas em áreas afastadas da malha central necessárias de investimento em equipamentos públicos⁵¹.

⁵⁰ Por pendências jurídicas, o plano foi revisto em 2007 pelo prefeito Hélio de Oliveira Santos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, nestas alterações pouco se valorizou as discussões realizadas pelo funcionalismo quando da construção coletiva deste.

⁵¹ Localidades por ordem de inauguração: Jardim Campo Belo, Jardim Monte Belo, Jardim Nova América, Jardim Cristina, Jardim Adhemar De Barros, Jardim Aeronave De Viracopos, Vila San Martin, Parque Da Floresta, Vila Padre Anchieta, Conjunto Habitacional Residencial Olímpia, Conjunto Residencial Parque São Bento, Vila Esperança, Vila Boa Vista, Vila Palmeiras I, Conjunto Habitacional Parque Itajaí, Jardim Do Lago II, Campos Elíseos, Parque Cidade Campinas.

FIGURA 15 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS ANOS 2000.



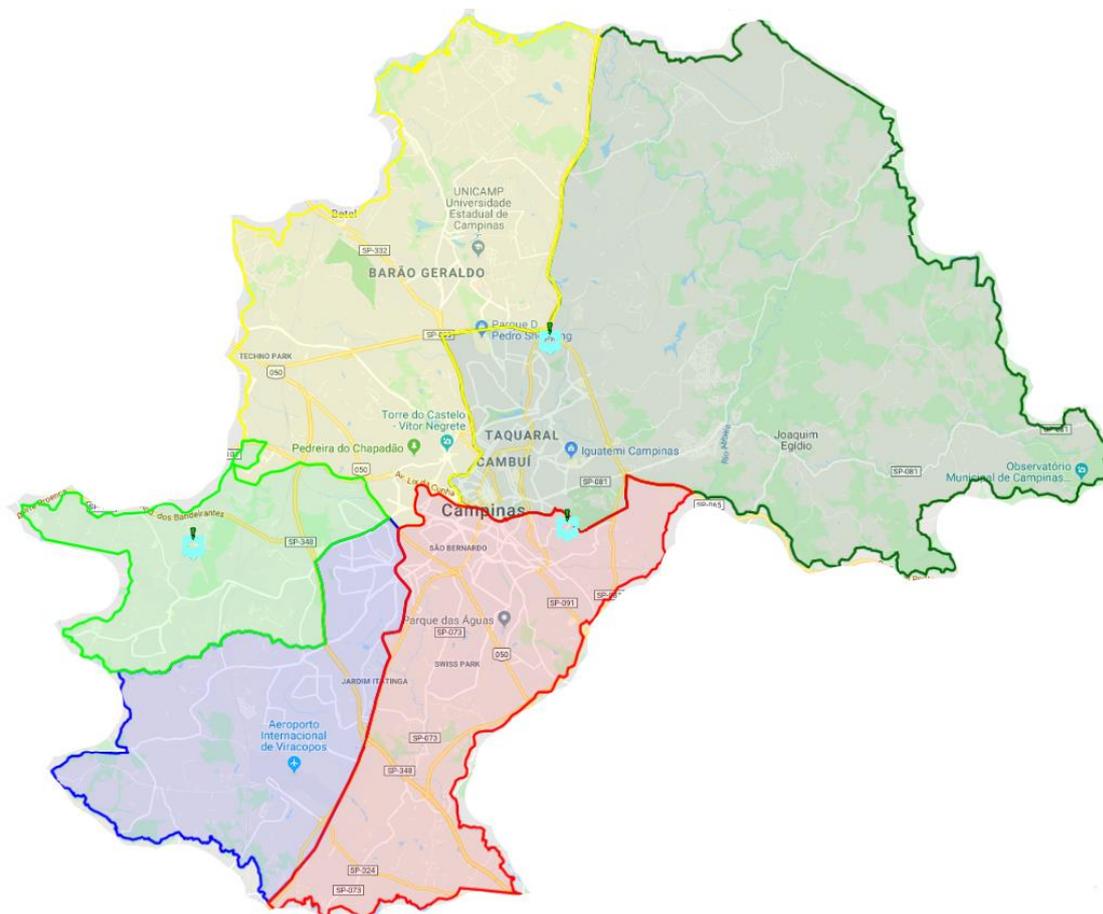
Fonte: Elaboração da autora.

Ao observar novamente a tabela 7, pode-se ver que o período de consolidação da Rede Municipal de Educação Infantil, com a intensificação de construções de Unidades Públicas Municipais dá-se a partir da década de 1970, culminando com o período democrático do país. É possível observar também que a partir dos anos 2000 as Unidades Públicas Municipais, sofrem um decréscimo muito grande, tendo em vista os novos moldes e políticas assumidas pela Prefeitura Municipal.

Mesmo com todas estas mudanças procurando potencializar o número de atendimentos das Unidades da Rede, os números ainda se mostram insuficientes para sanar o crônico problema do déficit de vagas na educação infantil campineira e a lista de espera para creches e pré-escolas ainda apresentavam taxas elevadíssimas, inclusive gerando demandas judiciais. Ao assumir a gestão em 2005, Dr. Hélio de Oliveira Santos (2005–2011), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), recebeu a Rede de Educação Infantil Municipal com 157 Unidades Pública Municipal. Seu Governo continuou e ampliou as políticas adotadas pelo governo anterior, intensificando os agrupamentos, a capacidade de atendimento em cada sala de aula também foi aumentada, mas a medida que marcou o governo Dr. Hélio, mudando os rumos da educação infantil municipal foi a criação de um novo modelo de atendimento, as Unidades Pública Privadas, Nave-Mãe. Superunidades construídas pela administração pública e geridas por iniciativas privadas, com capacidade de atendimento de cerca de 500 crianças, bem maior quando comparado com as Unidades Públicas Municipais, com capacidade média de 300 crianças.

Estas Unidades serão tratadas a seguir, mas cabe salientar que, após a implantação deste modelo de Unidade a Prefeitura priorizou a construção deste tipo de modalidade em detrimento das Unidades Pública Municipal. No governo Hélio, houve a construção de 13 Unidades Pública Municipal e de 16 Unidades Públicas Privadas, política que deu continuidade nas duas gestões seguintes de Jonas Donizette (2013-2020) do Partido Social Brasileiro (PSB), que construiu até 2019 apenas 2 Unidades Públicas Municipais⁵² e 12 Unidades Públicas Privadas.

⁵² Localidades por ordem de inauguração: Vila Orosimbo Maia e Chácaras Cruzeiro Do Sul.

FIGURA 16 – UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS CRIADAS APÓS 2011.

Fonte: Elaboração da autora.

Porém, antes de tratar da nova modalidade de educação infantil municipal, se faz importante pontuar que o levantamento histórico realizado para constituição deste trabalho nos permitiu observar que as políticas públicas de construção das Unidades Públicas Municipais foram motivadas por diversos fatores. Dentre eles podem-se destacar a forte pressão de movimentos sociais, ou por instituições e associações da sociedade civil, mais do que apenas vontade política dos prefeitos e secretários em seus mandatos, ainda que algumas Unidades educacionais que compõem a Rede Municipal de Educação

de Campinas não apresentarem registros⁵³, portanto, não se consegue precisar como se deu o processo histórico de demanda.

Esta configuração teve como fonte o item ‘Histórico’ constante do Projeto Pedagógico de cada Unidade.⁵⁴ Para levantar estes dados históricos, muitas unidades, principalmente as mais antigas, realizaram pesquisas com relatos orais de moradores, ex-funcionários e ex-alunos, o que permitiu rememorar este processo histórico.

Dentre as principais demandas que ocasionaram as construções de Unidades Públicas Municipais destacam-se principalmente as reivindicações provenientes de movimentos sociais e associações de moradores, que se empenharam a conquistar o direito deste tipo de atendimento para a comunidade local, responsáveis pela criação de pelo menos 59 Unidades e as criações, frutos de parcerias com a Companhia de Habitação (COHAB) responsável por criar pelo menos outras 12 unidades.

Mas ainda se registram 6 unidades que tiveram seu início ligado a parcerias público-privado, 01 unidade proveniente de doação filantrópica, 3 através de instituições religiosas, e outras 5 unidades que deliberadamente pode-se atribuir à iniciativa do poder público, como pode ser melhor observado na tabela a seguir.

**TABELA 10 - DEMANDAS DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES PÚBLICAS
MUNICIPAIS**

Demandas De Criação:	Pública Municipal	Porcentagem (%)
Movimentos/Reivindicações	59	44,4
Cohab/Estatal Municipal	12	9,0
Parcerias	6	4,5
Poder Público	5	3,8
Religiosa	3	2,3
Filantrópica	1	0,8

⁵³ Do total de 133 escolas Pública Municipal, 47 delas, principalmente as mais antigas não possuem registros e não conseguem precisar como se deu o processo histórico de suas criações e demandas, destas, porém, 11 delas deram-se em períodos de grandes levantes e reivindicações de movimentos sociais, pode-se inferir, portanto que estas tenham sido conquistas propiciadas pelos movimentos sociais.

⁵⁴ Disponível em: <https://pponlinesme.campinas.sp.gov.br/homologados/> Acesso em 29 de out. de 2019.

Não Informado	47	35,3
Totais	133	100

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Sobre os responsáveis, por mais da metade (53,4%) das construções de Unidades Públicas Municipais constituintes da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, figura-se a Companhia de Habitação, os movimentos e reivindicações sociais. Sobre esta última, iniciada desde a década de 1960, com o crescimento do operariado, incorporação da classe média, redução dos espaços de brincar das crianças na cidade, dentre outros, houve uma intensificação da busca por creches, estas não sendo mais aceitas como uma ajuda filantrópica ou empresarial, mas como um direito, que deveria ser garantido. A mobilização e luta por este nível de ensino vai ganhando ritmo ainda mais quando impulsionada pela independência feminina, pelos movimentos feministas, dos trabalhadores e dos estudantes e pelo próprio pensamento desenvolvimentista.

Apesar dos anos de repressão pelo qual passava o país com a Ditadura Civil-Militar, começaram a emergir na cidade manifestações de organização da sociedade civil, possibilitados em parte por conta da nucleação da população em suas próprias comunidades, principalmente após período de intensa expansão populacional de Campinas, que acabou por excluir parcelas da população à margem, distantes das localidades centrais possuidora de infraestruturas e equipamentos sociais. Estas organizações, estimuladas por laços de solidariedade, sobrevivência, vizinhança e amizade, permitiram a proteção e cuidados para com os outros discutindo e buscando soluções para os problemas sociais comuns, assim possibilitou-se a organização dos moradores em Sociedades de Amigos do Bairro (SAB), que partiram reivindicando água, luz, tratamento de esgoto etc. Por meio destas associações de moradores, foi possível à organização de assembleias públicas, por vezes ocasionando disputas e conflitos perigosos ainda mais quando no período de repressão da ditadura, porém, é através deles que houve soluções reais e significativas para seus problemas sociais, tais como início da urbanização das favelas e cuidados básicos de saúde (SOUZA, 2005).

As mulheres, figuras ativas destes movimentos, participando em clube de mães, ou Associações de Moradores engrossaram os movimentos nos anos 1970, principalmente após a decretação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das

Nações Unidas (ONU) em 1975. Propiciado também pela abertura democrática no final do período, vão surgindo no País núcleos de organizações feministas, mulheres no congresso, somados a grupos de oposição, sindicatos, associações de bairro e lutas estudantis. Em muitos desses aparece uma reivindicação em comum: a luta por creches.

Faria (2005), ao analisar o histórico das lutas do Movimento Feminista pelo direito à creche, ressalta que a criação destas instituições é fundamental para que a mulher desempenhe outros papéis na vida e na sociedade.

Inspirada pelos movimentos populares de São Paulo, que durante a realização do I Congresso da Mulher Paulista em 1979, em conjunto com o movimento feminista, mulheres operárias e intelectuais funda o *Movimento de Luta por Creches*, objetivando a criação de uma rede pública de creches (ROSEMBERG, 2013). A partir daí é que na cidade campineira começam a aparecer-nos ‘históricos’ os primeiros registros de criações de Unidades conquistadas através de movimentos/reivindicações.

O movimento, além de lutar contra a repressão em anos de ditadura, buscava conquistar políticas e equipamentos sociais para as parcelas excluídas da sociedade, a creche era uma delas, pois, sua conquista possibilitaria até uma diminuição na extrema desigualdade social. É na década de 1980, propiciada pela redemocratização do país e pós Constituição que ocorre mais ainda a ascensão e articulação dos movimentos populares, principalmente na perspectiva da educação como direito.

As gestões de Francisco Amaral (1977–1983) e José Roberto Magalhães Teixeira (1983 – 1988) são marcadas pela intensa mobilização da população campineira em torno da resolução de problemas sociais, relacionados a questões de habitação e educação. Foi possível, através da ação do movimento popular, que se impôs ao governo municipal com diálogo, que surgem com grande organização e capacidade de mobilização a Assembleia do Povo⁵⁵, um dos mais fortes movimentos organizados de

⁵⁵ A Assembleia do Povo foi um movimento popular pela terra urbana que se desenvolveu em 1979, mesmo ainda na ditadura o país evidenciava uma gradual e controlada abertura política, ansiando melhorias de infraestrutura, água, luz, transporte coletivo e pavimentação, e de equipamentos públicos para atendimento à saúde e educação, não que seriam mais aceitos como forma clientelista e sujeitos à barganha política, mas passariam a ser direito conquistado. Cansados de promessas não cumpridas o povo passou a se organizar, para de forma articulada e pública encaminhassem suas reivindicações (DE PAOLI, 2000).

Campinas, que conquistaram a urbanização das favelas⁵⁶, quando da votação da Lei Municipal n 5.079⁵⁷, e demais reformas institucionais, culminando com a instituição da Secretaria de Habitação em 1989.

No período de 1977 a 1988, pressionados pelos maiores movimentos sociais da história de campinas, o número só de Centros Infantis, saltou de 7 em 1976, para 39 em 1988. Esta expansão sem precedentes das políticas sociais neste período foi conquista graças ao protagonismo das classes populares que se organizaram em Associações e Clubes, reivindicando melhorias.

Através dessas mobilizações é que se fizeram aumentar a oferta de vagas na educação infantil municipal com a construção de novas unidades Pública Municipal, sendo que por algumas vezes, estas organizações se tornaram responsáveis inclusive pela construção de prédios em sistemas de mutirão⁵⁸ (Apêndice I), com a comunidade toda mobilizada, e quando findada a construção estas foram entregues ao poder público para dar funcionamento efetivo às unidades.

Destacam-se as parcerias feitas com a Companhia de Habitação – COHAB. Como dito anteriormente, empresa economia mista, com acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Campinas, iniciada em 1965, pelo então prefeito Ruy Hellmeister Novaes através da Lei n° 3.213 de 17 de fevereiro de 1965⁵⁹, visando expansão periférica, face ao grande fluxo migratório decorrente do processo de industrialização da cidade.

⁵⁶ Ao terminar a gestão em 1988, 9 favelas já haviam sido urbanizadas e outras 58 estavam em processo.

⁵⁷ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/1981/507/5079/lei-ordinaria-n-5079-1981-dispoe-sobre-a-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terrenos-publicos-por-interesse-social-e-da-outras-providencias> Acesso em: 29 de out. de 2019.

⁵⁸ Como é o caso da construção do CEI Pinóquio, CEI reino encantado, dentre outros (Históricos constam no Apêndice I).

⁵⁹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/1965/322/3213/lei-ordinaria-n-3213-1965-autoriza-a-prefeitura-municipal-a-organizar-a-companhia-de-habitacao-popular-de-campinas-cohab-e-da-outras-providencias> Acesso em 29 de out. de 2019.

Os migrantes trabalhadores da indústria, ao não possuírem condições econômicas de se fixar nas áreas urbanas da cidade, que contava com infraestrutura e equipamento públicos, são obrigadas a mover-se para áreas mais afastadas, passando a ocupar as periferias, que contavam com pouca ou nenhuma infraestrutura.

A urbanização, com provimento de infraestrutura básica foi fruto de lutas, conquistas e reivindicações dos movimentos populares em busca de usos da terra urbana, que culminaram com a Assembleia do Povo (MASTRODI; ZACCARA, 2016).

Portanto, a COHAB, foi uma forma encontrada pela administração municipal de entregar a preços populares, habitações periféricas e com infraestruturas básicas, pois, nos projetos de construções das Vilas deveriam conter além das habitações, equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas. Porém, no levantamento desta pesquisa, nota-se que unidades educacionais só foram construídas em alguns Conjuntos Habitacionais entregues durante as décadas de 70 e 80, sendo após anos, retomado na gestão Hélio nos anos 2000, com a construção de 2 Unidades⁶⁰ quando da entrega da Vila Olímpia e do Conjunto Habitacional Vida Nova.

Através desta parceria com a COHAB, pelo menos 12 Unidades Públicas Municipais (tabela 10) foram construídas na cidade, número ínfimo quando comparado ao número de conjuntos habitacionais entregues. Só na região Leste, 13 Conjuntos foram entregues desde 1979 a 2008, porém, apenas 2 Conjuntos Habitacionais⁶¹ contaram com a construção unidade por intermédio da COHAB.

Os Conjuntos Habitacionais entregues na região Norte somam 6.142 casas, distribuídas em 11 localidades, desde 1969 a 2009, destes, apenas 4 Conjuntos Habitacionais⁶² contaram com a parceria de construção da COHAB.

A região Sul, foi a menos atendida pela política habitacional municipal, ali foram entregues 1.247 casas, distribuídas em 6 Conjuntos Habitacionais, iniciando com a Vila Rica (1966), primeiro Conjunto entregue pela COHAB na cidade e finalizando

⁶⁰ CEI Vila Olímpia (2005) e CEI Nave Mãe Prof.^a Darcy Ribeiro (2008).

⁶¹ CEI Recanto da Alegria (1971) e CEI Presidente Arthur Bernardes (1976).

⁶² CEI Regente Feijó (1976), CEI Cha Il Sun (1977), CEI Sonia Lenita Galdino Torrezan Camara (1984), CEI Vila Olímpia(2005).

com o Núcleo Residencial São José (2004)⁶³, na região dentre os 6 Conjuntos, apenas 1 foi entregue com uma Unidade⁶⁴ Educacional construída pela parceria.

O quadro é diferente ao se pensar nas regiões Sudoeste e Noroeste, intensamente habitadas e alvo das políticas públicas de periferação da cidade. Na região Sudoeste, 8.207 casas foram entregues pela COHAB, que se iniciaram com a construção da Vila Perseu Leite de Barros (1976) até Vida Nova (2009), totalizando 15 Conjuntos Habitacionais, porém, apenas 1 Unidade⁶⁵ foi construída em parceria com a COHAB e está é uma Unidade Nave-Mãe Pública Privada construída durante a gestão Hélio de Oliveira Santos.

A região Noroeste recebeu 4.809 casas entregues, divididas em 14 Conjuntos Habitacionais, desde a Vila Castelo Branco (1967) ao Parque da Floresta (1996), destes, 4 localidades contaram em suas entregas com Unidades⁶⁶ construídas em parceria com a COHAB.

⁶³ Dados disponíveis em:
<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/pdfinal/cap3.pdf> Acesso em: 29 de out. de 2019.

⁶⁴ CEI Maria do Carmo Abreu Sodre (1970).

⁶⁵ CEI Nave Mãe Prof.^a Darcy Ribeiro (2008).

⁶⁶ CEI Presidente Castelo Branco (1971), CEI Prof.^a Hermínia Ricci (1975), CEI Marília Martorano Amaral (1975) e CEI Chapeuzinho Vermelho (1984).

C) A NOVA MODALIDADE: UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS PRIVADAS.

Mesmo Campinas sendo considerada uma cidade rica, esta nunca teve plenamente atendida à demanda de educação infantil, zerando as filas de espera por vaga, mas aumentar a oferta sempre fez parte dos discursos das administrações municipais. Nos últimos 15 anos uma nova política para a educação infantil foi implementada. É criada no município uma nova modalidade de Unidade Educacional, estabelecendo uma parceria público-privada, pela gestão do então prefeito eleito, Dr. Hélio de Oliveira Santos do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 2005 graças à Lei Federal nº 11.114⁶⁷ houve uma reorganização no Ensino Fundamental, que passou a ter duração de nove anos e que produziu alterações na Educação infantil. Nesta nova configuração, as crianças de seis anos antes atendidas em instituições de educação infantil passaram a fazer parte do quadro de alunos do Ensino Fundamental, aumentando assim o espaço para a oferta de educação infantil destinado às crianças de 0 a 5 anos (ROCHA, 2009).

Esta alteração, somada à substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), implementado em 1996, reunia os recursos Estaduais e Municipais destinados à Educação para depois os redistribuir de acordo com o número de matrículas regulares no Ensino Fundamental. Tal fundo foi substituído pelo FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação pela Lei 11.494/2007, esta alteração passa a incluir a educação infantil, como primeira etapa da educação básica e expande a faixa de educação obrigatória. Com essa alteração, ao ser contemplada a educação infantil antes marginalizada passa a agora a fazer parte da redistribuição de recursos e aporte de verbas federais⁶⁸.

Diante deste quadro favorável, com aumento de repasses para a educação básica, o governo Hélio de Oliveira Santos opta não pela construção de novas Unidades

⁶⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm Acesso em 30 de out. de 2019.

⁶⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/textosecr/fundef_ao_fundeb.pdf Acesso em: 05 de dez de 2019.

inteiramente públicas, mas apresenta o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), que se destinava à ampliação das vagas na educação infantil, através de parcerias com instituições de direito privado sem fins lucrativos.

Instituições escolhidas para gestão das Unidades de educação Infantil a serem construídas pelo município, ficando estas responsáveis por gerenciar todo o processo pedagógico e funcional destas Unidades que foram intituladas de “Nave – Mãe”. O projeto foi aprovado em 04 de abril de 2007 pela Lei 12.884⁶⁹.

Assim, além das parcerias já existentes na modalidade pública-conveniada, o governo Hélio, em dezembro do mesmo ano publica edital com o processo seletivo para a escolha das entidades⁷⁰ que seriam responsáveis pelas primeiras Unidades. A contratação dessas organizações é feita por tempo limitado e, portanto, periodicamente devem ser abertos novos editais e novas contratações. O processo implica em uma seleção entre os interessados inscritos, a quem cabe encaminhar documentos a serem analisados por uma comissão julgadora, a qual atribuirá nota e a melhor classificada se encarregará da gestão da Nave-Mãe.

Estas Unidades passaram a funcionar com uma gestão compartilhada com a Prefeitura de Campinas, os prédios são construídos pela administração municipal, mas geridos através de contratos de parceria com o terceiro setor. Havendo, portanto, uma inversão em relação ao modelo de parceria anterior Pública Conveniada. No modelo anterior o poder público participava do financiamento de iniciativas privadas no campo da educação. No novo modelo, o poder público entrega suas unidades para serem geridas por organizações privadas.

Assim sendo, começou-se a construção de várias unidades do projeto (PAEEI), trazendo grande repercussão no município, tanto pela ampliação significativa da oferta de vagas, quanto pela nova política adotada pela Prefeitura, evidenciando a intenção do

⁶⁹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2007/1289/12884/lei-ordinaria-n-12884-2007-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-de-atendimento-especial-a-educacao-infantil-paei> Acesso em: 24 jul. de 2018.

⁷⁰ Todas as entidades são caracterizadas como associações privadas sem fins lucrativos e possuem o título de Utilidade Pública Municipal conforme prevê a Lei Municipal n° 4.496 de 27 de maio de 1975 (DOMICIANO-PELLISSON, 2016).

poder executivo em privatizar e terceirizar a educação das crianças pequenas. Tal política visa à diminuição dos custos com os atendimentos aos direitos de educação da população infantil. Não dispomos de dados para analisar a questão dos custos, perdas e benefícios comparativamente às três modalidades, entretanto, podem-se realizar algumas reflexões. Nessa nova modalidade observa-se o afastamento de forma gradual do Poder Público desta área essencial.

Este projeto, que usa recursos municipais para sua construção, teve seus projetos arquitetônicos padronizados pelo arquiteto João Filgueiras Lima⁷¹, idealizador de vários projetos voltados à proteção da criança. Consiste no caso de Campinas em superunidades, capazes de atender cerca de 400 a 500 crianças, em mais de 1.700m² de área construída, diversas salas de aula, sala multiuso, enfermaria, pátio coberto, refeitório, cozinha e sanitários, além de possuir todo mobiliário e estrutura, jardins e playground.

Os resultados quantitativos deste novo tipo de modalidade que passou a compor a Rede Municipal de Educação Infantil foram muito significativos, fazendo com que se reduzissem drasticamente as listas de esperas por vagas na educação infantil⁷². Inclusive, o projeto de Hélio de Oliveira Santos foi ganhador do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Prêmio ODM Brasil, em 2009, devido principalmente a ampliação da oferta na educação infantil em espaço tão curto de tempo, e ainda pela participação do setor privado como gestor de escolas (DOMICIANO-PELLISSON, 2016). No projeto inicial do Dr. Hélio, seriam construídas apenas quatro unidades, mas ao final de 2012 Campinas já contava com 12 unidades de Naves-Mães, sendo que as

⁷¹ Arquiteto, urbanista, construtor. Formou-se em 1955 na [Faculdade Nacional de Arquitetura - FNA](#)¹, no Rio de Janeiro. A obra de João Filgueiras Lima, o "Lelé", destaca-se pela combinação entre a exploração da industrialização na construção civil - a criação de componentes pré-fabricados em série - e o recurso da forma livre, frequentemente sinuosa, herdada de seu convívio com [Oscar Niemeyer \(1907-2012\)](#). O projeto dos Centros Integrados de Educação Pública - Cieps tem a colaboração de Niemeyer, e é apresentado ao Ministério da Educação como piloto de um sistema em escala federal, o dos Centros Integrados de Apoio à Criança - Ciacs, 1990, que prevê a construção de 5 mil escolas pelo Brasil. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18200/joao-filgueiras-lima> Acesso em 28 de out. de 2019.

⁷² Em 2012 o déficit de vagas na educação infantil em Campinas era a de 7.910 crianças na faixa etária de 03 meses a 2 anos e 04 meses, números bem menores quando comparado à períodos anteriores. (MOMMA; BRYAN e PALMEN, 2014).

gestões que se seguiram continuaram com este projeto fazendo com que a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas encerrasse o ano de 2018 com 28 unidades de Naves-Mães.

Ao final da gestão, 34.100⁷³ crianças estão matriculadas na Rede Municipal de Educação Infantil nos três tipos de modalidades, oferecidas, contando ainda com 6.500 crianças na lista de espera.

Nos anos que se seguiram, Jonas Donizette/PSB⁷⁴ manteve e intensificou a política de construção destas Unidades público-privadas⁷⁵ sendo 13 delas inauguradas em sua gestão até o momento atual, evidenciando assim a prioridade da construção destas parcerias com o terceiro setor, em detrimento de Unidades públicas - somente uma unidade pública foi inaugurada por Jonas Donizette/PSB em seu governo, o *CEI Comecinho de Vida*, inaugurado em 2013 na Vila Orozimbo Maia - demonstrando que as forças do governo municipal estão voltadas basicamente aos Projetos de Nave-Mãe, e não ao investimento em Unidades de atendimento próprio da Prefeitura Municipal.

Além disso, muitas Unidades Públicas Municipais que se encontravam próximas destas superunidades acabaram sendo fechadas e seus funcionários foram realocados⁷⁶, evidenciando ainda mais a política perversa de privatização por dentro da educação infantil, que opta por fechar unidades tradicionais dos bairros, substituindo-as por unidades maiores e repassando suas obrigações com esta etapa da educação básica para as mãos de entidades privadas, sem poder prever ou controlar nenhuma de suas ações com relação à contratação de pessoal especializado, suas condições de trabalho e a política salarial. (ROCHA, 2009). Esta nova política, além de mascarar a expansão do atendimento, pode exemplificar o porquê do fracasso da política do fim da falta de vaga,

⁷³ Em 2008, haviam 29.968 crianças matriculas, 7.831 na lista de espera.

⁷⁴ Em 2008 ocorre alteração na organização dos agrupamentos ficando o agrupamento I para crianças de zero 1 ano e 6 meses, agrupamento II para crianças de 1 ano e 7 meses a 2 anos e 11 meses e o agrupamento III para crianças de 3 anos a 5 anos e 11 meses, diminuindo ainda mais a faixa etária de atendimento em período parcial, além de ampliar e criar estratégias para notificar os alunos faltosos, excluindo-os e dando prosseguindo à lista de espera.

⁷⁵ No governo Jonas Donizette as Unidades antes intituladas de Nave-Mãe passam a se chamar de Bem-Querer.

⁷⁶ À exemplo do CEI Jardim Stella, fechado e substituído pela CEI Nave-Mãe João Batista Neto.

além de precarizar o atendimento educacional, ao não garantir formação adequada dos profissionais contratados e acompanhamento efetivo e sistemático (MOMMA-BARDELA, BRYAN, PALMEN, 2014).

O repasse de verbas feitas a estas instituições responsáveis por gerir as Naves-Mães são calculados com base no custo aluno, cada criança matriculada tem um valor estipulado pela Prefeitura. (DOMICIANO-PELLISSON, 2016).

O projeto Nave-Mãe, pensado como solução para o problema das listas de espera por vagas, foram estrategicamente espalhadas pelo município nos locais mais carentes de ofertas desta etapa da educação e em locais com condições socioeconômicas inferiores, revelando a política empregada pela administração municipal em construir Naves-Mães em localizações de vulnerabilidade social e de grande densidade demográfica (MOMMA-BARDELA; BRYAN; PALMEN, 2014). A primeira Nave-Mãe é inaugurada na cidade, em 2008, na região Sul, no bairro Jardim Marisa. O bairro é próximo da rodovia que liga Vinhedo ao Aeroporto de Viracopos, apresentando carência de alguns itens de infraestrutura, como: asfaltamento de vias, água e esgoto, posto de saúde, transporte coletivo, entre outros.

TABELA 11 – REGIÕES DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS.

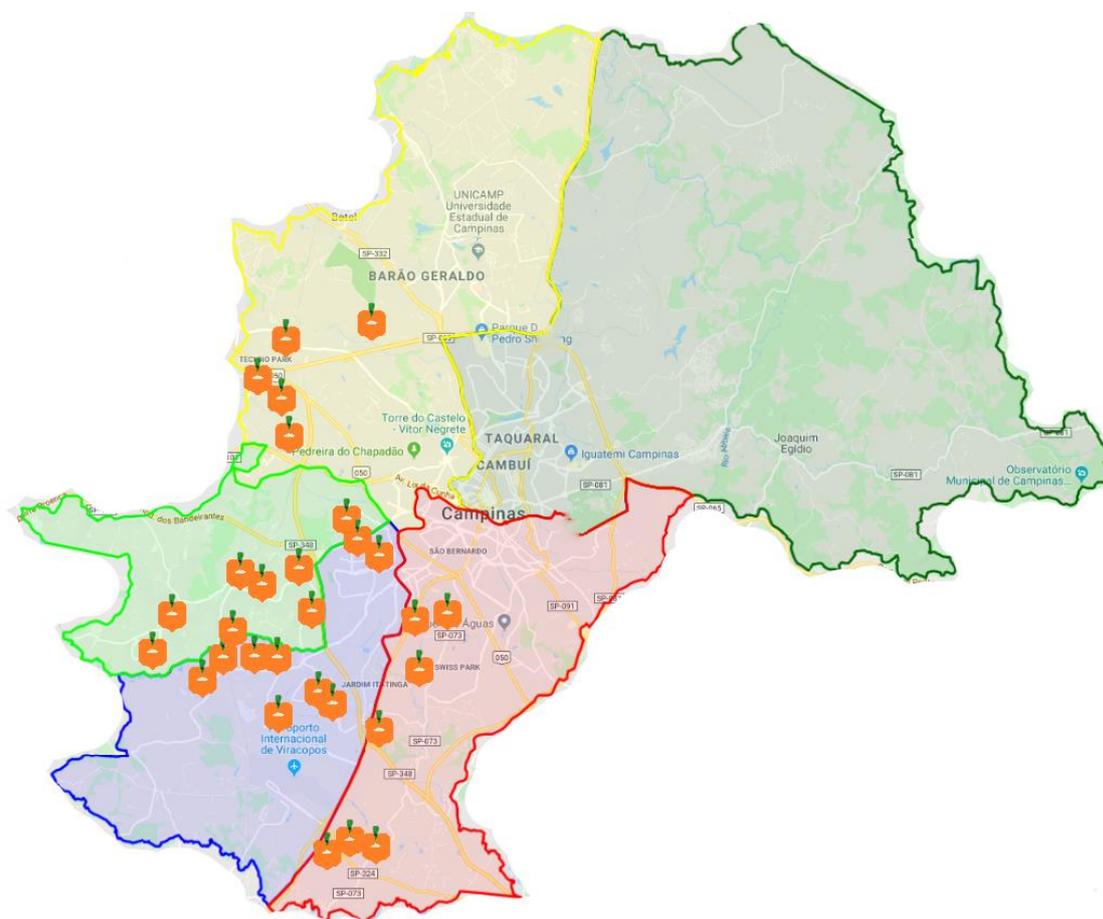
Regiões	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Total De Unidades Por Região	Porcentagem * (%)
Norte	29	8	5	42	20,4
Sul	25	12	7	44	21,4
Leste	26	17	-	43	20,9
Sudoeste	27	5	8	40	19,4
Nordeste	26	3	8	37	18,0
Totais	133	45	28	206	100,0

* Porcentagem calculada sobre o total de unidades por região.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Assim a Prefeitura empenha-se direcionando prioritariamente estas Unidades a oferecer atendimento às camadas mais pobres da população campineira, instaladas em regiões periféricas, que demandam equipamentos públicos, fato este observável na ausência de Unidades Pública Privadas na região Lesta da cidade, região campineira privilegia. Espalham-se nas regiões Norte, Sul, Sudoeste e Noroeste, localizando-se prioritariamente em bairros de baixa renda ou de ocupações precárias e favelas, atendendo à criança pobre e sua família como previsto por seu idealizador (SANTOS 2010).

FIGURA 17 – UNIDADES PÚBLICAS PRIVADAS CRIADAS ANOS 2000.



Fonte: Elaboração da autora.

As regiões escolhidas são também aquelas que concentram o maior crescimento populacional nas últimas décadas. Nestes bairros, frutos muitas vezes de invasões favelas, e outras modalidades de ocupações, após anos de ausência de planejamentos público fez com que a nova política de Hélio de Oliveira Santos investisse na ampliação da oferta de vagas da educação, ofertando a estas populações desprovidas de equipamentos públicos de educação infantil, passassem a receber atendimento privatizado através de Unidades Públicas Privadas.

**TABELA 12 - BAIRROS E REGIÕES UNIDADES PÚBLICAS
PRIVADAS**

Regiões/Bairros				
Norte	Sul	Leste	Noroeste	Sudoeste
Conjunto Habitacional Vila Réggio	Jardim Fernanda II	-	Jardim Alto Belém	Conjunto Habitacional Vida Nova
Conjunto Habitacional Edivaldo Antônio Orsi	Jardim Stella	-	Cidade Satélite Íris	Jardim Ouro Preto
Loteamento Vila Esperança	Vila Abaeté	-	Residencial Cosmos	Jardim Vista Alegre
Parque Das Constelações	Jardim São Domingos	-	Jardim Bassoli	Parque Das Indústrias
Parque Residencial Shalon	Jardim Marisa	-	Loteamento Residencial Novo Mundo	Parque Vista Alegre
-	Gleba B	-	Jardim Ibirapuera	Residencial São José
-	-	-	Cidade Satélite Iris II	Dic VI
-	-	-	Jardim Campos Elíseos	Residencial Porto Seguro

Fonte: Elaboração da autora.

Desta forma, portanto, finaliza-se a primeira parte deste trabalho, em que se construiu o mapeamento histórico do atendimento institucionalizado de crianças pequenas na cidade de Campinas, nas suas formas diversas e distintas modalidades de atendimento, perpassando dados históricos, políticos, estatísticos e localidades de

implementação destas Unidades. Para assim tornar possível o delineamento da segunda parte do trabalho que pretende compreender a forma como se encontra a laicidade e a religião, bem como as condições de trabalho e de atendimento dentro da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas.

LAICIDADE E RELIGIÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS.

Com relação à educação, a laicidade, separação e não influência das religiões e Igrejas sobre as escolas são assuntos delicados, discutido no mundo ocidental desde o século XVIII. Desta forma, quanto se trata de instrução pública, oferecida por estados laicos, esta não deveria ser ministrada por clérigos, mas sim deveria ser liberta de ‘dogmas religiosos’. Configurando a escola pública como um espaço livre de religião, deixando àqueles que a frequentam livres para buscarem a religião que lhes convém em seus respectivos templos, fora das escolas (BOTO, 2003).

No Brasil, país colonizado por portugueses com forte herança católica, a religião é ainda hoje garantida nas escolas públicas através do ensino religioso, previsto no artigo 210 § 1º da Constituição⁷⁷, seguindo as outras constituições federais desde 1934 e atendendo à pressão de grupos religiosos, inclui o ensino religioso como disciplina: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Desde a república, as Constituições brasileiras afirmam a laicidade do Estado, entretanto, já em seu preâmbulo a Carta é consagrada a Deus. Assim também esse mesmo estado laico mantém o ensino religioso nas instituições públicas, mesmo que de matrícula facultativa, ganho este conseguido graças à pressão feita pela Igreja Católica para que se mantivesse o ensino religioso na Constituição (GIUMBELLI, 2014).

Assim, em 1996 o ensino religioso seria também previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após seis anos de elaboração⁷⁸.

⁷⁷ Pós proclamação da república e declaração do Estado Laico aconteceram diversos levantes e greves principalmente a partir de 1922, que eram vistos como ameaças à ordem social. As elites dirigentes da época passaram então a exigir repressões imediatas e de prevenção, a solução foi encontrada no conservadorismo católico, que buscava solucionar problemas sociais e políticos (CUNHA 2011), o que facilitou o retorno da religião às escolas numa espécie de pedagogia de controle preventivo. Esta medida é evidenciada pelo decreto de Vargas nº19.941 de 30 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino religioso nos estabelecimentos públicos, primário, secundário e normal. A Constituição de 1934, assim como as demais que se seguiram continuaram por afirmar o que dizia o decreto, e ainda acrescentaram o ensino religioso como matéria dos horários.

⁷⁸ Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

A Constituição atual após publicação da primeira redação passou por uma reforma no artigo 33, que tramitou em regime de urgência e tem a oferta do ensino religioso alterado graças ao veto transversal do presidente da época, Fernando Henrique Cardoso (CUNHA, 2016). Esta alteração foi realizada, segundo Cunha (2016), pois, se aproximava a visita do papa ao Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pressionava para oferecer um presente político-ideológico ao papa. Para sua reformulação, foi necessário passar por diversas instâncias e discussões principalmente com relação ao financiamento e se haveria ou não ônus aos cofres públicos para o ensino religioso, ao final a reforma foi aprovada e resultou na lei nº 9.475/97, alterando assim o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁷⁹:

Na nova redação favorável ao projeto político da Igreja Católica, aprovada em apenas seis meses, mantém o ensino religioso de oferta obrigatória e matrícula facultativa, como componente curricular, nos horários normais das escolas oficiais, mas não menciona ônus para os cofres públicos, abrindo a possibilidade de uso dos recursos de sistemas públicos para esta oferta. Esta nova escrita, porém, deixa explícita o impedimento de qualquer forma de proselitismo, afirmando o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil, mas de forma sutil, fez com que esta disciplina se tornasse parte integrante da formação básica do cidadão.

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996).

⁷⁹ Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. [\(Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997\)](#)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. [\(Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997\)](#)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. [\(Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997\)](#) (BRASIL, 1996).

Cabe também ressaltar que na versão inicial da lei era previsto a possibilidade de dois tipos de ensino religioso, confessional ou interconfessional, tendo esta parte sido suprimida na alteração feita em 1997 (OLIVEIRA, 2014).

Mesmo após essas conquistas, a Igreja Católica continuou lutando e pressionado por todos os lados, objetivando recuperar o espaço perdido na educação. Um exemplo da ação da Igreja para manter seu espaço no Estado brasileiro se manifesta na Concordata firmada entre o Governo Brasileiro e a Santa Fé em 2008 que foi acompanhado de perto pelo clero brasileiro, tramitando em regime de urgência e tendo sido aprovada em sua maioria por parlamentares comprometidos com igrejas ou seitas (BITTENCOURT; WOHNATH, 2013). A Concordata constitui-se como um acordo jurídico que estabeleceu novos privilégios e consolidou outros, vivenciados pela Igreja Católica (FISCHMANN, 2009) Um dos maiores ganhos da Igreja com a Concordata é o artigo 11, que traz significativa perda para a educação pública, ao especificar que o ensino religioso, *católico* e de outras confissões religiosas, fazem parte dos horários normais das escolas, promulgado através do Decreto n° 7.107/2010.

Com a escrita da Base Nacional Comum Curricular, o ensino religioso não poderia ficar de fora, tendo em vista que é componente curricular. Neste documento o ensino religioso constitui-se como uma área de conhecimento específica, compondo ao lado de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, às cinco áreas do conhecimento. Segundo Cunha (2016) desde o início da produção e escrita da Base em 2012, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso se fez presente nas discussões através de quatro militantes católicos, que foram os responsáveis por escrever os eixos e objetivos de aprendizagem do ensino religioso para cada um dos nove anos do ensino fundamental.

Todos estes apontamentos, referente à inserção em âmbito legal da religião e ensino religioso na educação brasileira descrita anteriormente dizem respeito aos nove anos do Ensino Fundamental, já que este não é previsto para a etapa da educação infantil. Porém, é importante ressaltar que “mesmo com a ausência do ensino religioso nas escolas não significa, de modo algum que a religião não estará presente” (PIEPER, 2014 p.165). Pois, a religião nas escolas, principalmente nas escolas de educação infantil pode ainda carregar marcas do seu passado ligado à religião, marcas estas que podem ser expressas por símbolos religiosos expostos (BRANCO, 2016),

principalmente símbolos católicos cristãos como a cruz e o crucifixo (CALADO, 2010). Expostos em estabelecimentos públicos não só em escolas ou ainda podem se fazer presentes pela comemoração de datas religiosas, ou mesmo através de preces, orações e interjeições.

As escolas públicas sofrem com estes impasses históricos entre religião e laicidade desde sua concepção, pois, mesmo quando estas assumem e afirmam a laicidade presente nas leis, à cultura brasileira, com fortes vínculos cristãos e em especial, católicos, se faz presente no cotidiano escolar, pois, escola e cultura se relacionam, embora seguramente não sejam coincidentes (CANEDO, 2009). A escola é fruto da cultura, e historicamente substituiu a aprendizagem da vida através do contato direto com o mundo dos adultos, por um processo de enclausuramento-escolarização, tornando o aprender abstrato, distante de seu valor prático.

Como evidenciado anteriormente, as próprias construções das Unidades Públicas Municipais, em Campinas, foram decorrentes de processos diversos, seja por iniciativa própria do poder público, ou por movimentos e reivindicações sociais, através da Companhia de Habitação, ou frutos de parceria e ações de filantropia. Uma pequena parcela de 3 unidades teve início com ligações religiosas, porém, estes vínculos foram cortados após o poder público municipal assumir as construções dos prédios e gestão, trazendo para as unidades pessoal e insumos próprios.

Para além das ligações iniciais, mais recentemente a laicidade é assumida na Rede Pública Municipal através de documentos orientadores, onde é possível observar a abordagem sobre laicidade, religião e ensino religioso. São eles: *Diretrizes Curriculares Para A Educação Infantil* (2013), *Diretrizes Curriculares da educação básica para o ensino fundamental: Anos Iniciais* (2012) e *Diretrizes Curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de Jovens e Adultos: Anos finais* (2010).

As Diretrizes Curriculares Municipais passaram a ser publicadas a partir de 2010 com as Diretrizes Curriculares para a Educação básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Anos finais, que foram seguidos pela publicação em 2012 das Diretrizes para os Anos Iniciais e em 2013 das versões para a Educação Infantil e outra atualizada somente para a Educação de Jovens e Adultos.

Todos os quatro documentos foram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico e Assessoria de Currículo e Pesquisa

Educacional, encabeçados pela pessoa de Heliton Leite de Godoy⁸⁰. A escrita destas Diretrizes partiu da necessidade de criação de um documento oficial, balizador do trabalho cotidiano das salas de aula, que evidenciasse claramente os objetivos comuns básicos para toda a Rede Municipal de educação, e que pudessem ser usados pelos educadores como um referencial, visando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no município.

Estes documentos foram escritos de forma coletiva, com a participação de mais de sessenta autores e coautores de cada etapa, todas as professoras, professores especialistas, coordenadores e professores convidados da Rede Municipal de Educação de Campinas que sintetizaram as discussões e reflexões realizadas em cada unidade educacional.

Mais especificamente as *Diretrizes da Educação Básica para a Educação Infantil*, teve o início do seu processo de escrita em 2007 quando do Seminário de Educação Infantil realizado pelos Núcleos de Ações Descentralizadas do Município e Secretaria de Educação. Nessa ocasião, quando estiveram envolvidos todos os funcionários da Rede, foi realizado o compartilhamento de ideias e experiências pedagógicas. O resultado sintetizado e transformado em um texto preliminar foi em 2009 enviado para as unidades educacionais, quando passaram a ser estudados, analisados e devolvidos com correções e sugestões. Em novos seminários para compartilhar o andamento do processo de escrita ocorreram novas discussões e análises. Dessa forma, após anos de encontros e discussões, o documento é oficialmente publicado procurando orientar os processos educativos nas Unidades de Educação Infantil do município.

Nas Diretrizes para a Educação Infantil encontra-se menção direta à laicidade, afirmando que a escola é laica, portanto, precisa superar a comemoração de datas específicas do calendário, principalmente àquelas de cunho religioso. E no que diz respeito aos conteúdos trabalhados na educação infantil mais especificamente, afirma que os professores precisam estar atentos para não tomar as datas comemorativas como

⁸⁰ Portador do Diploma de Mérito Educacional “Prof. Darcy Ribeiro”, concedido pela Câmara Municipal de Campinas. Ex-Coordenador de escola, depois Assessor Técnico de Currículo e Pesquisa Educacional da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela elaboração do currículo.

norteadoras do currículo e do que se deve trabalhar com as crianças em determinadas épocas do ano.

Há em curso um movimento de superação das datas comemorativas como norteadoras do currículo, que envolve o combate ao consumismo, sem perder de vista a laicidade da educação pública, visando ampliar repertórios culturais, com a aproximação das comunidades do entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2013 p.14).

A defesa da laicidade nos documentos oficiais campineiros não está apenas na educação infantil, mas abrange também o ensino fundamental. Nas *Diretrizes Curriculares da educação básica para o ensino fundamental: Anos Iniciais*, não existe menção a nenhuma religião, mas deixa transparecer em suas linhas que a escola, é espaço privilegiado de aprendizado, devendo, portanto, primar pelo ensino e aprendizagem das crianças, independente de credo e religião ou templos religiosos que os alunos frequentem extraclasse:

Então, podemos dizer que nosso desafio é, enquanto educadores, participar dessas mudanças com a intencionalidade própria de nossa atuação, compromissada com uma cidadania que inclua a todos, sem restrição de classe, raça, religião ou gênero. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012 p.14).

Postura semelhante também pode ser observada nas *Diretrizes Curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de Jovens e Adultos: Anos finais*:

As questões relacionadas aos preconceitos e autoritarismos fundamentados nas discriminações de classe, raça, etnia, religião e gênero devem ser sistematicamente abordadas em todas as experiências formativas, pois só assim poderemos construir uma escola de fato acolhedora e inclusiva, como se propõe nas diretrizes curriculares (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2010 p.66).

De acordo, portanto, com os documentos oficiais do município de Campinas pode-se perceber que a educação campineira assume a sua posição frente à laicidade, deixando claras as orientações oficiais para o ensino público, de acordo com os princípios de laicidade propostos na Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Porém, aquele primeiro projeto contundente de laicidade que me motivou a esta pesquisa, mostrou-se referente a uma pequena parte da Rede, ele pode dissimular o exercício religioso presente nas outras duas modalidades. Para responder esta questão, foram considerados os dados coletados nos Projetos Políticos Pedagógicos, homologados e publicizados em site de domínio municipal, além de sites oficiais e não oficiais das instituições, permitindo-nos encontrar indícios de uma política diferenciada por modalidade de oferta da educação infantil.

As primeiras instituições de assistência e amparo à criança e a infância campineira, esteve sob majoritariamente sob a responsabilidade da Igreja Católica e de algumas iniciativas filantrópicas. Eram compreendidas como formas de combater a miséria social, criadas na perspectiva da assistência, objetivando assegurar melhorias da qualidade de vida para a parcela da população infantil, mais necessitadas.

Dentre estas Unidades, foi possível estabelecer que dentre as 45 Unidades Públicas Conveniadas pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, 32 delas, ou seja, 71,11% tiveram suas criações ligadas a algum tipo de religião.

**TABELA 13 - DEMANDAS DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES PÚBLICAS
CONVENIADAS**

	Pública Conveniada	Porcentagem (%)
Religiosa	32	71,11
Filantrópica	8	17,78
Maçonaria	1	2,22
Não Informado	4	8,9
Totais	45	100

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

As unidades que surgiram ligadas a igrejas ou organizações religiosas, eram de parcerias diversas, fossem elas ajuntamentos de senhoras católicas que se reuniam para oração e auxílio ao próximo em obras de caridade pela cidade, ou congregações religiosas católicas, Centro Espíritas ou associações anexas a Igrejas e Paróquias

(Apêndice I), possuem suas dependências próprias e em grande maioria são administradas por líderes religiosos, deixando claro em seus sites e Projetos Pedagógicos as alianças religiosas:

A Escola de Educação Infantil “Santa Rita de Cássia tem como Entidade Mantenedora, o Centro Educacional e Assistencial “Cândida Penteadó de Queiroz Martins”, organização religiosa, sem fins econômicos fundado em 24/08/1965 pelo Arcebispo Metropolitano de Campinas, Dom Paulo de Tarso Campos, como Obra vinculada à Paróquia Santa Rita de Cássia que tinha como Pároco, Pe. Francisco Marques de Almeida. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2018⁸¹)

Outras 8 Unidades, ou 17,78%, partiram de iniciativa particular de filantropos, como é o caso da Creche Tia Léa criada em 1970 na região Sul, idealizada pela senhora Léa Strachmam Duchovni, buscando oferecer assistência, proteção e amparo às crianças e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, próximos à região do Jardim São Pedro. Assim juntamente com um grupo de apoiadores fundou a entidade e esta passou a oferecer o serviço de creche, com cuidados indispensáveis às crianças pequenas, enquanto suas mães saíam para trabalhar. Das Unidades Públicas Conveniadas, 4 delas, representando 8,9% do total não nos foi possível estabelecer suas demandas históricas até o momento da pesquisa ⁸².

Mesmo com históricos diversos, o cerne aqui é que mesmo diante destas particularidades, a Prefeitura Municipal de Campinas ao assumir contratos e convênios com estas entidades, efetuando repasses de verbas públicas para oferecer à população educação infantil põe em cheque a laicidade assumida em suas Diretrizes. Pois, dentre as 32 Unidades criadas com ligações religiosas, 19 (42,2%) são católicas, 9 unidades (20%) são espíritas e 4 unidades (8,89%) são evangélicas, conforme tabela a seguir.

⁸¹ Disponível em:

http://projetopedagogico.campinas.sp.gov.br/pdf/5/2018/11027/Projeto_Pedagogico_acesso_publico.pdf
Acesso em 01 de ago de 2019.

⁸² Outros exemplos de filantropia, ademais os constantes no Apêndice I é a Unidade Associação de Desenvolvimento Humano Abracesolidário, fundada em 2005 no Jardim Mirian, região leste, fundada por um grupo de moradores do Alphaville, que ansiavam em desenvolver projetos sociais nos bairros do entorno do condomínio. Da mesma forma, o Lar Campinense foi criado em 1975 na região Norte através da iniciativa de Iva Panacci de Almeida e José Roberto de Almeida, casal que já se empenhavam no auxílio à outras entidades do município, e passaram então a oferecer através de entidade própria um trabalho dedicado à crianças do bairro Jardim Eulina.

TABELA 14 – LIGAÇÕES DAS UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS

Ligações Instituições	Católica	Espírita	Evangélica	Maçonaria	Filantropia	Não Informada	Total
Pública Conveniada	19	9	4	1	8	4	45

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Dentre as instituições católicas, é importante ressaltar que 8 delas foram inicialmente criadas por Congregações Religiosas de padres ou freiras. Destaca-se *A Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria*, responsável pelo início da Sociedade Feminina de Assistência a Infância, que possui duas Unidades a Creche Bento Quirino e a Unidade II Jorge R. Kanawaty, responsável ainda pela criação da Creche Irmã Maria Ângela, da Fundação Irmã Ruth Maria Camargo Sampaio e do Centro Educacional Coração de Maria; *A Congregação Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração* é responsável pela criação da Casa da Criança Madre Anastácia; *A Congregação Salesiana* responsável pela criação da Creche Dom Bosquinho (Obra Social São João Bosco); *A Congregação Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria* responsável pela criação da Escola de Educação Infantil Lar Sagrada Família; e a *Congregação do Bom Pastor* é responsável pela criação do Centro de Promoção Para Um Mundo Melhor, conforme tabela 16.

Estas Unidades criadas por Congregações, por vezes precisaram se tornar ao longo dos anos Associações Cívicas, com leigos investidores capazes de dar continuidade ao trabalho das entidades, mas sem perderem suas ligações com as religiões e Igrejas (Apêndice I).

TABELA 15 – CONGREGAÇÕES RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES PÚBLICAS CONVENIADAS

Unidade Pública Conveniada	Congregação Responsável
Sociedade Feminina De Assistência A Infância: Creche Bento Quirino (Unid I) E Jorge R Kanawaty (Unid II)	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria
Creche Irmã Maria Ângela	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria. Diretora educacional - Voluntária da pastoral. (PPP, 2019).
Fundação Irmã Ruth Maria Camargo Sampaio	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria. Nguyen Thi Thuy Van - Diretora (Irmã Inês) (PPP, 2019).
Centro Educacional Coração De Maria	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria
Casa Da Criança Madre Anastácia	Congregação Filhas De Nossa Senhora Do Sagrado Coração. Diretora Irmã Janete de Fátima Alves (PPP, 2019).
Centro De Promoção Para Um Mundo Melhor	Congregação Do Bom Pastor. As Irmãs Maria Lourdes e Ana Maria, diretoras da Instituição. (PPP, 2019)
Creche Dom Bosquinho (Obra Social São João Bosco)	Congregação Salesiana
Escola De Educação Infantil Lar Sagrada Família	Congregação Das Irmãs Franciscanas Missionárias Do Coração Imaculado De Maria. A Irmã Teresa - Diretora da casa. (PPP, 2019).

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

As práticas de educação e ensino são orientadas por teorias, métodos, conceitos pedagógicos, valores e missões, que permeiam todas as ações desenvolvidas dentro de cada escola. Assim, é necessário identificar qual a filosofia que orienta a instituição, partindo desta para desenhar um perfil das escolas onde se encontra o projeto religioso. Aqui são tomados dos Projetos Políticos Pedagógicos alguns extratos como exemplo:

Desde 1907 a Associação *desenvolve o trabalho de assistência, educação e cultura, baseado nos princípios de Santo Antônio: dedicação, humildade e justiça. Tem a missão de contribuir para a formação de cidadãos capazes de interagir na sociedade desenvolvendo o potencial humano no exercício da cidadania.*⁸³ (Grifo nosso).

A nossa forma de vida, segundo o carisma-espiritualidade da Fundadora, é *viver em fraternidade o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, "Esposo crucificado nu, e abandonado", e nele ser enviadas para "fatigar-se pela conversão de povos de além-mar", na fidelidade à Mãe Igreja, nas pegadas de São Francisco, verdadeiro amigo e imitador de Cristo*(Const. Art. 2)⁸⁴ (Grifo nosso).

Nesta Teologia da Libertação, de uma igreja com o povo, a linha prática da AMIC na sua *face cristã: Fora da Caridade não há salvação.*⁸⁵ (Grifo nosso).

A Associação Presbiteriana de Ação Social é uma ONG que busca trazer o bem estar para crianças e adolescentes, *mostrando que só há um único caminho: Jesus Cristo!*⁸⁶(Grifo nosso)

Suas missões enquanto entidades educadoras:

Missão: *Educar crianças, adolescentes, jovens e famílias, de modo especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, promovendo o exercício da cidadania pela metodologia preventiva de Dom Bosco.*⁸⁷ (Grifo nosso).

⁸³ Disponível em: <http://catedralcampinas.com.br/wordpress/institucional/pastorais-e-movimentos/associacao-do-pao-dos-pobres-de-santo-antonio/> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁸⁴ Disponível em: <https://irfranciscanas.org.br/quem-somos/> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁸⁵ Disponível em: <https://amic.org.br/quem-somos/> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁸⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/apasong/about/?ref=page_internal Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.ossjb.org.br/Institucional> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

Somos uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo é oferecer e divulgar os Estudos sobre a doutrina Espírita para adultos e crianças, com encontros aos domingos de manhã, a partir das 09h00, com Preleções, Passe, Palestras e *Educação Espírita Infantil*, para crianças de 02 a 16 anos.⁸⁸ (Grifo nosso).

E seus valores assumidamente religiosos:

*Acredita nos princípios cristãos, como base para a transformação da sociedade; Respeitar o ser humano, educando com ética e responsabilidade social. Primar pela excelência nos serviços prestados; Semear conhecimento para colhermos uma sociedade melhor.*⁸⁹ (Grifo nosso).

A caridade é o processo de somar alegrias, diminuir males, multiplicar esperanças e dividir a felicidade para que a Terra se realize na condição do esperado Reino de Deus.

Valores – Acreditamos que acolher é, sobretudo, ter Respeito pela individualidade de cada Ser. Este é o primeiro princípio que norteia o nosso trabalho. Imbuídos pela Responsabilidade que nos cabe, caminhamos incessantes, construindo uma história rica em realizações, permeada por desafios e sucessos. Fundamentamos e conduzimos nossas ações pela Ética, em sintonia com as *leis divinas*, cientes de que o progresso moral é capaz de assegurar a felicidade. Amamos o que fazemos e cristalizar o Amor a serviço do próximo é, para nós, o pleno exercício da essência que nos mobiliza.⁹⁰ (Grifo nosso).

Ao considerar os documentos relativos à política municipal quanto à laicidade, seria de se esperar a superação destes contratos históricos marcados por uma oferta educacional de caráter religioso. Todavia não foi isso que ocorreu, o que permite pensar que em Campinas estão organizadas redes distintas, dentro da rede municipal.

O que se pode observar com a manutenção dos convênios antigos e especialmente com a criação de uma nova modalidade de parceria com setores privados (Nave Mãe) é a efetiva extinção da política de expansão de Unidades Públicas Municipais nas últimas décadas em favor do novo tipo de oferta em parceria com organizações privadas nacionais e internacionais.

Esta nova modalidade que passou a compor a Rede Municipal de Educação Infantil, constitui-se em prédios públicos, administrados por organizações privadas

⁸⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/cevovonestor/about> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.aeacampinas.org.br/> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

⁹⁰ Disponível em: <https://ceak.org.br/ee/sobre/> Acesso em: 23 de dez. de 2019.

compostas por grupos de indivíduos que se organizam como associação para prestar serviços sem fins lucrativos (BRASIL, 2002). Hoje, a Rede Municipal de Educação Infantil, conta com 28 Unidades Públicas Privadas, que são geridas sob responsabilidade de 7 Associações. Essas 28 unidades concentram, em 2019 297 professores, 10.416 crianças atendidas e 1.362 funcionários de apoio.

Esta política que concentra o atendimento em grandes unidades não parece ser feita levando-se em conta, condições e melhoria do atendimento, pois, uma política que é pensada para a qualidade do atendimento priorizaria unidades menores, que se assemelham com a residência familiar, com professores concursados, profissionais qualificados e competentes, com planos de cargos e carreiras, e acompanhamento e avaliações sistemáticas.

Além disso, ao assumir esta política a Prefeitura Municipal demonstra construir grandes unidades fechando pequenas unidades de bairros, distanciando o atendimento da residência das crianças. Fato corroborado com observações e conversas com profissionais que atuam no município, pois, atualmente estão sendo usados transportes coletivos para mover de uma localidade para outra, crianças pequenas que não têm atendimento próximo de suas residências. Afirmando ainda mais a decisão de gestão que tem como objetivo a otimização econômica e não o melhor atendimento a criança.

Dentre as organizações com contrato vigente em 2019, quatro delas já possuíam Unidades Públicas Conveniadas e são associações de cunho religioso que passaram a oferecer também gestão privada após a criação da modalidade Naves- Mães, expandindo consideravelmente sua participação na educação infantil pública de Campinas. São elas:

A **Obra Social São João Bosco (OSSJB)**, Associação Privada sem fins lucrativos, responsável pela gestão de 2 Unidades Públicas Privadas, além da Unidade Conveniada. Fundada em 1909 pelos salesianos, inicialmente como Externato São João, funcionou até 1993 como escola privada, para então alterar seu perfil de atuação e razão social, iniciando em 2008 tanto os trabalhos na Creche Dom Bosquinho como também assume a gestão da Nave-Mãe Darcy Ribeiro.

Conforme dados do site oficial da instituição a Obra Social São João Bosco foi criada a partir da:

[...] *inspiração e carisma de Dom Bosco* e como resultado da vontade associativa dos Salesianos em Campinas/SP, em 1909 surge de fato esta Entidade, que adquiriu personalidade jurídica em 22 de abril de 1937[...] *formando bons cristãos e honestos cidadãos!* [...] *compromisso com os valores autenticamente humano-cristãos e transparência de atitudes na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.* [...] *vivência do Sistema Preventivo de Dom Bosco com seu trinômio: Razão, Religião e Bondade.*⁹¹ (Grifo nosso)

De acordo com estas informações, pode-se dizer que em suas Unidades, seguem a Proposta Pedagógica Salesiana, possuindo como lema central ‘formar bons cristãos e honestos cidadãos’ e apresenta como missão “educar crianças, adolescentes, jovens e famílias, de modo especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, promovendo o exercício da cidadania pela *metodologia preventiva de Dom Bosco*” (Grifo nosso) além de definir como seus “Valores: Razão, Religião e Bondade”.

Assumindo assim, que em suas (três) Unidades é utilizada a metodologia de ensino específica, relacionada à ordem religiosa de Dom Bosco.

O sistema de ensino de Dom Bosco, também chamado de “Sistema preventivo Dom Bosco”, que aparece nos Projetos das Unidades Dom Bosquinho (Conveniada), Nave-Mãe Darcy Ribeiro e Nave-Mãe Francisco Amaral (Públicas Privadas), consistem em uma metodologia de ensino elaborada por Dom Bosco, padre católico fundador da Ordem Salesiana da Igreja Católica. Em sua origem, é possível identificar que:

[...] o Sistema Educativo, aprimorado por Dom Bosco, tornava-se referência para uma aproximação entre a Igreja e a sociedade civil, integrando a razão e a religião, criando um ambiente educativo fundamentado em amor que acolhe e acompanha, fazendo com que a mensagem educativa extrapolasse as barreiras de uma única instituição religiosa e passasse a ser referência para a construção de um mundo mais humano. (PADOVAN, 2016).

A Associação Creche Casa Caminho Feliz, Associação Privada sem fins lucrativos é hoje responsável por uma Unidade Pública Privada, pois, interrompeu o

⁹¹ Disponível em: <http://www.ossjb.org.br/Institucional> Acesso em 28 de Out. De 2019.

atendimento da sua Unidade Pública Conveniada com a Secretaria Municipal de Educação em 2015, permanecendo apenas oferecendo os serviços de gestão privada⁹².

A **Associação Evangélica Assistencial (AEA)**, Associação Privada sem fins lucrativos é hoje responsável por uma Unidade Pública Privada. Esta foi criada como “braço sócio educativo e assistencial da Igreja Presbiteriana de Campinas” e apresenta como valores: “*Acreditar nos princípios cristãos, como base para a transformação da sociedade*”⁹³ (Grifo nosso). Além deste contrato de gestão, possui uma Unidade Pública Conveniada, sendo que a Igreja, além de mantenedora, contribui cedendo o espaço para funcionamento do escritório central da Associação, além de contar com a participação voluntária de membros da igreja na diretoria e conselhos fiscal e administrativo.

A **Associação Nazarena Assistencial (ANA)**, Associação Privada sem fins lucrativos, criada há mais de 30 anos na cidade e têm sua criação graças à Igreja do Nazareno Central de Campinas, é hoje responsável por 4 Unidades de educação infantil na modalidade Nave Mãe.

Além destas parceiras tradicionalmente inseridas na Rede Municipal, há aquelas que passaram a atuar especificamente no oferecimento de gestão privada para as Unidades Públicas Privadas da Secretaria Municipal de Educação, são elas:

A **Associação Chance Internacional**⁹⁴, Organização Social de direito privado sem fins lucrativos, conhecida como OS, é hoje responsável por 11 Unidades Públicas Privadas. A Associação Chance Internacional é assim nomeada:

[...] inspirado em Marcos 10.13-16 e expressa toda a sua essência corporativa de Missão e Visão, passaporte para uma vida de esperança, de sonhos e da dignidade de ocupar o lugar de prioridade no coração de Deus. *A CHANCE (Oportunidade) nasceu com o propósito de possibilitar essa oportunidade à criança, para resgate dessa geração desperdiçada, onde e em quaisquer circunstâncias em que ela se encontre*⁹⁵. (Grifo nosso)

⁹² Não há indícios quanto sua orientação religiosa.

⁹³ Disponível em: <https://www.aeacampinas.org.br/sobre-nos/> Acesso em 30 de out. de 2019.

⁹⁴ As entidades assistenciais nas gestões das naves-mães são, em sua maioria, classificadas como associação privada, sem fins lucrativos, exceto a entidade Chance Internacional, que se trata de OS regulada de acordo com a lei complementar municipal n.º 101/2015, alterada pela lei municipal n.º 117/2015.

⁹⁵ Disponível em: <http://chance.org.br/site/identidade-corporativa/> Acesso em: 25 de set. de 2019.

Apresenta como princípio inviolável: “A CHANCE é uma organização cristã, pautada nos padrões do evangelho de socorro ao necessitado” admitindo como um de seus Propósitos Básicos: “defender e socorrer a criança e ajudá-la a desenvolver todo o seu potencial como ser criado à imagem e semelhança de Deus” (Grifo nosso). Ressaltando ainda possuir como crença e valores:

Cremos que toda criança tem um potencial de desenvolvimento dado por Deus, independentemente de sua condição racial, religiosa, social ou econômica.

Cremos que Deus é quem realiza a verdadeira e plena transformação na vida da criança de forma sólida e irreversível.

Com base em Prov. 22:6, cremos que a educação é o instrumento que conduz ao caminho da tomada de decisões com autonomia, discernimento e sabedoria para toda a vida.⁹⁶ (Grifo nosso).

A **Associação Educacional Brasileirinho (AEB)**, Associação Privada sem fins lucrativos, hoje responsáveis por 4 Naves Mãe é uma associação pouco conhecida na cidade. Não foi possível, até o momento, localizar em sites, redes sociais e sites de busca mais informações sobre a Associação.

A **Associação Movimento Educacional (AME)**, Associação Privada sem fins lucrativos, hoje responsáveis por 5 Unidades Públicas Privadas. Assim como a AEB, não há sites e informações disponíveis sobre a Associação, mas como ambas foram criadas no ano 2000, e no ano seguinte participaram da licitação pública e assinaram contratos com a Prefeitura Municipal, nos faz pensar em uma criação com fim específico, objetivando unicamente captar recursos, firmando contratos de gestão com a Prefeitura Municipal de Campinas para este tipo de oferta de educação infantil.

Com este levantamento é possível estabelecer o perfil das instituições sem fins lucrativos, principalmente com informações referentes ao ano de fundação e início dos contratos municipais, sua natureza jurídica e suas ligações religiosas, conforme tabela a seguir.

⁹⁶ Disponível em: <http://chance.org.br/site/identidade-corporativa/> Acesso em 25 de set. de 2009.

TABELA 16 – LIGAÇÕES RELIGIOSAS DAS GESTORAS DE UNIDADES PÚBLICAS PRIVADAS.

Ligações Instituições	Católica	Evangélica	Não Informada	Totais
Pública Privada	2	16	10	28
Totais	2	16	10	28

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

TABELA 17 – INFORMAÇÕES GERAIS DAS GESTORAS DE UNIDADES PÚBLICA PRIVADAS

Entidade	Atividade Principal	Início Das Atividades	Início Do Convênio	Nave-Mãe Sob Sua Responsabilidade	Orientação
Obra Social São João Bosco	Educação Infantil – Pré Escola	12/12/1966	2008	Nave Mãe Prof Darcy Ribeiro	Católica
				Nave Mãe Pfto Francisco Amaral	
Associação Creche Casa Caminho Feliz	Educação Infantil - Creche	26/04/2000	2008	Nave Mãe José Bonifácio Coutinho Nogueira	Não Há Indícios Quanto Sua Orientação Religiosa
Associação Evangélica Assistencial	Educação Infantil – Pré Escola	26/03/1987	-	Nave Mãe Dom Edward Robinson De Barros Cavalcanti	Evangélica
Associação Nazarena Assistencial	Serviço De Assistência Social Sem Alojamento	19/09/1985	2010	Nave Mãe Sen João De Medeiros Calmon	Evangélica
				Nave Mãe Prof Pierre Weil	
				Nave Mãe Célia Aparecida Jordão Velardi Gaspar	
				Nave Mãe Rogério Leandro Portela Santana	
Associação Educacional	Educação Infantil -	05/10/2012	2013	Nave Mãe Pfto Francisco Amaral	Não Há Indícios

Brasileirinhos	Creche			Nave Mãe Prof Zeferino Vaz	Quanto Sua Orientação Religiosa
				Nave Mãe Jardim Eldorado	
				Nave Mãe Profa Midori Hamamoto	
Associação Movimento Educacional	Educação Infantil – Pré Escola	25/10/2011	2012	Nave Mãe Prof Anísio Spínola Teixeira	Não Há Indícios Quanto Sua Orientação Religiosa
				Nave Mãe Governador Leonel De Moura Brizola	
				Nave Mãe Prof Paulo Reglus Neves Freire	
				Nave Mãe Mayara Masson Christofolletti	
				Nave Mãe João Batista Nardi Neto	
Chance Internacional	Educação Infantil - Creche	17/11/1994	2009	Nave Mãe Prof José Aristodemo Pinotti	OS Evangélica
				Nave Mãe Milton Santos	
				Nave Mãe Dra Zilda Arns	
				Nave Mãe Vandir Justino Da Costa Dias	
				Nave Mãe Antonio Vieira De Oliveira	
				Nave Mãe Conceição Anita Mendes Ferreiro Gironde	
				Nave Mãe Gov. Eduardo Henrique Accioly Campos	
				Nave Mãe Rubem Alves	
				Nave Mãe Profa Elenice Aparecida De Moraes Ferrari	
				Nave Mãe Profa Amélia Pires Palermo	
				Nave Mãe CEI Parque Das Constelações	

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades e consulta na Receita Federal.

Estas Unidades Públicas Privadas, apesar de estarem subordinados aos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAED) e à Secretaria Municipal de Educação, conta com autonomia tanto na produção de seus Projetos Pedagógicos, quanto na execução dos mesmos (ROCHA, 2009). Com os repasses das verbas públicas, a cada entidade cabe administrar as instituições integralmente, contratar e remunerar todos os profissionais⁹⁷, adquirir materiais de consumo e permanentes, pagar encargos trabalhistas, previdenciários, etc.

As entidades ainda precisam seguir as orientações e se submeter à supervisão da Secretaria Municipal de Educação, mas a autonomia no que diz respeito aos conteúdos e metodologias de trabalho, aplicadas cotidianamente nas unidades mostram-se como um ponto de atenção, pois, como acima exemplificado, cada instituição mantém uma visão diferente do que se entende por educação, criança e atendimento. E ao que parece, a supervisão dos NAEDs, não tem garantido a política expressa nos documentos oficiais do Município. A Prefeitura ao assinar estes convênios e contratos com instituições que marcadamente mantém ligações religiosas, evidenciando seu caráter confessional em seus expressos em seus documentos põem em cheque a laicidade da Rede, pois, dentre as 28 Unidades Públicas Privadas, 2 delas são católicas, enquanto 16 são evangélicas, perfazendo um total de 64,2 % de entidades com filosofia religiosa. (tabela 18). Quanto as 10 restantes não dispomos de informação para afirmar se tem caráter religioso ou laico.

Esta maioria expressiva de evangélicos nas gestões de Unidades Públicas Privadas demonstra uma inversão quanto ao observado nas Unidades Públicas Conveniadas, fato este que pode ser associado ao aumento considerável no número de fiéis evangélicos nos últimos anos, bem como pela sua participação em diferentes segmentos da sociedade (CUNHA, 2004). Não se pode esquecer que o próprio prefeito

⁹⁷ As contratações dos profissionais é via CLT, o que propicia o fluxo desses profissionais, buscando melhores condições de trabalho e remunerações.

atual de Campinas é evangélico e não poupa oportunidade de fazer proselitismo religioso.

Assim, as instituições de matriz religiosa, possíveis de serem encontradas dentre as Unidades Públicas Conveniadas e dentre as Unidades Públicas Privadas, somam ao todo 50 Unidades. Perfazendo um total de aproximadamente 25% das Unidades e 12.652 crianças, em torno de 30% de todas as crianças da Rede, sujeitas a imperativos religiosos. Cabe lembrar que as organizações contratadas respondem pelas concepções de educação, contratação de pessoal e possível proselitismo religioso, fazendo com o que princípio de laicidade Constitucional se torne menos garantido, pois:

As escolas podem ser entendidas como meio de promoção de ideais religiosos, visto que são espaços próprios para a formação de agentes. Ao adentrar no campo da educação, o campo religioso passa a ter um espaço a mais para divulgação de seus ideais, princípios, costumes, crenças, símbolos, práticas, etc. (OLIVEIRA; ASSIS, 2018).

As entidades gestoras, ao assumirem sua confessionalidade, ainda admitem que suas práticas, também estão pautadas em questões religiosas, como pode ser observado na adoção do Sistema Preventivo de Dom Bosco, que objetiva a formação pautada pelos princípios e ideário cristão. Além de evidenciar que a religião, e a moral religiosa, seja ponto de partida para ensino de questões de ética e valores.

Desta forma, cada Unidade que mantém metodologia de ensino pautada em princípios e aspectos religiosos, difunde dentro do espaço escolar, privilegiado, a sua mensagem religiosa (PADOVAN, 2016), responsável em Campinas pela formação de um grande contingente de crianças, de pelo menos 12.652 delas, por ano, somente na Rede Pública, que irão incorporar esses valores transmitidos por meio da prática pedagógica e reproduzi-los em outros espaços. (OLIVEIRA; ASSIS, 2018)

**TABELA 18 – NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NAS
UNIDADES COM LIGAÇÕES RELIGIOSAS.**

	Pública Conveniada	Pública Privada	Total Por Religião
Evangélica	432	5.456	5.888
Católica	3.018	843	3.861
Espírita	2.903	-	2.903
Totais	6.353	6.299	12.652

Fonte: Elaboração da autora.

Arriscamo-nos a dizer que estes convênios e contratos, resultam na inclusão e responsabilidade por estas instituições confessionais, privadas que se assumem públicas e pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil. Desta forma, o Estado laico ao assumir esta nova modalidade de oferta educacional, assente que práticas e princípios religiosos se disseminem no interior das Unidades, oferecendo espaços privilegiados para determinadas religiões e abrindo possibilidade de proselitismos religiosos e/ou exclusões àqueles que não a professam, ou não possuem uma religião. Além do “[...] prejuízo pedagógico/formativo imposto às crianças pela exclusão do sistema oficial público, viabilizado por atendimento via instituições sem fins lucrativos” (CECCON, 2018).

Aqui se percebe perfeitamente que algumas destas Organizações possuem poder de negociação, ao se situarem muito próximo do poder uma vez que atenderem a altos contingentes de crianças. Pois, no conjunto das Organizações que possuem contratos, algumas delas assumem diversas unidades, detendo, portanto, mais poder que àquelas que se responsabilizam por uma ou duas unidades simplesmente. De certa forma transformam a prefeitura em refém. Além do que, estas Organizações são contratadas com amplas liberdades de atuação, podendo estabelecer alianças em função de objetivos próprios, formando redes entre si, para além dos compromissos com a educação pública municipal. Entre os fatores que fomentam tais alianças estão: obtenção de prestígio ou vantagens econômicas, ou mesmo confissão religiosa que professam. Assim é possível encontrar dentro da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, redes, grupos que se interconectam e inter-relacionam possibilitando entrelaçamentos sociais que consolidam o poder de determinadas Organizações quando da contratação e convênios (ELIAS, 1994a).

Esta presença, de Unidades com ligações religiosas contratadas e conveniadas com o poder público expressam a relação de compromissos recíprocos entre Estado e Igreja, processada desde os primórdios do período republicano. Possibilitar estes convênios permite que as organizações gestoras, assumam a confessionalidade religiosa orientadora de suas práticas, sobretudo recebendo subsídios públicos (OLIVEIRA; ASSIS, 2018), obstaculizando o caráter laico do Estado.

Percebe-se então uma contradição na postura assumida pela Prefeitura Municipal de Campinas frente à laicidade em sua Rede Municipal de Educação Infantil, pois, ao mesmo tempo que afirma e defende a laicidade em seus documentos, definindo Diretrizes Municipais, assina contratos e convênios com associações cuja finalidade expressa é de caráter religioso, indo na contramão da laicidade assumida pelo Estado.

CONDICÕES ATENDIMENTO E DE TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS

A Rede de educação infantil hoje é composta por 206 Unidades Educacionais, dentre elas, 133 Unidades Públicas Municipais; 45 Unidades Públicas Conveniadas e 28 Unidades Públicas Privadas. De forma geral a Rede conta com 1.958 professores, mais 7.488 funcionários, oferecendo educação infantil para 43.478 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

TABELA 19 – REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS

Períodos:	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Professores	Funcionários	Matrículas	Total de Unidades	Porcentagem* (%)
Até 1950	1	3	-	27	96	723	4	1,94
1951-1960	10	5	-	131	414	2549	15	7,28
1961-1970	4	3	-	63	237	1269	7	3,40
1971-1980	22	9	-	284	1090	5952	31	15,05
1981-1990	37	4	-	383	1546	6579	41	19,90
1991-2000	38	11	-	450	1597	8748	49	23,79
2001-2010	18	8	13	450	1689	12586	39	18,93
2011-2019	3	2	15	170	819	5072	20	9,71
Totais	133	45	28	1958	7488	43478	206	100,00

* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Todas as Unidades funcionam durante os 200 dias letivos previstos em lei federal, conforme calendário municipal disposto anualmente via Resoluções específicas da Secretaria Municipal de Educação. Suas turmas são organizadas em Agrupamentos I, II e III, com exceções de acordo com disponibilidade e demandas podem ser oferecidos agrupamentos I/II e II/III.

Através dos projetos pedagógicos⁹⁸ de cada unidade, nos foi possível levantar informações diversas, como o histórico, que nos permitiu rememorar a configuração da Rede de Educação Infantil, estabelecendo cada Unidade no contexto político e social de suas construções. Além destas há demais informações, quanto ao número de crianças atendidas, horários de funcionamento, número de professores contratados, suas formações e cargas horárias de trabalho, número de funcionários por unidade, quantidade de professores especialistas, seus projetos, rotinas e calendário anual, que agora nos permitirão fazer um panorama do funcionamento destas Unidades, buscando estabelecer as condições de atendimento e de trabalho nas atuações desta Rede de três distintas modalidades:

O PP abrange todas as propostas e ações da Unidade Educacional, envolvendo todos os que dela participam: os alunos, a família, a comunidade e sua cultura, professores, funcionários, pessoal administrativo, pedagógico e especialistas da Saúde e Serviço Social. (Portaria SME 1163/90, publicada no DOM/Campinas, 14 nov. 1990).

Tendo em vista as limitações impostas a esta dissertação, não haverá tempo hábil para uma análise em profundidade do funcionamento da Rede em sua totalidade de unidades. Por esta razão, a título de exemplo, irei considerar a seguir, três unidades, cada uma pertencente a uma modalidade. Estas foram escolhidas devido ao número aproximado de matrículas, possibilitando-nos estabelecer as relações necessárias quanto ao número de funcionários, professores e especialistas envolvidos no funcionamento destas, indicando as diferenças e similaridades existentes entre elas, além de abrir possibilidades a maiores análises futuras.

Os agrupamentos e horários de funcionamento das Unidades são definidos por meio de resoluções específicas e planejamento anual em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação. É necessário pontuar que as Unidades Públicas Conveniadas se especializaram, em sua maioria, em oferecer Agrupamento III, em detrimento dos demais agrupamentos. Atendimentos estes em período integral para todas as idades,

⁹⁸ Todas as informações necessárias para a escrita desta dissertação sobre as unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas estão disponibilizados nos sites de domínio municipal: sme-hoje.campinas.sp.gov.br e pponlinesme.campinas.sp.gov.br e sites oficiais e extra oficiais de cada instituição.

diferindo assim das demais modalidades, onde o agrupamento III é exclusivamente em período parcial⁹⁹.

Este tipo de atendimento, muitas vezes não vem ao encontro das necessidades de famílias trabalhadoras, que ao não terem com quem deixar seus filhos pequenos no período contrário à escola, por vezes prioriza a matrícula em Unidades Públicas Conveniadas, onde sabem que até os 5 anos e 11 meses serão assistidos em período integral das 7 às 18h¹⁰⁰.

Como posto anteriormente o regime de contratação dos profissionais também difere dentre as modalidades, aqueles que atuam nas Unidades Públicas Municipais são contratados via concurso público, possuem dentre outros benefícios, estabilidade e planos de cargos e carreiras, enquanto nas duas outras modalidades os funcionários são contratados via CLT, mesmo subvencionados pelo poder público, este não interfere nos critérios de recrutamento e seleção, nem nos vencimentos, ficando a cargo de cada instituição definir sua política salarial. Apenas regula que nas Unidades Públicas Conveniadas e Privadas deverão ter como base o piso salarial, sem exceder a média do âmbito da Região Metropolitana de Campinas.

É sabido que as condições de trabalho e os salários dos profissionais estão intimamente ligados à qualidade da educação, portanto, tomando como referência o ano de 2019 e seus Projetos Pedagógicos a Unidade Pública Conveniada escolhida a título de exemplo foi a Associação Amigos da Criança – Unidade III (AMIC), inaugurada em 2012, no Jardim Campo Belo II, atendendo 238 crianças. A Unidade Pública Privada escolhida foi o CEI Nave-Mãe Rubem Alves, gerido pela Chance Internacional, inaugurado em 2015, no Jardim Campos Elíseos, contando com 235 matrículas. E o CEI Nair Valente da Cunha, Unidade Pública Municipal, inaugurada em 1982, no Jardim Santa Lúcia, atendendo no ano de 2019, 235 crianças, conforme tabela abaixo.

⁹⁹ Segundo matéria publicada no site oficial da Prefeitura de Campinas em novembro de 2019 não há filas de espera para matrículas em Agrupamentos III, enquanto para a faixa etária de 0 a 3 anos, há déficit de 6.500 crianças aguardando em listas de espera Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37776> Acesso em 04 de dez de 2019.

¹⁰⁰ A seguir trarei indícios que nos levam a inferir sobre o porquê da preferência das Unidades Conveniadas em oferecerem atendimento em período integral para o agrupamento III.

TABELA 20 – TRÊS UNIDADES, DE DIFERENTES MODALIDADES, PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL.

Unidade	Localidade	Ano De Fundação	Modalidade	Professores	Funcionários	Crianças Matriculadas
CEI Nair Valente Da Cunha	Jardim Santa Lúcia	1982	Pública Municipal	12	56	235
AMIC - Associação Amigos Da Criança Unidade III	Jardim Campo Belo II	2012	Pública Conveniada	8	31	238
CEI Nave Mãe Rubem Alves	Jardim Campos Elíseos	2015	Pública Privada Administrada por Chance	4	41	235

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Para exercício docente nas Unidades, independente da modalidade é exigido dos professores responsáveis, formação de nível superior, com habilitação específica em educação infantil. O professor com formação superior concursado trabalha 24/32h semanais, percebendo o equivalente a R\$ 4.496,50¹⁰¹ além de R\$ 1.041,51 em auxílio alimentação. O professor com formação superior, funcionário de entidade conveniada trabalha 44h semanais, recebe R\$ 3.554,16, mais benefícios como Vale Alimentação e Refeição no local. E o professor com formação superior, funcionário das gestoras de Nave-Mãe percebem R\$ 3.333,01, por 42h semanais, mais benefícios como Vale Refeição e Alimentação, conforme tabela comparativa abaixo.

¹⁰¹ Para análise da política salarial serão utilizados os dados das Unidades, comparados aos salários pagos, publicados nos respectivos Portais da Transparência.

TABELA 21 – DADOS COMPARATIVOS POLÍTICA SALARIAL DOS PROFESSORES DE DIFERENTES MODALIDADES, PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL.

Professor	Unidade Pública Municipal*	Unidade Pública Conveniada**	Unidade Pública Privada***
Salário Base	R\$ 4.496,50	R\$ 3.554,16	R\$ 3.033,01
Carga Horária Semanal Total	32H	44H	42H
Trabalho Docente Individual	1H	--	--
Trabalho Docente Coletivo	2H	2H	2H
Trabalho Docente Coletivo De Preparação De Aulas	5H	--	--
Trabalho Docente Com Alunos	24H	40H	40H
Benefícios	<p>a) Auxílio Refeição/ Alimentação R\$ 1.041,51 mensais.</p> <p>b) Vale-Transporte Municipal concedido mediante o desconto de 3% dos vencimentos;</p>	<p>a) Vale alimentação com valor definido na convenção coletiva vigente, sem desconto.</p> <p>b) Vale transporte Municipal e intermunicipal concedido mediante desconto de 6% sobre salário-base.</p> <p>c) Refeição no local, sem desconto.</p> <p>d) Seguro de vida com cobertura de 24 salários, por morte ou</p>	<p>a) Vale Refeição por dia trabalhado e</p> <p>b) Vale Alimentação mensal, conforme valores estipulados nos acordos coletivos de cada categoria.</p> <p>c) Plano de Saúde, com adesão opcional. Valor do plano será descontado em folha de</p>

		invalidez, de acordo com a convenção coletiva vigente, sem desconto.	pagamento.
Hora/Aula**	R\$ 35,12	R\$ 20,19	R\$ 18,05

* Fonte: <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

** Fonte: <https://amic.org.br/transparencia/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

*** Fonte: <https://chance.org.br/site/portal-da-transparencia/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

**** Elaboração da autora, dividindo o salário, pela carga horária.

-- Não informado

Fonte: Elaboração da autora.

É importante destacar que o professor das Unidades Públicas Conveniadas e Públicas Privadas, com 44h e 42h semanais respectivamente, assume e se responsabilizam por duas turmas, sendo uma de manhã (4h) e outra no período da tarde (4h). Enquanto o professor - funcionário público municipal concursado - ao receber por 32h semanais dedica-se ao trabalho docente com alunos por 4h diárias, as demais horas são destinadas à preparação de aula, formação profissional e atividades coletivas.

A diferença nas condições de trabalho impressiona não só pela carga horária, mas também pelo valor da hora-aula praticado nas diferentes modalidades de escolas. Sendo que os professores das Unidades Públicas Privadas chegam a receber quase 50% a menos que os professores concursados, por hora-aula.

Além do professor, para o funcionamento dos agrupamentos, as salas são constituídas de monitores/agentes de educação infantil, distribuídos em módulos, definido via Resolução, que designam o número de adultos por crianças. As salas assim são compostas por um professor responsável e mais os monitores que compõem as salas:

Cada turma, dos agrupamentos AGI, AGII e AGIII, deverá contar obrigatoriamente com um professor habilitado.

As turmas de Agrupamento I e II, além do professor, também deverão contar durante todo o período de atendimento aos alunos, com Agentes de Educação Infantil, planejados de acordo com os módulos, conforme subitens abaixo:

- I. 01 (um) Agentes de Educação Infantil para cada grupo de até oito crianças de AGI;

- II. 01 (um) Agentes de Educação Infantil para cada grupo de até quatorze crianças de AG II¹⁰².

As salas de Agrupamentos I e Agrupamentos II funcionam em período integral por 11h diárias, destas os professores responsáveis, compartilham os cuidados com os monitores/agentes de educação infantil 4h diárias, todas as demais as crianças ficam somente aos cuidados dos monitores da sala.

Nas Unidades Públicas Municipais estes trabalham 6h diárias, no período da manhã das 7h às 13h, e no período da tarde das 12h às 18h. A categoria enfrenta luta histórica frente ao poder público para dentre outros benefícios, serem reconhecidos como pertencentes do Quadro do Magistério, tendo em vista que são diretamente responsáveis pela educação das crianças pequenas, como analisado por Faria (2012).

Um monitor/agente de educação infantil concursado percebe R\$ 2.264,99, somados ao auxílio alimentação de R\$ 1.041,51 por 32h semanais, sendo 6h diárias com crianças e mais 2h de formação continuada em serviço. Um monitor/agente de educação infantil, funcionário de uma Unidade Pública Conveniada trabalha 44h semanais, sendo 8h diárias com crianças, mais formação continuada em serviço, recebendo R\$ 2.263,70, enquanto para a mesma função, funcionário de uma Unidade Pública Privada recebe R\$ 1.513,26 por 42h trabalhadas, sendo 8h diárias com crianças e as demais destinadas à formação continuada.

Dentre os monitores/agentes de educação infantil a diferença salarial e de carga horária praticada nas distintas modalidades também é marcante. O valor da hora trabalhada de um monitor contratado nas unidades Públicas Privadas corresponde aproximadamente à metade do que recebe um monitor concursado atuando em uma unidade pública municipal.

¹⁰² Contratos são regulados de acordo com Termo de Referência Técnica. Como estes têm duração de 60 meses, utilizei o último Termo disponível, disponibilizado pela Prefeitura de 17 de jun. de 2019. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/389211154.pdf> Acesso em 29 de dez. de 2019.

TABELA 22 – DADOS COMPARATIVOS POLÍTICA SALARIAL DOS MONITORES/AGENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE DIFERENTES MODALIDADES, PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL.

Monitor/Agente De Educação Infantil	Unidade Pública Municipal*	Unidade Pública Conveniada**	Unidade Pública Privada***
Salário Base	R\$ 2.264,99	R\$ 2.263,70	R\$ 1.513,26
Carga Horária Semanal Total	32H	44H	42H
Formação Continuada	2H	2H	2H
Benefícios	<p>a) Auxílio Refeição/Alimentação R\$ 1.041,51 mensais.</p> <p>b) Vale-Transporte Municipal concedido mediante o desconto de 3% dos vencimentos;</p>	<p>a) Vale alimentação com valor definido na convenção coletiva vigente, sem desconto.</p> <p>b) Vale transporte Municipal e intermunicipal concedido mediante desconto de 6% sobre salário-base.</p> <p>c) Refeição no local, sem desconto.</p> <p>d) Seguro de vida com cobertura de 24 salários, por morte ou invalidez, de acordo com a convenção coletiva vigente, sem desconto.</p>	<p>a) Vale Refeição por dia trabalhado e</p> <p>b) Vale Alimentação mensal, conforme valores estipulados nos acordos coletivos de cada categoria.</p> <p>c) Plano de Saúde, com adesão opcional. Valor do plano será descontado em folha de pagamento.</p>
Valor da trabalhada ****	R\$ 17,69	R\$ 13,47	9,01

* Fonte: <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

** Fonte: <https://amic.org.br/transparencia/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

*** Fonte: <https://chance.org.br/site/portal-da-transparencia/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

**** Elaboração da autora, dividindo o salário, pela carga horária.

-- Não informado

Fonte: Elaboração da autora.

A Prefeitura de Campinas ressalta que todas as suas Unidades deverão funcionar, levando em conta os padrões e condições de trabalho compatíveis com a qualidade do atendimento, no entanto, não especifica e nem deixa claro quais seriam estes padrões.

Os funcionários em contato direto com as crianças e responsáveis pela sua educação, sejam professores ou monitores, ao se dedicarem por longas horas diárias, além das preparações de aula, relatórios e diários de classe (para duas turmas, no caso das Públicas Conveniadas e Privadas) somados aos baixos salários praticados, sofrem desgastes que comprometem os padrões de saúde do profissional, afetando diretamente a qualidade de seu trabalho.

Além de determinar a qualidade dos serviços e profissionais oferecidos, jornadas de trabalho maiores e remunerações menores contribuem também para a precarização do atendimento da educação infantil, mantendo a histórica desigualdade educacional e social desta etapa.

Ademais, há ainda a discrepância com relação à quantidade criança por adulto/professor. Nestas unidades tomadas como exemplo, proporcionalmente há 19,58 crianças por professor na Unidade Pública Municipal (12 professores, para 235 crianças matriculadas) número que passa para 29,75 por professor na Unidade Pública Conveniada (8 professores, para 238 crianças matriculadas) e 58,75 crianças por professor na Unidade Pública Privada (4 professores, para 235 crianças matriculadas).

O número de crianças por professor impacta significativamente a qualidade do trabalho educacional desenvolvido, o que nos leva a indagar sobre a qualidade do atendimento oferecido por estas, com taxas proporcionais tão elevadas.

A expansão da educação infantil na modalidade de unidades conveniadas – modelo Nave-Mãe – sem dúvida se faz ao custo da deterioração das condições de trabalho dos professores e da perda de qualidade do atendimento. Na tabela 21 temos uma relação professor/aluno inaceitável no caso da Nave-Mãe de quase 60 crianças por professor. Tal relação é impossível de ser mantida a não ser que os professores estejam

sendo substituídos por profissionais menos qualificados, classificados como funcionários.

Deve-se considerar que vínculos instáveis, acrescidos de carga horária de trabalho extensa, são prejudiciais ao profissional da educação e à qualidade da oferta dos estabelecimentos, principalmente se tal realidade for somada a uma sobrecarga decorrente de um número excessivo de alunos por turma ou uma relação alta na proporção matrícula/docente ou matrícula/turma, como verificado em várias redes. (GOUVEIA; et al, 2006).

Portanto, a Rede de Educação Infantil de Campinas após décadas de lutas e conquistas dos movimentos sociais, de pais, mulheres e educadores para melhoria do atendimento e profissionais de qualidade na educação infantil, se vê hoje diante do desmonte e perda de direitos frente à nova política da Prefeitura de subcontratações, repassando a sua obrigação com a educação ao setor privado sem fins lucrativos.

TABELA 23 – VALORES DE REPASSES FINANCEIROS PER CAPITA MENSAL - UNIDADE PÚBLICA PRIVADA.

	CEI Público Privado	Per Capita Mensal
AG I	Integral	R\$ 1.200,00
AG II	Integral	R\$ 800,00
AG III	Parcial	R\$ 400,00

* Fonte: Tomado como exemplo último Termo de Referência Técnica, disponibilizado pela Prefeitura, em Julho de 2019. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/389211154.pdf> Acesso em 29 de dez. de 2019.

**TABELA 24 – VALORES DE REPASSES FINANCEIROS PER CAPITA
MENSAL - UNIDADE PÚBLICA CONVENIADA.**

Atendimento	Ag I	Ag II	Ag III (Integral)	Ag III (Parcial)
Até 100 Matrículas	R\$ 908,00	R\$ 640,00	R\$ 462,00	R\$ 231,00
Até 155 Matrículas	R\$ 828,00	R\$ 602,00	R\$ 432,00	R\$ 216,00
Até 180 Matrículas	R\$ 807,00	R\$ 561,00	R\$ 427,00	R\$ 213,50
Acima De 180 Matrículas	R\$ 787,00	R\$ 551,00	R\$ 422,00	R\$ 211,00

Fonte: Tomado como referência último chamamento público disponibilizado pela Prefeitura, objetivando convênio para oferecimento de educação infantil com instituições privadas, com vigência de 15 de abril de 2018 a 14 de abril de 2019. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/edital_02_2018.pdf Acesso em: 30 de dez. de 2019.

TABELA 25 – VALOR PER CAPITA MENSAL - FUNDEB 2019.

	Período	Per Capita Mensal
AG I e II (Creche)	Integral	R\$ 442,60*
AG III	Parcial	R\$ 357,49**

* Valor anual de R\$ 5.311,27.

** Valor anual de R\$ 4.289,87

Fonte: Valores da Portaria Interministerial MEC/MF nº 3, de 13 de dezembro de 2019, referente ao Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/99-legislacao?download=13603:portaria-n3-131219> Acesso em 29 de dez. de 2019.

TABELA 26 – CUSTO ALUNO-QUALIDADE 2019¹⁰³.

	Período	Per Capita Mensal
AG I e II (Creche Urbana)	Integral	R\$ 1.645,08*
AG III (Pré-Escola)	Integral	R\$ 956,08**
AG III (Pré-Escola)	Parcial	R\$ 540,33***

* Valor anual de R\$ 19.741,00.

** Valor anual de R\$ 11.473,00.

*** Valor anual de R\$ 6.484,00.

Fonte: Disponível em: <https://simcaq.c3sl.ufpr.br/simulator/results/caqreport> Acesso em 31 de dez. de 2019.

Diante dos valores per capita explicitados acima, anualmente o poder público municipal capta somente do FUNDEB, R\$ 5.311,27 por aluno matriculado na creche. Um aluno matriculado em uma Unidade Pública Conveniada custa anualmente até R\$

¹⁰³ Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi (Custo Aluno- Qualidade Inicial) é um indicador que mostra quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica. Considera os custos de manutenção das creches, pré-escolas e escolas para que estes equipamentos garantam um padrão mínimo de qualidade para a educação básica, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), entre outras leis. Já o CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil, posicionado como 6ª economia do mundo. Assim, o CAQ é o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais. Ele deve ser estabelecido no prazo de três anos, porém sua implementação pode ocorrer até 2024. Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caq/> Acesso em: 30 de dez. de 2019.

10.896,00¹⁰⁴, para o agrupamento I em período integral. Chegando a R\$ 14.400,00 por criança matriculada anualmente, nas Unidades Públicas Privadas.

É possível perceber, que os valores por aluno/ano repassados às instituições, seja às Públicas Conveniadas ou Privadas, são muito maiores que os recebidos via FUNDEB. Portanto, a Prefeitura repassa mais recursos do que capta do Fundo, principalmente no referente ao agrupamento I.

Além dos repasses per capita, o funcionamento das Unidades subsidiadas com dinheiro público recebem ainda do poder público, alimentação escolar, uniformes e transporte. Porém, nas Unidades Públicas Conveniadas, os repasses não podem se destinar a bens duráveis¹⁰⁵, pois, de acordo com convênio, os valores são destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, despesas com recursos humanos, pagamento de pessoal, encargos e benefícios trabalhistas, previdenciários, porém, não se admite o uso deste com despesa predial, portanto, cada entidade fica responsável pela manutenção do seu espaço físico, assim como pagamento de água, luz, telefone e demais insumos, já que se trata de patrimônio particular. Além destas, a remuneração do presidente da entidade também não pode ser feita com recursos públicos municipais.

No caso das Unidades Públicas Privadas, como os prédios são patrimônios públicos, cogeridos por instituições privadas, todas as despesas com a manutenção, conservação e demais insumos, como água, luz e telefone são de responsabilidade do poder público municipal, fator este que pode se atribuir a diferença de valores per capita nestas duas modalidades, uma vez que o subsídio para as Públicas Privadas consideram também os insumos e manutenção do prédio, enquanto nas Públicas Conveniadas a estrutura física e seus insumos entram como contrapartida no convênio.

A diferença de valores pagos pelo poder público, somados aos gastos com infraestrutura e manutenção das unidades conveniadas, nos levam a refletir o porquê as instituições têm achado mais vantajosos os contratos de gestão, limitando-se a atuar como gestora. Assim também se explica porque as tradicionais entidades conveniadas

¹⁰⁴ Valor obtido multiplicando-se ano/mês por 12 meses. Variável de acordo com a quantidade de matrículas.

¹⁰⁵ De acordo com convênios, bens duráveis são aqueles cuja durabilidade é permanente ou superior a dois anos.

abriram filiais para oferecimento de gestão privada, como é o caso da supracitada Creche Casa Caminho Feliz, que encerrou o atendimento por meio do termo de convênio e passou a atuar somente na gestão de CEI Público Privado.

É importante destacar ainda, que o valor repassado para a oferta da pré-escola em período integral para as Unidades Públicas Conveniadas, é o dobro quando comparado à mesma faixa em período parcial, o que pode se mostrar vantajoso às entidades, e pode ajudar a explicar o porquê destas se especializarem neste tipo de atendimento, enquanto nas duas outras demais modalidades são oferecidas somente em período parcial.

Desta forma, dentre as instituições acima mencionadas como exemplo, à gestora Chance Internacional captou em seu contrato de gestão para o CEI Nave-Mãe Rubem Alves o montante de R\$ 8.465.979,67¹⁰⁶, pelo período de 60 meses. Proporcionalmente, R\$ 1.693.195,93 por ano. Enquanto ao CEI Público Conveniado, AMIC foi repassado através de Termo de Convênio, pelo período de 12 meses R\$ 1.497.360,00¹⁰⁷.

Assim, de forma geral, pode-se observar que a oferta de Educação Infantil processada pela Rede Municipal de Campinas apresenta padrões de qualidade distintos, no atendimento a criança campineira, à medida que se têm três modelos de escolas diferentes, configurando redes dentro da Rede Municipal.

Ademais, ainda se faz necessário salientar que as privatizações iniciadas através de parcerias históricas com entidades assistenciais, vê na nova modalidade de oferecimento de educação infantil municipal uma intensificação imprescindível no setor, diminuindo progressivamente e sutilmente, com manobras requintadas, a oferta da educação infantil pela via do direito público, às instituições sem fins lucrativos, transformando o direito à educação em oferta de serviço. Aumentando paulatinamente os mecanismos e políticas para ampliação desta subvenção, conseqüentemente,

¹⁰⁶ Contrato de cogestão, pelo período de 60 meses, a partir de 01/02/16. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/contrato%20gestao%2017_2016.pdf Acesso em: 30 de dez. de 2019.

¹⁰⁷ Termo de Colaboração, pelo período de 12 meses, a partir de 01/02/17, prorrogável pelo período máximo de até 5 anos. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/T.%20Colaboracao%2041-17.PDF> Acesso em: 30 de dez. de 2019.

transformando a educação básica em mercadoria, passível de disputas por recursos públicos entre os agentes privados.

Como previamente sinalizado, às duas últimas gestões priorizaram o setor privado, por meio das instituições sem fins lucrativos, responsáveis hoje por 43,6% do total da oferta de educação infantil no município campineiro. Diante desses dados pode-se afirmar que tais políticas configuram verdadeiros desmontes da Rede Pública Municipal, com a retirada do Estado como agente das políticas sociais públicas e propiciam o acirramento e fortalecimento da privatização. Há de se concordar com Domiciano-Pellisson (2016), ao afirmar que os baixos salários praticados nas unidades contratadas ou conveniadas, somados às jornadas de trabalhos extenuantes, ausência ou inoperância de planos de carreiras, horas para preparação de aulas e formação profissional, impostas aos funcionários destas instituições favorecem a precarização destas Unidades consideradas “coisa pobre para pobre” (MOMMA-BARDELA; BRYAN; PALMEN. 2014).

Perspectivas de futuro evidenciadas pela Prefeitura Municipal de Campinas e seu atual gestor, demonstram o desejo de criação do que ousou chamar de uma ‘quarta nova modalidade’ de oferecimento de educação infantil, através da compra de vagas em escolas particulares, como já existente e analisado por Domiciano (2009) em outros municípios próximos, como Hortolândia e Piracicaba.

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, anunciou o Programa “Creche para Todos”. A proposta, que prevê a compra de vagas em escolas da rede particular com o objetivo de ampliar o número de vagas na educação infantil, será apresentada pelo chefe do executivo à Câmara dos Vereadores como projeto de lei. O anúncio foi feito na manhã desta sexta-feira, 29 de novembro, durante a entrega do Selo Escola Bem Legal, destinado às escolas de educação infantil particulares que estão regularizadas. O Programa “Creche para Todos” contemplará crianças de 0 a 5 anos, que estão na fila de espera por uma vaga em creches municipais. De acordo com o projeto, a Prefeitura pretende ampliar, por meio desta parceria com escolas particulares, o atendimento em até 8.500 alunos¹⁰⁸.

O projeto de Lei nº 320/2019 aprovado em poucos dias, em 04 de dezembro de 2019 em sessão extraordinária na Câmara Municipal, deu origem a agora Lei Creche

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37776>. Acesso em 29 de nov. de 2019.

Para Todos, objetivando ampliar o número de vagas na educação infantil de 0 a 3 anos. Segundo discurso do prefeito Jonas Donizette:

“Estamos investindo no ensino público. Vamos construir mais sete creches e terminarei o mandato com 21 creches entregues. Aumentamos demais as vagas disponíveis, mas não é somente a questão de nascer mais crianças, mas um aumento da demanda quando há ampliação de vagas. Com este programa todos ganham. *Ganha a rede de escola particular*, ganha a Prefeitura, porque avança na educação infantil e ganham as famílias, porque terão essa opção”.¹⁰⁹ (grifo nosso)

Segundo o Prefeito, o programa começa a ser executado em 2020, beneficiando os alunos já para o início do ano letivo. Este firmará parceria de 12 meses com instituições privadas, e pagará uma bolsa mensal, por alunos de R\$ 1.012,51 (280 UFICs¹¹⁰) para alunos de 0 a 3 anos em período integral e R\$ 614,74 (170 UFICs) para àqueles entre 4 e 5 anos em período parcial, além de mais R\$ 361,61 (100 UFICs) como acréscimo para alunos da educação especial.

O controverso Programa, desde sua aprovação já abre margem à discussão, pois, dentre outras, a sua caracterização dúbia, ao prever a possibilidade de bolsa para a pré-escola, crianças de 4 e 5 anos, ao mesmo tempo, em que o poder público municipal afirma desde 2007 termos esta etapa universalizada, sem listas de esperas, não justificaria a existência de bolsas para esta faixa etária.

Os repasses públicos mensais totalizarão anualmente R\$ 12.150,12 para crianças de 0 a 3 de período integral e de R\$ 7.376,88 para pré-escola em período parcial, por criança que participar do Programa. Valores expressivamente maiores dos que os praticados per capita nas demais modalidades, principalmente com relação à pré-escola em período parcial.

Assim, pode-se considerar que, programas desta natureza incentivam o mercado educacional financiado com recursos públicos, além de estimular a abertura de escolas

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37904> Acesso em 29 de dez. de 2019.

¹¹⁰ Valor da UFIC considerado na projeção de 2020 é de R\$ 3,61. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/financas/ufic.php> Acesso em 30 de dez. de 2019.

privadas *stricto sensu*, para atender exclusivamente alunos bolsistas, que terão suas mensalidades líquidas e certas, pagas pelo setor público.

Portanto, esta ‘compra de vagas’ só reafirma a intenção de privatização ampla e mercantilização da educação infantil campineira, seguindo princípios ultraliberais, hoje assumidos nacionalmente. Visando não só a diminuição da estrutura do Estado e sua desresponsabilização quanto à garantia do direito à educação infantil pública, laica, gratuita e de qualidade, mas alinhando-a aos interesses empresariais e de mercado, canalizando os já insuficientes recursos públicos para interesses privados que os consomem e não qualificam a oferta, traçando novos contornos para a Educação Infantil Municipal de Campinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se na introdução discorro sobre minha experiência e o que me motivou neste trabalho, na primeira parte sou levada pela pesquisa documental a traçar o histórico da Rede, em suas diversas inter-relações e teias, inserida na lógica nacional e por ela sendo influenciada. Seguindo assim histórias de disputas e conquistas no concernente à educação infantil, inicialmente ligada a instituições sem fins lucrativos, filantrópicas, comunitárias ou confessionais principalmente sob responsabilidade da Igreja Católica, localizei o início da intervenção pública e provimento da Educação Infantil como direito às crianças e às famílias, suprindo demandas em áreas estratégicas.

Compreendi que a Prefeitura Municipal de Campinas teve, por muitas décadas, em relação à educação infantil, o desafio de garantir a oferta de vagas que cobrisse à demanda. Tal desafio foi enfrentado principalmente firmando contratos e convênios com instituições privadas. Mesmo que historicamente esta política tenha sido recorrente, nas últimas duas décadas tal procedimento se vê intensificado com o aparecimento de Naves-Mães. Neste movimento de pesquisa foi possível compreender ações, atos e mobilizações dos grupos ou personagens sociais que se formaram em torno da expansão da Rede, na figuração social existente.

A política de expansão, no entanto, deixou transparecer uma contradição do Poder Público Municipal que afirma defender a laicidade em suas Diretrizes, documentos e Unidades Públicas Municipais, ao mesmo tempo, em que firma contratos e convênios com instituições que revelam seus compromissos com a educação religiosa. Os dados levantados nas tabelas e mapas deixam ver que 71,1% das Unidades Públicas Conveniadas possuem ligações religiosas, dentre elas, católicas, evangélica, espíritas e judaica. E de modo similar, a gestão das Unidades Públicas Privadas são 64% entregues a instituições privadas evangélicas e católicas.

Assim pode-se considerar que das 43.478 crianças matriculadas nas três modalidades da Rede no ano de 2019, 19.289 (44,36%) recebem educação infantil subvencionada. Sendo que destes, aproximadamente 12.000 crianças estão matriculadas em unidades com ligações religiosas onde proselitismos religiosos são plenamente possíveis, dado que as organizações são assumidamente confessionais.

Além disto, a intensificação das políticas privatistas assumidas pelos dois últimos governos municipais, ligados a partidos considerados progressistas, tem evidenciado a redução expressiva no número de Unidades Públicas Municipais, demonstrando a intenção política do redirecionamento da oferta da educação infantil pública, ao setor privado subvencionado em Campinas.

O que foi possível perceber neste mapeamento e estudo da configuração da educação infantil em Campinas foi à interrupção de uma política que se estendeu por pelo menos três décadas. Tal política estava marcada pela expansão e qualificação das Unidades Públicas Municipais. Não só a educação infantil deixou de ser um problema de assistência social e filantropia como passou a ser uma questão de educação a ser desenvolvida por profissionais qualificados e adequadamente remunerados. Os Centros Infantis eram localizados nos bairros, situadas nas proximidades das residências familiares, contando com todos os funcionários concursados, com quantidade adequada de crianças por adulto e alimentação escolar balanceada.

A política implementada nas últimas gestões tem traído os ganhos auferidos nos anos de lutas e conquistas dos movimentos sociais, oferecendo educação infantil de qualidade diferente entre as distintas modalidades, o que fica evidente ao comparar alguns indicadores apresentados neste trabalho.

Ao concluir este trabalho é forçoso reconhecer que pesquisas futuras sobre a prática diária e o desenvolvimento das atividades dentro das distintas unidades devem ser levadas a efeito para demonstrar o desempenho de cada modalidade em funcionamento no município.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABREU, M. L. Caminhos da educação infantil em Campinas: o desafio dos agrupamentos ou salas multietárias. **Memorial apresentado ao curso de Pedagogia. UNICAMP**, 2006.

ADRIÃO, T. PERONI, V. A educação pública e sua relação com o setor privado implicações para a democracia educacional, In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, 2009.

ADRIÃO, Theresa; PINHEIRO, Denise. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, 2012.

BRANCO, Jordanna Castelo. O amor de Jesus preenche todos os vazios: os discursos religiosos nas paredes de uma escola de educação infantil em Duque de Caxias (RJ). **Educação em Foco**, v. 21, n. 2, p. 345-364, 2016a.

_____. “Quem vai orar?!”: Os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de educação infantil. **Horizontes**, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf Acesso em: 08 de mar. de 2017

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. LEI n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o novo Código Civil Brasileiro. Disponível** em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm
- Acesso em: 10/08/2013.

BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

BITTENCOURT, Agueda Bernardete; WOHNATH, Vinicius Parolin. Secularização e laicidade do Estado brasileiro depois da Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 29, n. 2, p.283 – 303, 2013.

BOBBIO, N. et al. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2007. 2v

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.

CACCIA BAVA, Silvio. **Renda Mínima. Considerações sobre os alcances e limites de programas municipais de renda mínima**. C. Filgueira, L. Pautassi, J. Petersen-Thumser coordenadores, Sistema de protección social en un mundo globalizado, DSE-PLPS-CIEPP, 1998.

CALADO, Maria Amélia Giovannini. **A laicidade estatal face à presença de símbolos em órgãos públicos**. Jus Navigandi, Teresina, Ano 15, nº 2565, 10 jul. 2010.

CAMARGO, C. P. F. de (Org.). **Católicos, protestantes e espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANÊDO, L. B. (2009). Escola versus cultura? **Educação e Pesquisa**, 35(3), 435-447.

CARDOSO, Suzemara. "A construção de agrupamentos multietários na rede municipal de Educação Infantil na cidade de Campinas: análise em um CEMEI." Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 2004.

CECCON, Maria Lúcia Lemos. **Instituições sem fins lucrativos na educação infantil, no município de Campinas: histórico, dilemas e perspectivas.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. **Visioni Latino Americane**, n. 3, p. 4-17, 2011.

_____. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 681-696, 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Vinho novo em odres velhos. Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.

CONDORCET. **Escritos sobre instrução pública:** Condorcet. Trad. e Maria Auxiliadora Cavazzottie Lúcia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010.

CORSINO, Patrícia. **Infância, linguagem e letramento: educação infantil na rede municipal do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

DE PAOLI, Tercia Pilomia et al. **Favela código cidade: "o muito falar e o não fazer e suar em vão": Assembleia do Povo-1980 a 1986.** Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), Campinas-SP, 2000.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **O programa Bolsa creche nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?** 2009. 226 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

DOMICIANO-PELLISSON, Cassia Alessandra. **A cogestão dos Centros de Educação Infantil "Nave-Mãe": uma parceria público-privada analisada.** 2016. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, n. 3, p. 45-70, 2009.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** Portugal: Edições 70, 1980

_____. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. v. 1.

_____. **O processo civilizador.** Formação do Estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. v. 2.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Zahar, 1994c.

_____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EMILIANO, Elisamara de Oliveira et al. **Legislação para habitação de interesse social: estudo de caso do município de Campinas.** 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de et al. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, 1999.

_____. Políticas de Regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil primeira etapa da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1013-1038, out., 2005.

FARIA, Simone da Silva. **A monitora na história da educação infantil de Campinas: por que ela não pertence à Secretaria Municipal de Educação no atual Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do funcionalismo público?** Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 2012.

FERNANDES, F. das C. Do Fundef ao Fundeb: mudança e avanço. **Fundeb: avanços na universalização da educação básica.** Brasília, DF: Inep, 2006.

FERREIRA, Anna Angélica Ramos. **Um breve histórico das Escolas Municipais de Educação Infantil e dos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campinas: (1940-1990).** Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 1996.

FISCHMANN, Roseli et al. A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 563-583, 2009.

_____. **Estado laico.** São Paulo: Memorial da América Latina, 2009.

GHILARDI, Flávio Henrique. **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. SP, Cia das Letras, 1987

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. SP, Cia das Letras, 1990.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. Terceiro Nome, 2014.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Vozes, 1985.

GONÇALVES, Jose Roberto et al. **Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da Vila Castelo Branco**. 2002.

GOUVEIA, Andréa Barbosa et al. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, ANPAE, v. 22, n. 2, jul./dez. 2006.

JÚNIOR, Moysés Kuhlmann; RAMOS, Maria Martha Silvestre. Políticas e organização do parque infantil no município de campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950. **CD-ROM da 25ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG**, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 57-60, 2013.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MASTRODI, Josué; ZACCARA, Suzana Maria Loureiro Silveira. Sobre a promoção do direito à moradia: um estudo à luz da política urbana do município de Campinas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 1, p. 1-28, 2016.

MESQUITA, Samara Anuar Haddad. **Um Pouco da História das Creches e Naves Mãe de Campinas: Paralelas Que Se Cruzam** Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 2012.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae; DE CAMARGO PALMEN, Sueli Helena; BRYAN, Newton Antônio Paciulli. Políticas Públicas de Educação Infantil em Campinas: tessituras sobre a coexistência de diferentes e diversas formas de organização. **Revista Exitus**, v. 4, n. 1, p. 33-57, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson. EDUCAÇÃO, LAICIDADE E PLURALISMO: Elementos para uma genealogia dos debates sobre o ensino religioso no Brasil. **Revista Teias**, v. 15, n. 36, p. 19, 2014

OLIVEIRA, L. C.; ASSIS, J. H. Do V. P. Escolas Confessionais Conveniadas Com O Poder Público Em Campo Grande/Ms: Imbricações Entre Os Campos Político, Religioso E Educacional. **Notandum**, n. 49, p. 41-61, 20 dez. 2018.

_____. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul.-set. 2013.

PADOVAN, O.H. **Dom Bosco: a aventura de um líder religioso. Sua ação socioeducativa inovadora num contexto de revoluções.** 2016. 190 f. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Programa de Governo para a cidade de Campinas 2001 – 2004**, 2000.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A Implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP.** Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação Unicamp: Campinas, 2005, 270 f.

PIEPER, Frederico. Laicidade, escola e ensino religioso. Considerações a partir de Paul Ricoeur. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 141-168, 2014.

RANQUETAT JR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

RIBEIRO, Luci Silva et al. **Processo e figuração= um estudo sobre a sociologia de Norbert Elias**. 2010.

ROCHA, Ana Claudia da. **As ações da prefeitura de Campinas frente à demanda por vagas na educação infantil (2001-2008)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ROMA, Celso. **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999**. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

ROSA, Clelia Virginia. **Creche de empresa privada = um estudo exploratório**. 2009. 103 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

SANTOS, H. de O. **Nave-Mãe e a Pedagogia dos Sentidos: de Campinas, novos paradigmas para a Educação infantil no Brasil**. Campinas, SP: Komedi, 2010.

SÃO PAULO, Secretaria do Menor. **Creches/Pré-escolas**. São Paulo, Secretaria do Menor, 1992.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, **Centro Infantil como Recurso Social**. Pasta Atuação Técnica – Análise e Interpretação, Campinas, Julho/1987.

SOUZA, Martha Coelho de. **A assistência social na Prefeitura Municipal de Campinas e o diálogo com a saúde**. 2005. 195 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

RAUPP, Marilene Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, n. 86, p. 197-217, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 2013.

TEODORO, M. **"Reconstrução histórica da educação pública infantil em Campinas (1940-1996)"**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TONOLLI, Maria Fernanda S. **As origens da educação pré-escolar pública municipal em Campinas: O Parque Infantil da Vila Industrial.** Trabalho de Conclusão de Curso, FE-Unicamp, Campinas, SP, 1996.

APÊNDICE I

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS QUE COMPÕE A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS.

Remontar este processo histórico de constituição da Rede Municipal foi possível através do item 'Histórico da Unidade', constante no Projeto Pedagógico de todas as Unidades da Rede Municipal.

Fundada em 1964, a entidade *Casa da criança Meimei*, localizada no Jardim Chapadão, possível através da mobilização de um grupo de praticantes da doutrina espírita, que durante seus trabalhos assistenciais quando visitavam a periferia da cidade levando alimentos, roupas e brinquedos puderam observar que as famílias precisavam de um local onde pudessem confiar seus filhos durante o período em que trabalhavam fora. Partindo deste problema, o grupo liderado por Nestor Mendes da Rocha, se organiza e consegue com eventos para angariação de fundos e doações, construir uma creche para atender em período integral.

De mesma forma outra entidade é fundada em 1977 pelo Grupo Espírita Caibar Schutel e construída através de doações recebendo o nome de *Creche Mãe Cristina*, localizada no bairro Jardim das Oliveiras, região Sul de Campinas, próxima a divisa do município com a cidade de Valinhos. A criação desta entidade foi possível graças ao trabalho do Sr. Antônio Marques Serra, que contou com apoio de amigos e doações diversas, inclusive de lotes de terrenos da própria Prefeitura Municipal de Campinas para a construção. Destina seu atendimento a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e atende famílias de bairros diversos como Jardim das Andorinhas, Jardim Itatiaia e Vila Joaquim Inácio.

A *Creche Mãe Luiza*, foi criada anexa ao Centro Espírita Allan Kardec - Educandário Eurípedes no bairro Vila Nova, inaugurada em 1969 quando da ampliação das atividades assistenciais do Centro Espírita, dentro desta ampliação estava o desejo de oferecer um espaço que as famílias de baixa renda pudessem deixar seus filhos e que também oferecesse ensino de forma gratuita, contínua e planejada.

A Creche Gustavo Marcondes, localizada no distrito de Souza, região Leste da cidade, foi primeiramente um orfanato masculino para crianças de 0 a 3 anos sob responsabilidade do Centro Espírita Allan Kardec, após 14 anos de sua existência, em 1990 o orfanato foi transformado em Creche para atender crianças carentes de 3 a 5 anos, tendo seu nome, Gustavo Marcondes, em homenagem ao fundador do Centro Espírita. Esta entidade atende um número considerável de crianças de Souza e Joaquim Egídio em período integral.

O *CEI Bolinha de Mel*, localizado no jardim Eulina, iniciou suas atividades em 1987 em um espaço cedido pela Igreja Católica Mãe Rainha, a unidade funcionou em local provisório com duas turmas para crianças de quatro a seis anos, até 1993, ano em que foi inaugurado prédio próprio. E o *CEI Snoopy*, localizado no Jardim Santa Letícia tem seu início garantido por um grupo de mulheres da Igreja Católica que lutaram para conseguir uma escola de educação infantil no bairro. Nos primeiros tempos as crianças eram agrupadas na Igreja São Geraldo, após diversas mudanças e funcionando em lugares diversos como a casa de uma das monitoras, na Igreja Assembléia de Deus do bairro, e na Ordem das Carmelitas Vedruna, até que após anos de precariedades e ajuntamentos comunitários em 1987 é construída sede própria no bairro, nomeada como Escola de Educação infantil Snoopy, que passou a receber todas as crianças que eram antes atendidas naqueles locais adaptados.

O *CEI Dr. Manoel Affonso Ferreira* iniciou suas atividades na década de 1960, nomeada como Parque Infantil Dr. Manoel Affonso Ferreira. Surgiu oficialmente no dia 18 de julho de 1960. Inaugurada em 16 de agosto de 1960. A região da Vila Teixeira, ainda não tão popularizada, tinha poucas casas, e era chamada Rua da Boiada, pois os animais passavam por aqui em direção a um matadouro próximo ao bairro. Havia também na época, o Curtume Cantúzio, o qual gerava a maior parte dos empregos locais. Nossa escola atendeu logo de início, as crianças de quatro (04) a seis (06) anos em período integral, onde oferecia lanche (manhã e tarde) e almoço; havia a hora do sono/descanso após a refeição do almoço, inclusive, observamos nas fotos antigas, que as crianças descansavam em cadeiras espreguiçadeiras. O prédio era pequeno, com apenas duas salas, refeitório e banheiro externo. Com o tempo a escola foi sendo ampliada, e construídas mais duas salas de aula, uma sala de artes, banheiros feminino e masculino e um palco.

O *CEI Annita Affonso Ferreira* é fruto de um longo processo histórico, iniciado na década de 1970, e tem relação estreita com a própria história do bairro e da região onde se insere. Em 1975, foi fundado, no local onde atualmente funciona a U.E., o 'Templo Espírita e de Umbanda Pai Martim Pescador'. O terreno, de propriedade da municipalidade, inicialmente abrigava o templo com finalidade exclusivamente religiosa. Em 1979, iniciaram-se as atividades da 'Creche São José' num espaço precário em que eram atendidas 30 crianças. Vinculada ao Templo Espírita, a creche passou a dividir espaço com as atividades religiosas do templo. Nova construção iniciou-se na mesma época e, segundo os registros arquivados na U.E., contou com a colaboração da comunidade local, dos associados do templo e da Prefeitura Municipal de Campinas. Em 1981, ampliaram-se as atividades e o número de crianças atendidas pela 'Creche São José', com administração exercida pela diretoria do Templo Espírita Pai Martim Pescador, permanecendo, assim, até maio de 1982. Após problemas e dificuldades enfrentados pela antiga administração, em cinco de maio de 1982, conforme 'Ata de Assembleia Geral Extraordinária do Templo Espírita e de Umbanda Pai Martim Pescador' registrada em cartório, um novo Estatuto foi criado, alterando a denominação da entidade para "Creche São José" e encerrando as atividades religiosas do antigo templo. A partir desta data, a administração e a direção da creche passaram a ser do Cônego Carlos Menegazzi.

A *Casa da criança Madre Anastácia*, foi criada pelas Irmãs Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, em 1956 objetivando oferecer um educação para as crianças em situação de vulnerabilidade humana e social, provenientes do bairro Vida Nova e arredores, uma das região populosa e carente da cidade.

Também a *Creche Santa Rita de Cássia* autointitulada confessional católica de acordo com seu Projeto Pedagógico, foi fundada em 1979, tendo como mantenedora o Centro Educacional e Assistencial Cândida Penteado de Queiroz Martins, uma associação religiosa, vinculada à Paróquia Santa Rita de Cássia proprietária do prédio onde funciona a entidade. Com o objetivo de oferecer atendimento socioeducativo às crianças, bem como atendimento às famílias inscritas na Pastoral Social da Paróquia Santa Rita de Cássia, oferece não só educação infantil, mas também roupas, alimentos, oficina de artesanato, posto de puericultura, atendimento médico e também cursos livres. Localizada em bairro de classe media alta, o Nova Campinas, bairro residencial e

comercial na região Leste da cidade, atende especialmente às famílias do bairro Vila Brandina, uma antiga favela criada a partir de uma ocupação, a mais antiga ocupação irregular da cidade.

O *Serviço Social da Paróquia São Paulo dos Apóstolos*, fundada em 1979 por cristãos frequentadores da Paróquia. O projeto nasceu primeiramente para atender a população local com ações assistenciais aos que recorriam à Paróquia em busca de ajuda, dentre as ações mais procuradas estava o atendimento de crianças pequenas de 0 a 6 anos que necessitavam de um lugar para ficarem enquanto seus familiares trabalhavam. Localizada no Jardim São Marcos, região Norte da cidade, bairro que apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, e conseqüentemente alto índice de vulnerabilidade social, assim, com o passar dos anos a entidade deixou de exercer outras atividades, ficando responsável apenas por oferecer educação infantil.

Destaca-se também a entidade conveniada Centro de Formação para um Mundo Melhor (*CEPROMM*) criada pela Organização das Irmãs da Congregação do Bom Pastor que chegaram em Campinas em 1976 a pedido do Padre Haroldo Rahm¹¹¹ para realizar um trabalho com as mulheres em situação de prostituição do bairro Itatinga. As Irmãs organizaram um trabalho intitulado: Pastoral da Mulher Marginalizada – PMM, que buscava oferecer cidadania e dignidade destas mulheres, buscando evitar que estas ingressassem nas drogas e prostituição. Feito em uma sala ao lado da Igreja do Parque São Paulo este trabalho com as crianças foi crescendo e com os anos demandou uma sede própria. Esta sede só foi possível com doação do terreno de Francisca Marquetti Rios e colaboração da Congregação dos Padres Capuchinhos para a construção deste espaço de acolhimento, que atendiam mulheres e seus filhos em situação de prostituição e/ou exclusão. Em 1993 o Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada – CEPROMM, com apoio da Prefeitura de Campinas passa a oferecer educação infantil em período integral para as crianças desta localidade. No ano de 2015

¹¹¹ Padre Harold Joseph Rahm, nasceu em 22 de fevereiro de 1919, no Estado do Texas, na cidade de Tyler. Recebeu o chamado para sua missão pouco antes da 2ª Guerra Mundial, quando servia o exército. Desde então dedica sua vida a "combater o bom combate" semeando obras que integram a ação social à sua vocação religiosa e que buscam aliviar o sofrimento das pessoas que sofrem com a discriminação e que estão marginalizadas. Nos Estados Unidos já desenvolvia, desde jovem padre, trabalhos sociais com jovens que viviam na fronteira com o México.

O Padre J. Rahm, que chegou ao Brasil em 1965 e naturalizou-se brasileiro em 1986, fundou diversas obras aliando-se a outros religiosos. Disponível em: <http://padreharoldo.org.br/padre-haroldo/> Acesso em: 23 de agosto de 2019.

foi alterado o nome da entidade para Centro de Formação para um Mundo Melhor , sem que a sigla CEPROMM fosse modificada.

A *Casa da Criança Maria Luisa Hartzler*, tem sua criação atribuída à Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração. Após levantamento das necessidades do bairro Parque Montreal, feito pela Igreja Católica foi possível abrir esta unidade em 1997, com o objetivo de levar educação infantil em período integral para crianças de 3 a 6 anos. Segundo Projeto Pedagógico da unidade a maioria das famílias que frequentam a unidade se encontram em situação de vulnerabilidade social e são provenientes do terreno que ocupam próximo a intuição.

A *Associação do Pão dos Pobres de Santo Antônio* foi fundada em 1907, por um grupo de senhoras católicas, devotas de Santo Antonio, estas distribuíam pães nas escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas. A Associação adquiriu uma sede para realizar estas obras de caridade, passando em 1947 a acolher os necessitados, sendo que em 1980 passou a oferecer dentro sua grade de benemerência educação infantil para crianças de 3 a 6 anos, oferecendo cuidado àqueles cujas mães necessitavam trabalhar. Segundo Projeto Pedagógico da Unidade, a grande demanda de matrículas fez com que após apenas cinco anos após sua inauguração, a entidade alugasse outro espaço maior podendo assim aumentar capacidade de atendimento.

Inaugurada em 1984 a *Creche Menino Jesus de Praga*, no bairro Novo Cambuí, teve seu início quando os paroquianos do Santuário Menino Jesus de Praga começaram a se preocupar com a saúde e desenvolvimento das crianças, assim a entidade teve seu início atendendo cerca de vinte crianças de 3 meses a 3 anos de idade em período integral. Por 3 anos assim funcionou a entidade, quadro que foi modificado após reformas que ampliaram o número de tendimentos, podendo assim oferecer cada vez mais cuidados voltados à saúde, higiene e alimentação.

A criação da entidade *Associação Evangélica Assistencial* deu-se em 1986 com o objetivo de prestar ajuda aos moradores do bairro Vila Formosa, através de profissionais da saúde que ofereciam tratamentos odontológicos e distribuição de remédios. Quando a Associação percebeu a necessidade local dos moradores passou a oferecer educação infantil para as crianças da região conhecida como ‘comunidade abolição’, originários em sua maioria de Minas Gerais, seus moradores foram transferidos

para esta localidade pela Prefeitura, tendo assim direito às terras em que construíssem suas moradias.

Enquanto entidade, o *Centro de Formação Semente de Vida* inicia sua história com três senhoras do bairro Jardim Novo Flamboyant que se juntaram para acolher os filhos de suas vizinhas enquanto estas estavam no trabalho. Essa organização das amigas rapidamente ficaram famosas entre os pares e em pouco tempo já não conseguiam mais dar conta da demanda. Assim, as três procuraram ajuda com o Padre Júlio paróco da Paróquia São Pedro Apóstolo no bairro Novo Cambuí. O padre ao perceber a dificuldade no atendimento, precariedade de instalações e a procura crescente de mães, inicia uma rede de apoio à iniciativa, formado por um grupo de voluntários que conseguem um local provisório junto à Associação dos Moradores do Núcleo Residencial Novo Flamboyant. Como o número de matrículas não parava de crescer a entidade buscou apoio junto à Prefeitura de Campinas, conseguindo em 1996 com o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira um terreno cedido para construção de nova sede, com o terreno em mãos foi realizado um grande mutirão de construção para então nos anos 2000 ser inaugurado o prédio própria da entidade recém nomeada ‘Centro de Formação Semente da Vida’.

A *Associação Presbiteriana de Ação Social*, nasceu do desejo do pastor Jair de Castro Araújo e sua mulher Julia Nonato da Silva Araújo, que viam os templos das suas igrejas fechados de segunda a sexta-feira e pensaram em como eles poderiam ajudar a comunidade tendo este local disponível. Assim em 1998 no distrito de Souza iniciou-se o trabalho desta instituição que tem como objetivo cooperar com pais e com a sociedade no atendimento de crianças carentes. Em 2003 a Associação iniciou as atividades de sua segunda unidade no Jardim Paranapanema, região Sul de Campinas, a entidade destina seu atendimento à crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses.

Inaugurada em 1973 o Berçário e Creche de Nossa Senhora, ligada a Congregação Franciscana do Coração de Maria, que daria origem à *Fundação Irmã Ruth Maria Camargo Sampaio – FIRMACASA*, iniciando suas atividades no bairro chácara Boas Vista, tendo como sua mantenedora a Igreja Católica e doações recebidas. Com o falecimento de sua fundadora e Diretora Madre Ruth de Maria Camargo Sampaio a entidade foi entregue aos cuidados da Congregação das Irmãs de São Paulo de Chartres. A entidade, situada na região Norte de Campinas atende os bairros

circunvizinhos da Vila Nova Aparecida, sendo que o público da entidade é composto principalmente por crianças em situações de vulnerabilidade, vítimas de maus tratos e violência doméstica, e a grande maioria delas segundo levantamento realizado para compor o Projeto Pedagógico da Unidade vive sob a guarda de avós ou parentes mais próximos.

Outra entidade conveniada criada através de um grupo de amigos e cristãos é a *Creche Lar Ternura*, inaugurada em 1977, localizada no bairro Santa Cândida. Este grupo de amigos cristãos ao se depararem com a situação carente em que viviam as crianças filhas de prostitutas do bairro Jardim Itatinga sentiu que deveriam de alguma forma amenizar esta situação. Assim, objetivando acolher, amparar e educar crianças filhas de prostitutas, em processo de recuperação social. Passado apenas um ano de sua criação a entidade decidiu que deveria ampliar seu atendimento para quaisquer outras crianças em período integral de 0 a 5 anos e 11 meses.

A entidade Sociedade Feminina de Assistência à Infância mantenedora da *Creche Bento Quirino* assumiu em 1997 outra responsabilidade, inaugurando assim a unidade II-Jorge R Kanawaty, empresário que se sensibilizou com a situação encontrada no bairro Jardim Itatinga e disponibilizou um imóvel seu, que servia como casa de prostituição para, após reformas, funcionar a entidade e atender crianças de 2 a 11 anos, oferecendo educação infantil e educação complementar no período contrário àqueles que frequentavam escolas de ensino fundamental. No ano de 2016 a instituição passou a oferecer somente educação infantil para crianças de 2 anos a 5 anos e 11 meses.

Sob responsabilidade da Obra Social São João Bosco, que já desenvolvia ações educativas com crianças, jovens e adolescentes, fundou-se no centro da cidade o *Centro de Educação Infantil Dombosquinho* em 2008, para oferecer educação infantil para crianças de 3 anos a 5 anos e 11 meses em período integral. O desejo da Obra Social São João Bosco foi criar esta unidade para auxiliar as famílias que trabalham no comércio da região central de Campinas e em outras áreas mais distantes, precisando assim sair de casa muito cedo para chegar em seus locais de trabalho e não podendo deixar seus filhos nas creches dos bairros, principalmente devido a dificuldade de horário.

A entidade *Lar Sagrada Família*, funcionou durante anos como Lar da Estudante Sagrada família que oferecia para estudantes de diversas localidades,

complementação de seus estudos em nível superior. Porém, em 2008 a Associação das Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria remodelou a entidade, passando esta a oferecer somente educação infantil em período integral. A unidade localizada na região norte de Campinas é conveniada com a Prefeitura, que além de firmar o convenio, oferece ônibus que transporta as crianças de 3 a 5 anos e 11 meses de bairros vizinhos para a entidade, visto que no local onde está esta instalada não há demanda suficiente de matrículas.

Iniciado como um grupo de mulheres, na sua maioria professoras aposentadas orientadas pelo padre Haroldo inicia-se o *Grupo de Oração Esperança*, este grupo funda a Casa da Mãe Solteira, espaço que recebia mãe solteiras e menores grávidas que eram abandonadas ou expulsas de casa por suas famílias. Ali as grávidas eram amparadas, orientadas, alimentadas e recebiam abrigo até os bebês nascerem e completarem 3 meses de vida. Durante esta estadia era realizado todo um trabalho social, buscando oferecer uma recolocação profissional destas no mercado de trabalho para que assim elas pudessem se organizar e cuidar dessas crianças. Com o sucesso do trabalho desenvolvido na Casa da Mãe Solteira, o Grupo de Oração sentiu necessidade de criar um espaço que oferecesse cuidado à estas crianças enquanto suas mães saíssem para trabalhar. Assim o Grupo recorreu à freira Irmã Maria Antônia, responsável por dois orfanatos na cidade de Campinas que começou a acolher os filhos das mães assistidas pela Casa da Mãe Solteira. Após o falecimento da freira, o Grupo de Oração Esperança foi convidado a assumir os dois orfanatos cuidados até então pela freira, assim com o Grupo de Oração à frente houve a transformação dos orfanatos em creches, para atender não só os filhos da Casa da Mãe Solteira, mas também para demais crianças cujas mães trabalhassem fora e necessitassem de atendimento em período integral. Porém, com o passar dos anos as unidades procuraram ajuda da Associação Nazarena Assistencial – ANA, liderada pelo pastor da Igreja do Nazareno em Campinas, Aguiar Valvassoura, que já desenvolvia um projeto educacional na cidade, transferindo para ele a responsabilidade sobre estas duas unidades. Desta forma, em 2018 o Grupo de Oração Esperança, passou a ser administrado pela Associação Nazarena Assistencial dando continuidade no trabalho desenvolvido.

O *Serviço Social Nova Jerusalém* foi criado a partir de um grupo de pessoas sensibilizadas com a situação que se encontravam as crianças moradores do bairro Jardim Flamboyant, situações de pobreza, escassez de serviços e vulnerabilidade social.

De início estes se reuniam aos sábados em frente à Igreja Presbiteriana Nova Jerusalém para oferecer uma refeição, momentos de lazer e recreação às crianças do local. Após dois anos desse evento sendo realizado aos sábados pelo grupo, a entidade tomou forma dando início ao Centro Estudantil Assistencial Beneficente Nova Jerusalém, oferecendo educação infantil em período integral para crianças de 3 a 5 anos e 11 meses de segunda a sexta feira.

Algumas outras entidades que compõe a Rede Municipal de Educação Infantil foram criadas pela ação de filantropos religiosos, apesar de possuírem esta ligação religiosa destacaram-se na criação destas obras de benemerência, como é o caso da Sra. Ophelina Rabelo, praticante da doutrina espírita, que após receber uma significativa herança decidiu que a usaria para ajudar a manter a Casa da Criança Meimei, porém com orientação do Sr. Nestor fundador daquela Casa, ela fundou sua própria entidade em 1975, e a batizou de *Casa da Criança Vovô Nestor*. Localizada no Parque Itália, região Sul da cidade, destina atendimento em período integral a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de famílias provenientes principalmente do Jardim São Diego. Esse bairro se iniciou com o loteamento realizado pela COHAB – Companhia de Habitação, para abrigar famílias que ocupavam áreas de risco. As atendidas crianças são, pois, de média e baixa renda, em situação de vulnerabilidade social e em sua maioria criadas apenas pela mãe, provedora do lar, segundo Projeto Pedagógico da unidade.

O *Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação*, criado pela Madre Maria de Mesquita Sampaio em 1959, então diretora da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O objetivo de criação desta unidade era oferecer educação infantil, em um local seguro e agradável que as famílias pudessem confiar suas crianças quando saíssem para trabalhar. Esta entidade veio ao encontro das necessidades das famílias do bairro Jardim Ipaussurama, principalmente por conta de sua localização na região Noroeste de Campinas, região de grande extensão territorial e populacional, na contrapartida, região que recebia pouca atenção por parte da administração pública.

Outra entidade é a *Instituição Assistencial Dias da Cruz*, através de um grupo de amigos que se reuniam para prestar serviços aos necessitados. Essa instituição se tornou possível pelas mãos do espírita Dr. Wilson Ferreira de Mello em 1971, que criou a unidade para prestar assistência social e médica aos necessitados em geral. Porém após perceber que dentre todos os serviços o de maior necessidade dos moradores do Jardim

Eulina era com relação a um espaço em que pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhava assim a entidade muda o foco de atuação e passa a oferecer somente educação infantil para crianças de 03 a 6 anos.

Diversas outras unidades foram inauguradas através dos esforços dos movimentos sociais ou moradores, tais como: O *CEI Zoê Valente Bellocchio*, inaugurada no bairro Jardim Santo Expedito, foi construído procurando atender a demanda e reivindicações dos moradores do local, passando a atender crianças de quatro a seis anos;

Também no ano de 1976 é inaugurado o *CEI Benjamin Constant* situado no Jardim Pacaembu, bairro residencial, fruto de demandas da comunidade local, passando desde seu início de funcionamento em setembro daquele ano a atender as crianças em período integral. Também o *CEI Gasparzinho*, inaugurado no de 1979, no Jardim Florence. A escola passou a funcionar após reivindicações dos moradores locais, com duas turmas, uma em cada período e em local alugado, onde todos os insumos para seu funcionamento eram obtidos através de doações e ajudas comunitárias. Após anos de seu funcionamento e recorrentes atritos entre Prefeitura Municipal e os proprietários do imóvel, a escola mudou de endereço, quando em 1993 seria providenciada a construção de prédio próprio para a unidade.

Constam ainda como fruto de reivindicações de movimentos sociais, a criação do *CEI Jardim Amapat*, que após muita pressão junto à administração municipal, esta cedeu e abriu e uma unidade no Parque Tropical no prédio próprio da Associação de Moradores do Bairro, passando a prefeitura a oferecer este serviço essencial para a população, assumindo todos os custos e responsabilidades pelo seu funcionamento. A escola que deveria usar o prédio de forma temporária funciona ainda hoje mesmo local. Da mesma forma com o *CEI Lídia Bencardini Maselli*, construído em terreno doado à Prefeitura no Jardim Capivari. Este bairro teve seu início nos anos 60, com as moradias que começaram a ser construídas nas proximidades da avenida Ruy Rodrigues, região Sudoeste da cidade. Estas moradias em sua maioria se configuraram como invasões nas glebas, que foram gradativamente crescendo sem um planejamento urbano adequado. Todas as conquistas de infraestrutura do bairro foram conseguidas através de mobilizações e reivindicações dos moradores, inclusive a escola de educação infantil.

De semelhante modo o *CEI Maria Batrum Cury*, localizada na Vila Perseu Leite de Barros, Vila esta que passou a ser habitada em 1975 na gestão de Orestes Quércia quando da entrega das habitações construída pela Companhia de Habitação Popular (COHAB). O distanciamento da nova vila e a falta de estrutura no local, como asfalto, policiamento, saneamento básico, dentre outro, fizeram com que a localidade servisse de alvo à roubos e furtos. Diante deste cenário os moradores passaram a se unir para reivindicar as melhorias necessárias, fruto destas foi a construção deste CEI, num terreno utilizado pelo Movimento Unido do Bairro. De modo semelhante, também o *CEI Maria Odete de Souza Motta*, têm suas atividades provisoriamente em uma casa alugada que contava apenas com duas salas de aula por período. Mas, esta situação foi modificada com a construção do prédio próprio no terreno da Sociedade Amigos do Bairro, de frente à antiga casa alugada. O prédio seria entregue apenas em 1999, mas totalmente adequado e planejado para atender as demandas escolares.

O *CEI Casinha Feliz*, foi inaugurado em prédio da extinta Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Esmeraldina, para tanto foi necessária várias obras e adequações do local que atende hoje crianças de três a 6 anos.

O *CEI Maria Antonina Mendonça de Barros* localizada no bairro Jardim Santa Eudoxia, esta unidade é fruto das lutas e reivindicações da comunidade e das moradoras deste bairro e adjacências;

O *CEI Catarina Milani Manarini*, localizada nas dependências do antigo posto de saúde do Bairro São José, foi conquistado através das reivindicações e muita luta dos moradores e da Associação dos amigos do bairro. Inaugurada como um Centro Infantil, passou a atender crianças de zero a três anos, nas quatro salas de suas dependências;

O *CEI Esther Vianna* foi inaugurado na Vila Formosa, este bairro se formou a partir da favela Abolição. Com o passar dos anos os barracos de madeira deram lugar as casas de alvenaria, com saneamento básico e asfaltamento das principais vias. Com a inauguração da EMEF Júlio de Mésquita, primeira escola da localidade, os moradores passaram a se organizar para através da Associação de Bairro do São Vicente e da Vila Formosa reivindicar uma creche para atender aos filhos dos moradores. Através desta luta foi construída e inaugurada no ano de 1982 e passou inicialmente a atender crianças de zero a seis anos, subordinada à Secretária de Promoção Social;

Em 1982 pelo prefeito José Narssif Mokarzel tem-se a seguir a inauguração do *CEI Dr. Roberto Telles Sampaio* localizado no Jardim São Marcos. Segundo relato histórico constante no Projeto Pedagógico da unidade este foi conquistado após anos de lutas orquestrada pelo Conselho de Bairro dos Bairros Santa Mônica e São Marcos. Este Centro Infantil quando da sua inauguração passou a atender 180 crianças em período integral, em idades de zero a seis anos, de segunda a sábado. Ainda segundo o mesmo documento, a demanda crescente de crianças na localidade fez com que a Prefeitura providenciasse uma casa alugada nas proximidades para atender 120 crianças de quatro a seis anos. Esta unidade funcionou conjuntamente com o Centro Infantil até o ano de 2012, quando devido a sua precaridade foi desativado deixando as famílias do local desamparadas.

O *CEI Francisco Xavier Sigríst*, localizado no Jardim Fernanda. Inaugurado como Centro Infantil passou a atender crianças de zero a três anos, como subordinado à Secretaria de Promoção a unidade possuía uma administradora que era responsável pela unidade. Quando da inauguração, o Jardim Fernanda era cercado de plantações de tomates e pastos, não haviam ocupações irregulares e todas as crianças atendidas eram moradoras do jardim Fernanda. Com o crescimento do bairro a creche precisou ser reformada e com o auxílio da Associação dos Moradores do Bairro e do vereador Lino Sigríst é que isto se tornou possível;

O *CEI Aurora Santoro* localizado no Jardim Ipaussurama, foi conquista das lutas dos moradores locais representado na figura do presidente da comunidade de bairro;

O *CEI Guilherme de Almeida* foi construído e doado à Prefeitura pelos moradores do condomínio Country Ville para atender crianças de três a seis anos do Jardim Aerocontinental. A Prefeitura iniciou o atendimento mesmo com local ainda não estando adequado, pois não possuía alambrados, nem parque e refeitório, mas com o apoio da comunidade local funcionou assim por dois anos. Com o passar dos anos diversas reformas e melhorias foram feitas no local, contando sempre com apoio dos pais e moradores;

O *CEI Pinóquio* inaugurado no Parque São Jorge é fruto das reivindicações do Parque Fazendinha e Parque São Jorge que diante do crescimento populacional clamava por um espaço em que pudessem confiar seus filhos. Diante desta situação a Prefeitura

Municipal cedeu o terreno e os materiais necessários para a construção e os pais, em mutirão construíram não só o CEI Pinóquio, mas também o *CEI Reino Encantado*;

O *CEI Raio de Sol* é localizado no DIC I – Conjunto Habitacional Monsenhor Luiz Fernando Abreu. Este bairro tem a sua origem nos anos 80, quando da construção de casas populares e apartamento financiados pela Companhia de Habitação – COHAB. Inicialmente este não possuía nenhuma infraestrutura, nem comércios, escolas, hospitais e tudo era muito difícil e distante do centro da cidade, principalmente pois as linhas de ônibus eram insuficientes para atender a demanda. Assim a comunidade local passou a se organizar e montar uma escolinha no bairro, em condições precárias e local inapropriado. A escola assim funcionou, até que a prefeitura cedeu terreno, projeto com a planta e materiais, e os pais se reuniam aos finais de semana para construir a unidade, assim foi feito até chegar no telhado, quando a Prefeitura assume e finaliza a construção, assim em 1986 é inaugurada esta unidade;

O *CEI Maria de Lourdes Dória Passos* localizado no Jardim Maracanã, região Nordeste de Campinas. Esta localidade muito afastada do centro da cidade era antigamente um brejo, que nos anos 80 foi utilizado pelo governo estadual para construir uma escola de primeiro grau, porém, devido a sua localidade e problemas na construção, havia muitas infiltrações de água, portanto a escola nunca funcionou. Inconformados com a situação os moradores passaram a se mobilizar e o prédio foi entregue à Prefeitura, que o reformou e através da Secretaria de Promoção Social inaugurou mais um Centro de Educação Infantil no local;

CEI Léa Strachman Duchovni, localizado no Jardim Santa Rosa só foi possível através da iniciativa da Associação dos moradores de bairro que por anos reivindicou atendimento em creche e pré-escola para as autoridades competentes. De acordo com relatos constante no documento supracitado, a Prefeitura só faria a construção destas unidades caso houvessem mais de setenta e cinco crianças a serem matriculadas, diante deste quadro o pessoal da associação saiu de porta em porta na comunidade levantando dados para que a Prefeitura efetivasse esta promessa. Com dados em mãos, o prefeito José Magalhães Teizeira recebeu o grupo de representantes da associação e iniciou-se a construção;

O *CEI Reino Encantado* localizado no bairro Parque Fazendinha foi a primeira instituição de educação infantil a ser construída no local, como os moradores

demandavam muito por este atendimento, estes juntamente com o presidente do bairro clamavam às autoridades para que providências fossem tomadas, assim inicialmente as crianças passaram a ser atendidas no salão da Igreja do bairro, mas com todos os insumos e professoras provenientes da prefeitura. Enquanto esta situação provisória se arrastava a comunidade começou a construir sede própria em regime de mutirão, sendo entregue após terminado o prédio à administração da Prefeitura;

O CEI Professora Helena Novaes Rodrigues localizado no Jardim Vista Alegre é construído diante da necessidade local de mais escolas na região Sudoeste, tendo em vista principalmente o grande percentual de aumento populacional no bairro e adjacências. Todos os moradores do bairro e vizinhanças só contavam com a unidade Haydeé Maria Pupo Novaes, que não conseguia atender a toda demanda existente, diante desse problema, os moradores se organizaram e passaram a cobrar dos órgãos públicos responsáveis. Assim com a inauguração desta unidade, passam a ser criadas mais quatro salas de aula para atender crianças de três a seis anos em período integral;

O CEI Pezinhos Descalços localizado no Jardim Carlos Lourenço teve seu funcionamento inicial na sede da Associação de Moradores do Bairro para crianças de quatro a seis anos, em instalações adaptadas, situação precária, dependente de doações e voluntariados que se aventuravam pelas ruas de terra do bairro novo e com muitas habitações ainda em construção;

O CEI Aparecida Cassiolato localizado no Jardim Santa Mônica, foi construída pelas mãos da comunidade em terreno doado pela freira que nomeou a escola, finalizada a construção a Prefeitura assume a responsabilidade pela unidade e passou a atender nas suas seis salas, crianças de zero a sete anos. A clientela atendida pela unidade era proveniente em sua maioria de comunidades carentes próximas, como a favela Dezessete e o Agreste;

O CEI Papai Noel no Parque Santa Bárbara, unidade foi conquistada fruto de reivindicações dos moradores e da Associação de Amigos do Bairro que lutaram por uma escola no local. A escola inicialmente passou a funcionar no salão da Associação de Amigos de Bairro, somente após anos que a sede própria da unidade seria construída.

CEI Brígida Chinágli Costa, o Centro Infantil inicialmente chamado Mine Creche do Paranapanema funcionava dentro do Centro Comunitário, um barracão que foi construído para dar assistência a toda à comunidade local. No dia 08 de

novembro de 1989, com a presença das mães, funcionários, comunidade, administrador da AR 10, da orientadora pedagógica, da assistente social e do Secretário da Educação Prof. Newton Antônio Pauciuli Bryan, foi realizada a 1ª Reunião Oficial e a pauta era a construção da nova Creche e a apresentação da nova administradora que aposentou-se na unidade em 2012. Ao tomar ciência da precariedade do Barracão para atender as crianças, o Secretário da Educação prometeu a todos os presentes na reunião, a construção de uma nova creche e pediu a mobilização da comunidade, junto à prefeitura para a realização deste projeto.

CEI ESTRELINHA, em 1991 a presidente de bairro do DIC VI fez um levantamento junto à comunidade e verificou que a prioridade naquele momento era uma Escola de Educação Infantil. Porém não havia local disponível construir esta escola. Então foi feita uma doação de um protótipo de apartamento da Companhia Metropolitana de Habitação - COHAB que seria usado provisoriamente por três meses, mas este local acabou funcionando durante seis anos. No dia 08 de setembro de 1991 a agente de apoio da Fundação Municipal de Educação Comunitária - FUMEC Sônia Viana dos Santos, que foi transferida da EMEI Ping Pong para a EMEI do DIC VI, aliou-se a presidente de bairro e juntas foram atrás das crianças do entorno que possuíssem seis anos completos. Elas providenciaram mobiliário para a sala de aula e utensílios para a cozinha. Então, após este breve histórico, a escola foi inaugurada em 18/09/1991, com cinquenta crianças, sendo vinte e cinco por período, e no ano seguinte foi escolhido o atual nome – ESTRELINHA - através de votação feita com as crianças da escola. Com o crescimento da demanda, houve necessidade de uma escola maior e melhor estruturada. Foi preciso muita luta para a construção da nova unidade. A comunidade junto com a escola se esforçou muito e isso só aconteceu no início de 1997, quando o prédio foi construído e começou a funcionar em junho do mesmo ano, sem energia elétrica. No prédio antigo, onde tudo começou, hoje funcionam a Biblioteca e a secretaria da escola. Ele é ligado ao novo através de um toldo instalado em 2005.

O *CEI Professor Octávio César Borghi*, Sobre o histórico da unidade educacional não dispomos de qualquer informação institucionalizada. Alguns relatos são apresentados a partir da história de vida de três monitoras que está há pelo menos 15 anos nesta unidade educacional e são moradoras do bairro. Elas

contam que a creche foi uma demanda dos moradores que foram retirados da área de risco (Jardim Moscou). Ao lado da nossa escola anteriormente ficava a escola E.E. Hugo Penteado que por volta de 1998 pegou fogo. Como o terreno era da prefeitura a escola foi reconstruída no Parque Floresta. E ao lado escola foi construída a CEMEI Prof.^a Idalina Caldeira de Souza Pereira.

A escola infantil *CEI Adão Emiliano* localiza-se no Parque Cidade Campinas, na Avenida Armando Antônio D'Ottaviano. Pertencente ao Distrito de Nova Aparecida, Região Norte da cidade de Campinas e próximo ao município de Sumaré. A escola infantil nasceu devido à grande necessidade das mães trabalhadoras que ajudavam no sustento familiar, sendo delas, muitas vezes, a principal renda. Consta nos registros do surgimento que os primeiros tijolos foram assentados em dezoito de setembro de mil novecentos e oitenta e seis. Os materiais para construção da creche foram adquiridos através de mutirões dos moradores engajados neste trabalho e o Projeto Rondon, plano criado pelo governo militar, que levava estudantes universitários a regiões carentes do país; além da ajuda financeira para compra dos materiais necessários vinda dos militares. A mão de obra sempre esteve a cargo da Prefeitura Municipal de Campinas, tendo como sede a subprefeitura de Nova Aparecida. O Sr. Adão era o elo entre a comunidade e a Prefeitura. Segundo sua esposa, dona Albertina Emiliano, ainda viva e moradora da Vila San Martin, ele ia direto à prefeitura falar pessoalmente com o então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

O CEI foi inaugurado oficialmente em 20 de setembro de 1992 e recebeu o nome de "*Alexandre Sartori Faria*" em homenagem a um morador do distrito. De acordo com o relato de sua mãe, Alexandre foi um jovem muito querido pelo povo de Joaquim Egídio. Sempre participou da comunidade. Infelizmente, contraiu uma doença e após alguns anos veio a falecer. Nessa época, seu tio, Gilberto Valente fez a doação de um terreno, o que mobilizou a comunidade a solicitar ações do poder público para a construção da creche.

CEI "Presidente Campos Salles" através das reivindicações da Sociedade Amigos do Bairro foi realizado um pedido para a Assistência Social e na casa onde eram realizadas as reuniões da Sociedade fizeram uma reforma para comportar o

número de crianças que necessitavam de escola e estas salas atendiam em 3 períodos, crianças de 4, 5 e 6 anos.

CEI Carlos Drummond de Andrade criado a partir da organização de uma comissão de moradores para reivindicarem junto à Prefeitura, melhorias para o bairro e mediante um longo processo de discussões junto ao poder público local, houve um significativo avanço e melhorias nas condições de vida com várias benfeitorias. A partir daí, o bairro e seu entorno passou por um intenso processo de crescimento e a necessidade de fundação de escolas para atender ao público infantil representou uma das prioridades para os moradores. Inicialmente as crianças frequentavam salas de aula improvisadas que funcionavam no Clube do Japonês, instituição criada devido à vinda de imigrantes para a região de Campinas. Na década de 80, algumas mulheres sensibilizadas com a situação dessas famílias que necessitavam de apoio para a educação de seus filhos, organizaram uma sala de aula de educação infantil, que recebeu o nome de "Formiguinha Falante", na casa da moradora Vanda Regina Pereira Marin, e assim, iniciava-se ali o grande processo de criação do CEI Carlos Drummond de Andrade.

A Unidade *CEI Manoel Alves Silva* foi inaugurada na gestão do prefeito Jacó Bittar, o CEI foi conquista de Manoel Alves Silva, presidente da Associação de Amigos de Bairro e participou ativamente na luta pela conquista do espaço onde hoje se localiza a Unidade Educacional.

CEI Marilene Cabral no bairro DIC I fez parte das conquistas e lutas dos moradores.

CEI Parque Jambuí criado em 1993 foi fruto da mobilização dos moradores e da Associação do bairro pela necessidade em se ter uma escola de educação infantil. Ela começa a ser construída em 1990 e foi entregue em 1992 com 2 salas de aula, 01 refeitório, 01 banheiro infantil para meninos e 01 para meninas, 01 banheiro adulto para homem e 01 para mulher, 01 sala de Direção/secretaria, 01 cozinha e 01 vestiário para funcionários.

O CEI "*Professora Thérmutis Araújo Machado*" é uma escola que fica na Região Sudoeste de Campinas. Em 1980, o prefeito Francisco Amaral, pressionado pela Assembleia do Povo, através do movimento de luta pela moradia, iniciou o projeto do Distrito Industrial de Campinas (DIC) para atender à necessidade de

moradia dos trabalhadores de baixa renda na periferia de Campinas. O bairro DIC II, denominado Conjunto Habitacional Doutor Antônio Mendonça de Barros, recebeu seus primeiros moradores entre 1981/1982 sem nenhuma infraestrutura. Surge, então, um movimento dos moradores reivindicando asfalto, posto de saúde, escola e creche. A luta pela creche e pré-escola começou com um grupo de mulheres trabalhadoras que não tinha onde deixar seus filhos. O movimento conseguiu, provisoriamente, uma pré-escola que atendia crianças de 05 e 06 anos, na Associação dos Moradores do DIC II, enquanto aguardavam a construção da creche. O início desta construção deu-se em 1985, mas foi seguida de uma paralisação das obras por um longo período, sendo inaugurado somente em 04 de setembro de 1992, no governo do Prefeito Jacó Bittar (ato legal – autorização em 21/07/1994, publicação no DOE de 29/07/1994 e Ato de homologação do Plano de Curso: Portaria DRE N°58/94, publicado no DOE, em 29/07/94, seção I, página12).

A CEI Esperança Do Amanhã, a história da EMEI inicia-se em meados de 1987, quando quatro turmas, divididas em dois turnos, manhã e tarde, começaram a funcionar em um antigo e inadequado galpão que pertencia a Sociedade Amigos de Bairro, a aproximadamente quatro quadras de distância de onde hoje está instalada a atual EMEI.

CEI João Vialta surgiu com as pré-escolas “Os Pequeninos” e “Vale do Sol”. A unidade denominada “Os Pequeninos” funcionou a princípio na Sede social da Sociedade Amigos do Bairro do Novo Maracanã e posteriormente em um imóvel residencial alugado, visto que a Associação solicitara o espaço físico inicialmente cedido para a pré-escola de volta. Já a pré-escola “Vale do Sol” foi fundada e funcionou inicialmente em um barracão cedido por terceiros localizado ao lado da EEPSG Professor Carlos Alberto Galhiego, evidentemente que também não se tratava de uma estrutura adequada para o funcionamento de uma pré-escola. Os anos se passaram, as demandas se ampliaram e após muita organização e resistência da comunidade local fora apresentado um o projeto para a construção de um Centro de Educação Infantil na região do Jardim Metonópolis, bairro este localizado entre às duas pré-escolas. Desta forma, tal projeto visava unir ambas as unidades pré-escolares e assim o foi. Também, foi nesse momento que essa nova

Unidade que surge passou a serem gerida e dirigida pela Rede Municipal de Ensino de Campinas, desta forma os funcionários e professores passaram a ser concursados do serviço público municipal e o nome foi alterado para Escola Municipal de Educação Infantil “João Vialta”.

O CEI Maria Amélia Ramos Massucci foi inaugurado no mês de março de 1994 e está localizado à Rua Dr. Nélon D’ Otaviano, s/n no Bairro Parque Valença I, Região do Campo Grande. O prédio do CEI foi construído após constatação de necessidades da comunidade, devido ao aumento da demanda por vagas na Educação Infantil dos bairros Parque Valença I e II. Antes da inauguração deste CEI, as crianças eram encaminhadas às escolas do Jardim Florence e Ipaussurama, entre outras, ou então frequentavam uma sala da EMEF Padre Leão Valeriê, cedida para atender as crianças da então denominada “pré-escola”. Entretanto, quando a procura por vagas aumentou, a escola de Ensino Fundamental não pôde acolher a todos os alunos. Diante dessa situação, os moradores, através de protestos, reivindicações e abaixo-assinados organizados pela Associação de Bairro, conseguiram que a construção de uma nova Unidade fosse realizada pela Prefeitura Municipal de Campinas. Enquanto aguardava-se o término das obras, o salão comunitário da Associação de Moradores foi utilizado para o funcionamento de algumas classes.

O processo de criação do *CEI Amélio Rossin* começou com a mobilização de um grupo de mães do bairro Jardim Rossin, em 1984. Com o auxílio do Sr. Cícero José dos Santos – um dos primeiros moradores do bairro e presidente da comunidade – conseguiram a disponibilização de um espaço para que uma pequena creche começasse a funcionar, mantida com o trabalho voluntário de algumas mães. A partir dos esforços do Sr. Cícero, buscando ajudas e parcerias de órgãos públicos, a creche passou a funcionar no Centro Comunitário, localizado no salão da Igreja Nossa Senhora Aparecida. Durante seis anos a creche funcionou atendendo crianças de zero a cinco anos com duas professoras, e a noite havia o atendimento do antigo MOBREAL. Após outras reivindicações da comunidade, feitas ao então Prefeito Municipal de Campinas (Magalhães Teixeira) para obter melhorias na creche, foi conquistado um novo espaço; uma casa anteriormente utilizada para a educação de jovens e adultos (FUMEC).

Também eram utilizados dois cômodos dos fundos da casa do Sr. Amélio Rossin, que ficava em frente à creche.

A história do *CEI Cantinho Da Alegria* começa com o anseio da comunidade do bairro em oferecer um espaço para as crianças pequenas, pois o bairro era novo e somente com escolas do ensino fundamental. A comunidade se reunia para reivindicar melhorias, juntamente com o arquiteto Antônio da Costa Santos (O Toninho), figura ilustre de nossa cidade no cenário político que posteriormente se tornaria o prefeito da cidade. Foi iniciada a construção de um barracão para ser o ponto de encontro social, político e religioso para os moradores do bairro. Inicia-se então no barracão com a ajuda da comunidade, das professoras que moravam na região e com o gerenciamento do Departamento de Assistência Social da Prefeitura. No início tudo era improvisado, a merenda era feita com doações e bazares pelas famílias das crianças e moradores do bairro, de mobília somente bancos para as aprendizagens e merenda.

CEI Maria Da Glória Martins a construção da creche se deu através de vários movimentos e reuniões lideradas pelos Presidentes das Associações de Moradores dos Bairros Parque São Jorge, Parque Santa Bárbara e Parque Fazendinha. O nome Maria da Glória Martins foi escolhido em homenagem à moradora do Parque Santa Bárbara e então presidente da Sociedade de Amigos do Bairro. A construção foi realizada durante a administração do então Prefeito Senhor Edvaldo Orsi.

CEI Ruy De Almeida Barbosa, construído a partir da mobilização da comunidade, em busca da construção de uma instituição que pudesse atender às suas crianças pequenas. Nas proximidades, havia apenas um Núcleo Comunitário, que era bem pequeno, e atendia algumas crianças maiores, no contraturno das escolas de Ensino Fundamental. Existia um espaço público no bairro, e a comunidade buscava junto ao governo municipal as condições para que pudesse se iniciar a construção dessa instituição neste espaço. É inaugurada no ano de 1996 a instituição de educação infantil, sob o nome de CEI DR. RUY DE ALMEIDA BARBOSA, em homenagem a um importante médico na história da cidade de Campinas.

O prédio onde se encontra o *CEI Margarida Maria Alves* foi construído na época da regularização do bairro para ser um Centro Social. Alguns moradores fundaram uma Associação de Moradores da Associação do Parque Residencial Vila União e do Parque Tropical (que era muito pequeno e com poucas ruas). Na mesma localidade algumas mulheres criaram a Associação de Mulheres que era independente da Associação de Moradores, cuja intenção era que se criasse uma creche na região, pois a creche CAIC não atendia toda a demanda do bairro. Para lutar por tal construção, criou-se então uma Comissão de Mães. Em 03 de abril de 1998, a Comissão de Mães fez uma manifestação em frente ao Paço Municipal, pedindo a construção de mais uma creche para a comunidade da Vila União. O grupo pediu para usar o prédio onde funcionava o Centro Social. Na época, a Secretaria da Educação afirmou que não era necessária a construção de mais uma creche no bairro, pois não havia demanda suficiente. A Comissão de Mães fez, então, um levantamento no bairro e comprovou que a demanda era muito grande. Nesse meio tempo, o prédio do Centro Social era usado também para realização de bailes às sextas-feiras, sábados e domingos. Tal uso deixava os moradores muito desgostosos, porque os frequentadores dos bailes faziam muita bagunça e a música era num volume extremamente alto e incomodava a vizinhança. Em um dos sábados à noite, durante um dos "bailes", um morador do Jardim Ipaussurama foi morto. Foi uma violência grande. Diante do fato, o prefeito da época concordou com a Comissão de Mães e decidiu desapropriar o prédio em que funcionava o Centro Social e utilizar todo o terreno para a construção de uma creche, atendendo assim o pedido das mães.

O *CEI Mauro Marcondes* identifica-se como mais uma Unidade Educacional iniciada pela mobilização de moradores do bairro visando o auxílio uns dos outros nos cuidados de suas crianças, com a intenção que pais e mães pudessem, de maneira mais tranquila, concretizar suas inserções no mercado de trabalho. Ciente desta necessidade, em 1984, a então presidente da Sociedade dos Amigos de Bairro, junto à comunidade, passa a utilizar uma das casas, na ocasião não ocupada, como um espaço para acolher crianças de 0 a 6 anos, em período integral, enquanto seus pais saíam para trabalhar. Aos poucos esta casa ficava conhecida como a creche, onde se cuidava das crianças em um serviço voluntariado. Este

serviço estava sendo realizado até que a propriedade foi requerida, com a notícia de que não mais seria cedida à comunidade.

CEI PROF Luciene Ribeiro Vilela fundada em 1994 pelos moradores do bairro Campo Belo que tomaram a iniciativa de construir no local uma pequena escola com recursos próprios, pois o único lugar que recebia as crianças era a EMEI Sossego da Mamãe que funcionava numa casa doada por uma igreja local. Mas os moradores não foram bem sucedidos e somente após muita luta, no ano de 2001, na gestão da prefeita Izalene Tiene, que conseguiram a construção de uma escola denominada EMEI Campo Belo, composta por três salas de aula. No entanto, com o crescimento da população, tornou-se imperativo a construção de uma nova escola que atendesse a crescente demanda do bairro. Em 2011, foi aprovada a ampliação desta EMEI, mas devido a problemas estruturais houve a necessidade da demolição da escola antiga para a construção de um novo prédio. Durante o período de construção da nova escola as turmas que aqui funcionavam, como também seus funcionários, foram remanejados para duas outras escolas: EMEI Sossego da Mamãe, dirigida pela mesma equipe gestora da EMEI Campo Belo (CIMEI 4), onde duas turmas passaram a funcionar no refeitório e as outras quatro turmas foram remanejadas para uma sala na Nave Mãe Governador Leonel de Moura Brizola onde duas turmas dividiam a mesma sala.

O *CEI José Fidelis* recebeu este nome por escolha da comunidade em referência a um dos moradores fundadores do bairro Jardim Nova América e teve sua inauguração no dia 04 de outubro de 2002. Sr. José Fidelis junto à comunidade do Jardim Nova América atuou na luta por escolas no local.

O *CEI Criança Feliz* localizado no Jardim Cristina, próximo ao Terminal Ouro Verde, região sudoeste da cidade de Campinas, foi inaugurado no dia 5 de abril de 2003. Funciona em um espaço cedido por uma construtora, que foi utilizado como "stand" de vendas de apartamentos. Como a região apresentava grande demanda de vagas de Educação Infantil, a comunidade incluiu no Plano do Orçamento Participativo a proposta deste local ser uma creche. O pedido foi analisado e pelo tamanho reduzido decidiu-se por uma EMEI que atenderia crianças em período parcial. Os recursos da obra, para reforma e adaptação do prédio foram disponibilizados através do Orçamento Participativo, com acompanhamento da Coordenadoria de Arquitetura Escolar, da SME.

Assim foi inaugurada a EMEI Jardim Cristina, no dia 5 de abril de 2003, com a presença de representantes do poder público, da comunidade local e do Orçamento Participativo. Nesse mesmo ano foi realizada junto à comunidade, uma eleição para escolha do nome da escola que foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Campinas, através da Lei nº 12.000, publicada em 23 de junho de 2004, com o nome de EMEI CRIANÇA FELIZ.

O *CEI Corujinha* foi durante 23 (vinte e três) anos motivo de reivindicações dos moradores do Jardim Adhemar de Barros e adjacências, através da luta dos moradores e da Associação de Bairros, em prol a construção de creches, No Conselho do Orçamento Participativo a cidade deliberou pela construção de 8 (oito) creches, dentre outras obras. Nos debates das demandas dos bairros, os representantes foram insistentes e conseguiram trazer para o bairro a tão esperada construção da creche. Quanto ao nome da creche foi feito um abaixo assinado no qual os moradores indicaram nomes (Branca de Neve, Jacaré do Papo Amarelo e Corujinha) e na assembleia do dia 22/08/2003 decidiram pelo nome de CORUJINHA, que simboliza paciência, sabedoria e inteligência. Em 26 de novembro de 2003, foi publicada a Lei no. 11.776, ato legal de denominação. No dia 14 de março de 2004 foi inaugurado o “CEI CORUJINHA”.

A inauguração do *CEI Maria José Gonçalves* ocorreu em 15 de Agosto de 2004 fruto do clamor popular da comunidade para que houvesse uma unidade de educação infantil no bairro, atendendo as crianças e oferecendo um espaço educativo de qualidade. O CEI nasceu da luta de moradores do bairro e a grande mentora do movimento foi a Sra. Maria José Gonçalves, que buscou através dos movimentos sociais cobrarem dos poderes públicos que a região tivesse a infraestrutura necessária (água, luz, esgoto, asfalto, escola, creche, lazer etc.) para que a população tivesse condições dignas de viver.

CEI Vila Esperança encontra-se entre um canavial e o Jardim São Marcos, em área mais elevada. Na região mais baixa do bairro passa o Ribeirão Quilombo, o que representou na história do bairro o risco de alagamento sempre que ocorriam fortes chuvas. A necessidade de superar esse problema levou à reivindicação por melhores condições de moradia por parte dos moradores e ao surgimento formal da Vila Esperança com a construção de casas populares do tipo “embrião”, financiadas pela COHAB e Caixa Econômica Federal na segunda metade da

década de 1990. A formação do bairro com as novas casas reforçou a demanda por serviços públicos, entre eles, escolas. A sede da Associação de Moradores que existia na época foi identificada como um local possível e estruturada para atender crianças de 4 a 6 anos, sendo uma turma no período da manhã e outra no período da tarde. O prédio, que passou por ampliação e reforma para compor a atual estrutura física da escola, contava com uma sala de aula (onde hoje é o refeitório), cozinha, banheiros infantis e área externa. Em 2006 o CEI surge como EMEI Vila Esperança e em 2008, com a necessidade de mais vagas, dá-se início à ampliação da unidade, sendo inaugurada em 2009 como CEMEI Fernando Alpheo Miguel e com atendimento a todas as idades da Educação Infantil.

O *CEI “jardim Encantado”* nasceu das reivindicações e do esforço dos moradores do bairro Jardim Campos Elíseos e imediações, que lutavam juntamente com a Associação de Moradores e Amigos para a instalação de uma Unidade de educação infantil no bairro.

O *CEI Maria Beatriz Carvalho Moreira* foi construído na primeira administração do prefeito Francisco Amaral, após uma intensa luta das famílias da comunidade da Vila Georgina, que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. A construção teve início no ano de 1975 e permaneceu parada por cinco anos, sendo concluída e inaugurada no dia 02 de fevereiro de 1982.

CEI Arthur Bernardes, foi construído em 1976 na gestão de Lauro Péricles pela COHAB – Companhia de Habitação, responsável também por construir e entregar as habitações da Vila Costa e Silva onde a escola está inserida. Esta parceria COHAB – Prefeitura vem ao encontro dos anseios da população, uma vez que depois de finalizada a construção do prédio a prefeitura assumiu a gestão dessa unidade educacional. Assim também o *CEI Chapeuzinho Vermelho* inaugurado no Jardim Santa Rosa para crianças de três a seis anos, foi construído através de parceria com a Companhia de Habitação - COHAB e passou a funcionar inicialmente com doações da Igreja e dos moradores locais para posteriormente ser assumida pela Prefeitura de Campinas.

O *CEI Orlando Ferreira da Costa*, localizado no Jardim Santa Lúcia II, que teve seu início de funcionamento em uma casa alugada, só teve sua sede própria através de parceria firmada com a construtora Lix da Cunha. Assim também o *CEI Dona Júlia Santos Dias* localizado na Vila Miguel Vicente Cury foi inicialmente construído pelo

empresário Armindo Dias para atender os filhos de seus funcionários da antiga empresa Campineira de Alimentos. Após anos o empresário doou a construção para a Prefeitura Municipal de Campinas que o assumiu juntamente com a secretaria de Assistência Social.

O *CEI Professora Maria Hermínia Fernandes Magalhães* está localizado no Jardim Chapadão dentro da Vila Militar. O prédio cedido à prefeitura em 1976 funcionava anteriormente como clube dos sargentos do quartel, com a construção de nova sede, o prédio passou a servir de alojamento para posteriormente dar lugar a uma escola de educação infantil que pudesse atender principalmente os filhos dos militares e dos moradores dos bairros vizinhos. De início, além do espaço, todos os custos e demandas também eram de responsabilidade do exército, ficando a encargo da prefeitura somente as duas professoras, uma para cada período do dia, que ministravam aulas para crianças de cinco e seis anos, todo o resto era fruto de doações e voluntariado.

O *CEI Pequeno Príncipe*, localizado no Jardim Florence II, começou seu funcionamento em prédio cedido pela empresa Thermas Loteamento. Inicialmente a escola improvisada recebia alunos de pré, primeiro e segundo ano. Com a intervenção da Prefeitura foi construído prédio próprio possibilitando aumentar o número de atendimentos.

O *CEI Professora Leonor Motta Zuppi* foi fundado pela entidade Pró-Menor em uma casa alugada, no distrito de Barão Geraldo, objetivando atender crianças de zero a quatro anos de idade provenientes de famílias de baixa renda. Mesmo com a cessão em 1984 de um prédio da Prefeitura Municipal de Campinas à entidade Pró-Menor, não tinha mais condições financeiras de arcar com a unidade, passando assim em 1990 a Prefeitura a assumir todo o trabalho;

O *CEI Nair Valente da Cunha*, teve a construção do prédio sob responsabilidade da entidade 'Tudo é Brasil', após finalizada a construção foi doada à Prefeitura para ser inaugurada como um Centro Infantil, gerido pela Secretaria de Promoção Social, destinando seu atendimento à crianças de zero a cinco anos, havendo apenas uma professora na unidade, que lecionava para as crianças de quatro e cinco anos;

CEI Professora Hermínia Ricci foi fundada em 1975 para receber crianças entre 4 a 6 anos e surgiu como necessidade de atendimento à comunidade do seu

entorno, que veio para esta região após a construção do projeto de provimento de habitações para populações de baixa renda, financiadas pelo BNH – Banco Nacional de Habitação e projetados/construídos pela COHAB - Companhia de Habitação, entre 1973 e 1974. Está localizado na Vila Padre Manoel da Nóbrega, região que antes era uma fazenda transformou-se em vila e foi identificado à época de sua construção, como área de expansão urbana da cidade de Campinas, São Paulo. O projeto de casas e edifícios foi implementado na década de setenta, e buscando suprir a necessidade das famílias aumentarem sua renda, e também, com o engajamento das mulheres ao mercado de trabalho, surgiu um movimento da comunidade junto aos órgãos públicos para a construção de uma creche para as mães trabalhadoras.

CEI Marília Martorano Amaral foi fundada em 1975 para atender crianças até seis anos e surgiu como necessidade de atendimento à comunidade do seu entorno, que veio para esta região após a construção do projeto de provimento de habitações para populações de baixa renda financiadas pelo BNH – Banco Nacional de Habitação e projetados/construídos pela COHAB - Companhia Habitacional, entre 1973 e 1974. Está localizado na Vila Padre Manoel da Nóbrega, região identificada à época de sua construção, como área de expansão urbana da cidade de Campinas/SP. Seu surgimento está vinculado a Promoção Social à época. O que antes era uma fazenda transformou-se em Vila, que tem sua origem no projeto de casas populares, construídas pela COHAB/ Campinas.

CEI Vila Olímpia tem seu início junto com o Bairro Vila Olímpia, região Norte de Campinas, originou-se em 2005, com a entrega das casas da COHAB para a transferência das famílias que moravam em área de risco. O projeto inicial para a transferência da comunidade das áreas de risco (Favela Moscou, Boca do Sapo e Satélite Íris) previa uma estrutura institucional: CEI em período integral, Posto de Saúde e Ensino fundamental, porém na época só havia a nossa U.E de Educação Infantil.

De acordo com os Atos legais e portarias, o *CEI Maria Célia Pereira* foi fundada 1988 através de um convênio Unicamp/Prefeitura, localizada à Rua Carlos Chagas, 301, Campus Universitário Barão Geraldo. Somente em 01/05/2009, a escola foi desvinculada da Unicamp e em 2010 foi inaugurado a EMEI Maria Célia

Pereira – ocupando as instalações de uma antiga escola de ensino fundamental da rede municipal no endereço atual.

CEI Professor Zeferino Vaz- CAIC foi parte das políticas sociais da década de 90, que pretendiam integrar educação, saúde, assistência e promoção social para crianças e adolescentes. No âmbito dessas políticas, a construção dos CAICs ocorreria nas periferias dos maiores centros urbanos do país, e dependeria dos seguintes fatores: interesse da comunidade; existência de demanda efetiva para os serviços oferecidos pelo PRONAICA; disponibilidade de terrenos para a sua construção; capacidade do município de administrar e operar a Unidade de Serviços.

CEI Domingos Walter Schimidt A construção desta Unidade Escolar foi uma conquista no Orçamento Participativo no ano de 2004, esta esbarrou em uma série de entraves, que já começaram com a necessidade de localizar uma área grande para abrigar o projeto. Na época, o único local existente era uma praça do bairro, que precisou receber aprovação, primeiro da comunidade para ter sua destinação definida e, depois, de um projeto aprovado pela Câmara Municipal. Em julho de 2005 as obras foram concluídas e iniciou-se o atendimento às crianças.

O *CEI "Idalina Caldeira de Souza Pereira"* foi inaugurado no dia treze de dezembro de 2005, mas o início das atividades precedeu a data da inauguração: em três de novembro de 2005 o novo Centro de Educação Infantil recebia as crianças do Parque Floresta marcando uma nova oportunidade de educação para as famílias daquela região. A construção da unidade educacional teve início em abril de 2003 e a população aguardava ansiosamente o funcionamento da nova creche, que se apresentou como uma nova oportunidade no bairro tão carente de escolas. No novo prédio a movimentação de funcionários aguçou a expectativa dos moradores. A localização da escola compunha um conjunto de instituições públicas vistas no bairro como um ponto nobre, pois no mesmo quarteirão já havia um centro de saúde, outra escola infantil, a primeira do bairro, e um núcleo assistencial. O CEI tinha como proposta inicial, integrar um projeto da Secretaria Municipal de Educação denominado “A criança não pode esperar”. Tratava-se de uma iniciativa inovadora que envolvia a comunidade na organização do espaço formativo, marcada por uma educação democrática e participativa.

Inaugurado em 27 de julho de 2005, na Vila Padre Anchieta, o *CEI Joana Kallajian* Padre Anchieta foi construído com verba do Orçamento Participativo para atender o elevado índice de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, moradoras do bairro onde está localizada a escola e bairros adjacentes. Apesar de um número elevado de crianças na lista de espera dos outros dois Centros Municipais de Educação Infantil do bairro, CEMEI Padre Anchieta I e CEMEI Sônia Lenita Galdino, após inauguração, foi necessária ampla divulgação no bairro para que a Unidade, recém-inaugurada, começasse a atender as crianças no mês de Agosto.

Centro Municipal de Educação Infantil Deputado Federal João Herrmann Neto teve seu início junto a um programa do município chamado “Prefeitura Itinerante”. A ação pioneira na educação infantil fez o centro de educação receber de fato pela primeira vez às famílias da região que matricularam seus filhos para uma reunião, no dia 30 de junho, iniciando as aulas no dia seguinte. Sendo criado posteriormente, através do Decreto N° 17.308 DE 07 de abril de 2011 publicado em DOM em 08/04/2011.

O *CEI Anísio Spínola Teixeira* atende crianças provenientes do Jardim Fernanda I e II e de outros bairros de sua proximidade como Campituba, Cidade Singer, Campo Belo I, Campo Belo II, Vila Diva, Jardim Itaguaçu I, Jardim Itaguaçu II, Jardim Ipanema, Parque das Universidades, Jardim Columbia, Jardim São Jorge, Jardim Dom Gilberto, entre outros. No início do ano letivo de 2015 foi realizado um levantamento junto à comunidade escolar a respeito da primeira escola de Educação Infantil do bairro, que mais tarde foi substituída pela Nave Mãe Anísio Teixeira. Essa escola levou o nome de “Escola Municipal de Educação Infantil Cantinho da Felicidade” inaugurada em 1981. Era uma escola pequena, uma casa alugada pela Prefeitura de Campinas no Jardim Fernanda I, composta por apenas três salas, divididas em dois períodos: matutino e vespertino e atendiam cerca de 180 crianças sendo 90 em cada período, com a faixa etária entre 3 a 5 anos de idade. Posteriormente, no ano de 2000, foi doado um terreno pela Prefeitura no Jardim Fernanda II e como na época não foi liberada nenhuma verba para a construção da mesma, os familiares das crianças fizeram um mutirão para a construção da Unidade de Ensino que recebeu o nome de Cantinho da Felicidade.

O lar pequeno Paraíso teve seu início com o trabalho voluntário de Júlia de Jesus da Silva, que buscava oferecer atendimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do Jardim São Fernando. Após cinco anos do início de suas atividades, em 2005 a entidade alterou o público alvo a ser atendido, passando a oferecer somente educação infantil para crianças de 2 a 5 anos e 11 meses, sendo que em 2013 também houve alteração do local da sede da entidade, que passou para o bairro Jardim Guarani.

O Lar Campinense foi fundado em 13 de fevereiro de 1975, pela iniciativa do casal Iva Panacci de Almeida e José Roberto de Almeida (falecidos). Vó Iva, como era conhecida na casa, já ajudava em outra entidade no centro de Campinas nos anos 1960- Casa Vovó Isabel. Ao longo dos anos e de trabalho dedicado à Comunidade do Jardim Eulina, tendo funcionado como abrigo e assistência, o Lar Campinense, conseguiu junto à Prefeitura Municipal de Campinas, um terreno que é o atual local da unidade. Mais alguns anos de trabalho e o Lar Campinense transformaram-se em uma ONG que presta atendimento às crianças e adolescentes. O trabalho do Lar Campinense no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos familiares com cerca de 60 crianças e adolescentes, acontece a muitos anos, acolhendo os usuários em contra turno escolar. Em 14 de junho de 2018, após participação no chamamento público Edital 02/2018, o Lar Campinense estabeleceu o Termo de Colaboração nº 050/18, junto à Secretaria Municipal de Educação com o compromisso de oferecer atendimento educacional à faixa etária de Agrupamento AGIII.

O Centro Comunitário Abracesolidário teve sua origem a partir do Grupo Alphasolidário, composto de moradores do Alphaville, os quais se emanaram com o objetivo de desenvolver projetos sociais nos bairros que compõem o entorno do Condomínio Alphaville, na região leste. A sede contempla em um terreno de 19 mil metros quadrados, abriga um Centro Comunitário onde está construída uma creche- escola que atua em diversos projetos de valorização humana e cidadania, cumprindo papel de membro comprometido de uma sociedade organizada e principalmente preocupada com o futuro das crianças. Ideia do nome foi dada por Maria do Carmo Marangoni.

A *Creche Estrelinha Do Oriente*, uma Instituição que teve sua construção iniciada em 1994 por uma pessoa física ENCARNACION LAU popularmente conhecida como "Dona Helena", pessoa solidária e preocupada com o futuro das crianças e das famílias de baixa renda. Reuniu um grupo de amigos, pessoas físicas e voluntárias para construir e concluir o tão e desejado sonho, sonho este que demorou em média 08 anos para concluir. Desde o início contou com ajuda, doações, bazares, almoço beneficente, festas, etc... Fundada em 29/09/2002, é uma instituição não governamental (ONG) com finalidade estatutária atender a população de baixa renda que residam nas proximidades.

A *Fundação Gerações* foi criada em 12 de novembro de 1993, por iniciativa do Dr Oliveira Valim, na época vereador em Campinas, e contou com o apoio do rotariano Antônio Carlos Micolli. Sua criação teve como objetivo realizar um trabalho voltado para a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

A entidade foi fundada em 15/07/1970, pela senhora *LÉA STRACHMAM DUCHOVNI*, iniciando sua missão na área de assistência social e promoção da proteção e amparo às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. Acompanhando a demanda educacional da cidade de Campinas e necessidade de atendimento para Educação Infantil – em especial dos bairros próximos à localização da Unidade, a Instituição foi atendendo essa premência como creche, atendendo aos cuidados indispensáveis às crianças pequenas – pela alta vulnerabilidade da localidade e futuramente para que mães pudessem trabalhar.

Assim no ano de 2008 tem-se também a inauguração do *CEI Nave-Mãe Anísio Teixeira*, também na região sul da cidade, no bairro Jardim Fernanda II, próximo ao aeroporto de Viracopos. O bairro possuía uma unidade escolar de educação infantil intitulada Cantinho de Luz, mas que foi desativada devido a problemas estruturais, no local é construído esta Nave-Mãe, para 550 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. O contrato para gestão desta unidade no ano de 2019 está sob responsabilidade da Associação Movimento Educacional.

Assim no ano de 2008 foram inauguradas mais duas outras Naves Mães, *o CEI Nave-Mãe Prof. Darcy Ribeiro* no conjunto habitacional vida nova, e *o CEI Nave-Mãe*

Prof. Paulo Reglus Neves Freire no bairro Cidade Satélite Iris. O *CEI Nave-Mãe do bairro vida nova* oferece educação infantil para 550 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em período parcial para o agrupamento III, esta unidade é gerida no ano de 2019 pela Obra Social São João Bosco, que também possui entidade própria Pública Conveniada com Prefeitura, no centro da cidade o Centro de Educação Infantil Dom Bosquinho. E o *CEI Nave-Mãe Paulo Freire*, atende 474 crianças, nos agrupamento I e II, integral e agrupamento III, parcial. Neste ano de 2019 esta unidade é gerida pela Associação Movimento Educacional.

Assim, outras 24¹¹² Nave-Mãe foram inauguradas mantendo a política de construção destas unidades Pública Privadas, todas construídas baseadas em demandas do próprio poder público municipal.

O CEI Curumins tem aproximadamente vinte e seis anos de funcionamento e por isso se tornou uma referência para a comunidade no que diz respeito à Educação Infantil, que ao longo dos anos vem recebendo crianças das diferentes gerações, filhos daqueles que também foram atendidos aqui quando crianças. O prédio da primeira Unidade Educacional era de propriedade de um comerciante da região que mantinha aqui um depósito de material de construção. Inicialmente mantida pela FUMEC, até então alugado, quando passou a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Na ocasião fez-se uma permuta na qual a Prefeitura Municipal de Campinas troca outro terreno, oferecido ao proprietário, e este passa a ser prédio escolar. O nome da Unidade é resultado de uma pesquisa realizada com a comunidade, na qual os pais apontaram que as ruas do bairro possuem nomes indígenas e que “Curumins” seria um nome adequado para uma escola de educação infantil, já que a palavra “Curumins” significa “crianças”. No entanto, não encontramos nenhum registro sobre a data de sua inauguração. Ao longo dos anos, transformar um antigo depósito de material de construção em prédio escolar exigiu grandes adaptações para um aproveitamento dos espaços

¹¹² Cei Nave Mãe Min Gustavo Capanema; Cei Nave Mãe Prof.^a José Aristodemo Pinotti; Cei Nave Mãe Sen João De Medeiros Calmon; Cei Nave Mãe José Bonifácio Coutinho Nogueira; Cei Nave Mãe Milton Santos; Cei Nave Mãe Dra. Zilda Arns; Cei Nave Mãe Prof.^a Pierre Weil; Cei Nave Mãe Vандir Justino Da Costa Dias; Cei Nave Mãe Prof.^a Zeferino Vaz E O Cei Nave Mãe Antônio Vieira De Oliveira.

sempre procurando sanar as dificuldades encontradas. Tais adaptações eram um constante exercício, para melhor acolher as crianças, bem como toda comunidade educacional. Foram feitos reparos e melhorias regularmente com recursos próprios e com o Programa Conta Escola, mas nenhuma grande reforma estrutural.

A história do *CEI Recanto da Alegria* foi sendo constituída ao longo dos anos por diferentes sujeitos: profissionais, crianças, famílias e comunidades. Segundo depoimentos e fotos da época era um espaço muito bonito, arborizado, um bom lugar para brincar e descansar. Nesta chácara havia a casa sede, ladeada pela garagem e uma capela, uma casa de hóspedes, casas para empregados, um terreiro para secar café e ao lado, a tulha, tudo isso cercado por uma natureza exuberante. Essa estrutura física ainda existe, embora modificada pela ação do tempo e pelas reformas necessárias para atender às novas necessidades de uso. Em 1967 a chácara foi vendida pela família Arruda Camargo a novos proprietários e por ocasião do falecimento de um destes, a área da mesma foi novamente negociada passando a ser da Associação de Educação do Homem de Amanhã – Gardinha, que desenvolveu no local ação educativa e de profissionalização de adolescentes. Na gestão de Ruy Rodrigues passou a funcionar no local a Comunidade Infante Juvenil Ser Maior, destinada ao trabalho com adolescentes em regime de externato. Em agosto de 1985 a Gardinha construiu um barracão, no qual hoje funciona a escola e em 1986, por reivindicação da comunidade e com o Projeto Ser Maior, iniciou-se também o atendimento para crianças de 04 a 06 anos. Contudo, já em 1988, o trabalho da Comunidade Infante Juvenil Ser Maior foi transferido para outro local. Foi mantido um trabalho com crianças e adolescentes através de um Núcleo Social, bem como a creche, sob coordenação da secretaria de Promoção Social. O nome da escola foi escolhido em uma reunião com pais e neste mesmo período os terrenos à margem da Rodovia D. Pedro começaram a ser invadidos, dando origem ao novo bairro hoje denominado Gênesis.

O CEI Apóstolo Paulo está localizado na Rua Pacaembu, nº 992, região sudoeste da cidade de Campinas, no bairro Parque São Paulo, CEP 13090-150, Campinas/SP, com acesso pela Avenida das Amoreiras ou Rodovia Santos

Dumont. Esta Unidade iniciou suas atividades no dia 01 de fevereiro de 1992. É constituído por uma sala de atividade, parque, um refeitório, dois banheiros para as crianças e dois banheiros para adultos (feminino e masculino), uma cozinha e uma sala pequena para atendimento aos pais que também funciona como secretaria/diretoria.

Em 1994 esta unidade de Educação Infantil foi inaugurada sob a denominação “*Centro Municipal de Educação Infantil Jardim Maria Rosa*”, possuindo a seguinte infraestrutura: 6 salas para atendimento às crianças; um refeitório; uma cozinha para preparo de refeições das crianças; um pátio coberto; um jardim de inverno; um parque com balanço, escorregador, gira-gira e brinquedo de escalada com argolas e barras; dois banheiros para uso das crianças; uma sala de direção; uma biblioteca; um almoxarifado; uma lavanderia; uma cozinha para uso dos adultos; três banheiros para uso dos adultos, sendo um externo e um jardim frontal. Não há registros de lutas e reivindicações, mas antigos funcionários relatavam que, naquela época, essa creche foi uma grande conquista para as famílias da região.

CEI Carrossel iniciou na Igreja Nossa Senhora dos Pobres, paralela a Rodovia Anhanguera. Antes da atual denominação, foi chamada “Pré-escola Pedacinho do Céu” e depois “Pré-Escola Pica-Pau Amarelo”. Na década de 1990 a CEI Carrossel funcionava no salão da Igreja Católica do bairro Cidade Jardim, depois foi para uma casa situada na Rua Exp. Ermelindo A. P. Marangoni, na Vila Pompéia, enquanto era construída a escola atual. Em outubro de 1996, foi inaugurado o CEI Carrossel.

CEI Professora Gessy Gabriel Martins de Camargo: A história desta Unidade Escolar não é muito conhecida pela maioria dos atuais funcionários. Inicialmente, chamava-se Berçário Lua de Papel. Em 07 de outubro de 2008, através da Lei nº 13.435, de autoria do vereador Artur Orsi, a unidade recebeu nova denominação- CEMEI Professora Gessy Gabriel Martins de Camargo. O nome foi escolhido em homenagem a uma ilustre professora de Campinas. Sabe-se, com certeza, que a escola foi fundada para suprir a demanda de atendimento das crianças de 0 a 3 anos na região central de Campinas. No início, o atendimento era só para os filhos de funcionários da Prefeitura que trabalhavam no Paço Municipal.

Seu primeiro local de funcionamento foi um casarão localizado na Rua Sacramento, nº449, centro, em frente à escola SENAC. Posteriormente, foi transferida para a Rua Dr. Libâneo atrás da CPFL. Por volta de 1996/97 foi construída sua sede atual, ao lado do CEI Dr. Perseu Leite de Barros e da Igreja São Paulo Apóstolo, à Rua Coelho Neto, num terreno de uma praça pública. Algumas monitoras trabalham nesta escola desde o início de seu funcionamento, ainda na Rua Sacramento.

CEI Sossego da mamãe está localizado nesse endereço há aproximadamente vinte anos, num prédio cedido à Prefeitura Municipal de Campinas por uma entidade religiosa, segundo informações de antigos funcionários e moradores das redondezas. Na unidade não são encontrados registros oficiais sobre sua fundação.

APÊNDICE II

Nome Da Escola	Bairro	Ano De Fundação	Prefeito/Partido	Pública Municipal Pública Privada Pública Conveniada	Nº Professores	Nº Funcionários	Número Alunos Atendidos
11019 - SOC FEM DE ASSIST A INF CRECHE B QUIRINO UNI 1	CENTRO	1914	HEITOR TEIXEIRA PENTEADO/PRP	PÚBLICA CONVENIADA	8	33	251
11035 - INSTITUTO DOM NERY	TAQUARAL	1933	Alberto de Cerqueira Lima/PSD	PÚBLICA CONVENIADA	7	29	180
11036 - INSTITUTO POPULAR HUMBERTO DE CAMPOS	CENTRO	1938	JOÃO ALVES DOS SANTOS/PSD	PÚBLICA CONVENIADA	3	9	90
E0180 - CEI CELISA CARDOSO DO AMARAL	VILA INDUSTRIAL	1942	LAFAYETTE ÁLVARO DE SOUZA CAMARGO/PP	PÚBLICA MUNICIPAL	9	25	202
E0260 - CEI DR PERSEU LEITE DE BARROS	CENTRO	1951	MIGUEL VICENTE CURY/PSP	PÚBLICA MUNICIPAL	11	34	106
11010 - CASA DA CRIANÇA DE SOUSAS	JARDIM MARTINELLI	1956	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA CONVENIADA	4	28	100
11011 - CASA DA CRIANÇA MADRE ANASTÁCIA CONG. FILHAS DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO	VIDA NOVA	1956	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA CONVENIADA	7	32	296
11037 - LAR ESCOLA JESUS DE NAZARÉ	JARDIM BELA VISTA	1956	RUY HELLMEISTER	PÚBLICA CONVENIADA	4	18	100

			NOVAES/PSB				
11040 - CIMA - CRECHE IRMÃ MARIA ÂNGELA	VILA GEORGINA	1957	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA CONVENIADA	7	28	182
E0182 - CEI PROF CARLOS ZINK	JD. SÃO BERNARDO	1958	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	12	28	197
E0183 - CEI PROF HILARIO PEREIRA MAGRO JUNIOR	VILA MARIETA	1958	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	42	339
E0261 - CEI PFTO LAFAYETTE ALVARO DE SOUZA CAMARGO	CAMBUI	1958	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	8	29	148
E0130 - CEI DR MARIO GATTI	VILA NOVA	1958	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	24	114
E0263 - CEI PREF RAFAEL ANDRADE DUARTE	JARDIM BELO HORIZONTE	1958	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	30	144
11017 - CENTRO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	JARDIM IPAUSSURAMA	1959	JOSÉ NICOLAU LUDGERO MASELLI/PSD	PÚBLICA CONVENIADA	7	22	155
E0181 - CEI PREF JOSE PIRES NETO	JD PROENCA	1959	JOSÉ NICOLAU LUDGERO MASELLI/PSD	PÚBLICA MUNICIPAL	12	25	209
E0262 - CEI PROF JOSE VILLAGELIN NETO	NOVA CAMPINAS	1959	JOSÉ NICOLAU LUDGERO MASELLI/PSD	PÚBLICA MUNICIPAL	5	17	109
E0184 - CEI DR MANOEL AFFONSO FERREIRA	VILA INDUSTRIAL	1960	MIGUEL VICENTE CURY/PSP	PÚBLICA MUNICIPAL	11	25	185
E0126 - CEI CON MANOEL GARCIA	BONFIM	1960	MIGUEL VICENTE CURY/PSP	PÚBLICA MUNICIPAL	9	32	165

11013 - CASA DA CRIANÇA MEIMEI	JARDIM CHAPADAO	1964	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA CONVENIADA	11	52	264
E0264 - CEI PROFA ZULEIKA HELLMEISTER NOVAES	JARDIM ATIBAIA (SOUSAS)	1966	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	8	15	132
E0248 - CEI MARIA APARECIDA VILELA GOMES JULIO	JARDIM BOA ESPERANÇA	1968	RUY HELLMEISTER NOVAES/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	44	90
E0131 - CEI AGOSTINHO PATTARO	BARÃO GERALDO	1969	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	30	347
11029 - CRECHE MÃE LUIZA	VILA NOVA	1969	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	9	34	225
11031 - CRECHE TIA LÉA - GRUPO DAS SERVIDORAS LEA DUCHOVNI	JARDIM SÃO PEDRO	1970	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	5	16	80
E0168 - CEI MARIA DO CARMO ABREU SODRE	VILA RICA	1970	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	8	46	131
E0379 - CEI PRES CASTELO BRANCO	VL CASTELO BRANCO	1971	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	49	173
E0391 - CEI RECANTO DAS CRIANCAS	VL PRES CASTELO BRANCO	1971	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	10	117
11034 - INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL DIAS DA CRUZ - PINGO DE LUZ	JARDIM EULINA	1971	ORESTES QUÉRCIA/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	3	16	82
11032 - FIRMACASA - FUNDAÇÃO IRMÃ RUTH MARIA CAMARGO SAMPAIO CONG. FRANCISCANA DO CORAÇÃO DE MARIA	CH. BOA VISTA	1973	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	7	26	280
E0390 - CEI PROFA HERMÍNIA RICCI	VL PE MANOEL DA NOBREGA	1975	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	24	49	507
E0383 - CEI MARILIA MARTORANO AMARAL	VILA PADRE MANOEL DE NOBREGA	1975	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD	PÚBLICA MUNICIPAL	6	46	92

			B				
11014 - CASA DA CRIANÇA VOVÔ NESTOR	PARQUE ITÁLIA	1975	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	10	33	451
11057 - LAR CAMPINENSE	JARDIM EULINA	1975	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	3	13	100
E0265 - CEI PRES ARTHUR BERNARDES E	VILA COSTA E SILVA	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	17	83	367
E0132 - CEI BENJAMIN CONSTANT	JD PACAEMBU	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	11	26	234
E0127 - CEI PROFA MARIA HERMINIA FERNANDES MAGALHÃES	JARDIM CHAPADÃO	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	3	10	43
E0108 - CEI MARIA LAZARA DUARTE GONCALVES	R DR HERMANN DA CUNHA CANTO 293 - JD EULINA	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	8	48	139
E0125 - CEI REGENTE FEIJO	VILA BOA VISTA	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	14	38	235
11053 - INSTITUTO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA DO CARMO ARRUDA TOLEDO	VILA LEMOS	1976	LAURO PERICLES GONÇALVES/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	14	42	475
E0105 - CEI CHA IL SUN	VILA BOA VISTA	1977	LAURO	PÚBLICA MUNICIPAL	6	35	81

			PERICLES GONÇALVES/MD B				
E0266 - CEI PROFA NOEMIA CARDOSO ASBAHR	JD BOA ESPERANCA	1977	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	7	28	130
11028 - CRECHE MÃE CRISTINA	JD DAS OLIVEIRAS	1977	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	3	27	140
11039 - LAR TERNURA	SANTA CANDIDA	1977	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	4	16	90
E0165 - CEI LIONS CLUB CAMPINAS NORTE	VL LEMOS	1978	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	12	25	131
E0103 - CEI BETY PIERRO	CHACARA DO VOVO	1979	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	6	35	84
E0398 - CEI GASPARZINHO	JD FLORENCE I	1979	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	7	14	100
11027 - CRECHE SANTA RITA CÁSSIA (CPQ)	NOVA CAMPINAS	1979	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	5	23	150
11042 - SPES-SERVIÇO SOCIAL DA PAROQUIA SÃO PAULO APOSTOLO GRUPO QUE IA PAROQUIA	JARDIM SÃO MARCOS	1979	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA CONVENIADA	5	25	120
E0302 - CEI HAYDEE MARIA PUPO NOVAES	PARQUE UNIVERSITÁRIO DE VIRACOPOS	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	13	36	256
E0267 - CEI PROF HILTON FEDERICCI	VILA 31 DE MARÇO	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	11	60	252
E0247 - CEI ISAURA ROQUE QUERCIA	JARDIM BOA ESPERANCA	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	3	60	52
E0325 - CEI JARDIM AMAPAT	PARQUE TROPICAL	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	9	25	103
E0305 - CEI LIDIA BENCARDINI MASELLI	JARDIM CAPIVARI	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	21	67	312
E0307 - CEI MARIA BATRUM CURY	VILA PERSEU LEITE DE BARROS	1980	FRANCISCO AMARAL/MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	14	60	255

E0324 - CEI MARIA ODETE DE SOUZA MOTTA	JD MARCIA	1980	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	21	209
E0170 - CEI ZOE VALENTE BELLOCHIO	JD SANTO EXPEDITO	1980	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	13	44	192
E0197 - CEI CASINHA FELIZ	JD. ESMERALDINA	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	6	17	121
E0169 - CEI SAO FRANCISCO DE ASSIS	JARDIM ESMERALDINA	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	33	93
E0107 - CEI PROFA LEONOR MOTTA ZUPPI	STA GENEBRA II	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	4	38	92
E0166 - CEI MARIA ANTONINA MENDONÇA DE BARROS	JD SANTA EUDOXIA	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	58	209
E0111 - CEI SONIA LENITA GALDINO TORREZAN CAMARA	PQ ANCHIETA I	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	12	45	146
11009 - ASSOCIAÇÃO DO PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO - APPSA GRUPO SENHORAS	CENTRO	1981	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA CONVENIADA	7	33	190
E0104 - CEI BRASILIA BYNGTON EGIDIO MARTINS	VL PE ANCHIETA II	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	36	46
E0161 - CEI CATARINA MILANI MANARINI	JARDIM DAS BANDEIRAS	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	11	43	185
E0106 - CEI CHRISTIANO OSORIO DE OLIVEIRA	JD INDEPENDENCIA	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	49	138
E0162 - CEI DR EDUARDO PEREIRA DE ALMEIDA	NOVA EUROPA	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	69	204
E0163 - CEI ESTHER APARECIDA VIANNA	VILA FORMOSA	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	47	119
E0167 - CEI MARIA BEATRIZ CARVALHO MOREIRA	VL GEORGINA	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	19	69	314
E0311 - CEI NAIR VALENTE DA CUNHA	JD. SANTA LÚCIA	1982	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	56	235
E0110 - CEI DR ROBERTO TELLES SAMPAIO	JARDIM SAO MARCOS	1982	JOSÉ NASSIF MOKARZEL/ MD B	PÚBLICA MUNICIPAL	17	61	272

E0378 - CEI DR CLAUDIO DE SOUZA NOVAES	JD FLORENCE I	1983	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	8	44	127
E0174 - CEI FRANCISCO XAVIER SIGRIST	JARDIM FERNANDA	1983	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	6	15	102
E0171 - CEI ANNITA AFFONSO FERREIRA C	JD SAO JOSE II	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	17	62	385
E0376 - CEI AURORA SANTORO	JD IPAUSSURAMA	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	13	42	205
E0392 - CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	JD SANTA ROSA	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	6	14	118
E0320 - CEI GUILHERME DE ALMEIDA	JD AEROCONTINENTA L	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	14	33	188
E0309 - CEI MATILDE AZEVEDO EGÍDIO SETUBAL	JD NOVO CAMPOS ELISEOS	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	48	153
11030 - CRECHE MENINO JESUS DE PRAGA PAROQUIANOS	NOVO CAMBUI	1984	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA CONVENIADA	6	27	153
E0343 - CEI DO CIS DR TANCREDO NEVES	CAMPOS ELISEOS	1985	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	23	169
E0123 - CEI PINOQUIO	PQ SAO JORGE	1985	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	19	115
E0334 - CEI RAO DE SOL	DIC I	1986	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	14	97
E0382 - CEI MARIA DE LOURDES DORIA	JD MARACANA	1986	JOSÉ ROBERTO	PÚBLICA MUNICIPAL	6	28	80

PASSOS			MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB				
11003 - AEA - ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA ASSISTENCIAL	VILA FORMOSA	1986	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA CONVENIADA	3	14	97
E0129 - CEI BOLINHA DE MEL	JD EULINA	1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	22	142
E0380 - CEI LEA STRACHMAN DUCHOVNI	JD SANTA ROSA	1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	44	95
E0393 - CEI PEQUENO PRINCIPE	JD FLORENCE II	1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	6	15	100
E0121 - CEI REINO ENCANTADO	PQ FAZENDINHA	1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	8	29	139
E0330 - CEI SNOOPY	JD SANTA LETICIA	1987	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	15	100
E0338 - CEI PROFA HELENA NOVAES RODRIGUES E	AV SINIMBU SN - JD VISTA ALEGRE	1988	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	66	396
E0251 - CEI DONA JULIA DOS SANTOS DIAS	VILA MIGUEL VICENTE CURY	1988	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	52	204
E0312 - CEI ORLANDO FERREIRA DA COSTA	JARDIM SANTA LÚCIA II	1988	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	15	58	218
E0199 - CEI PEZINHOS DESCALCOS	JARDIM CARLOS LOURENÇO	1988	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	47	128
E0102 - CEI APARECIDA CASSIOLATO	JD SANTA MONICA	1989	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	11	58	183
E0124 - CEI PROF JORGE LEME	VL PE ANCHIETA	1989	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	15	53	240

E0120 - CEI PAPAÍ NOEL	PQ SANTA BARBARA	1989	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	5	17	96
E0328 - CEI CURUMINS	JD SHANGAI	1990	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	9	16	95
11025 - CRECHE GUSTAVO MARCONDES	JARDIM ATIBAIA	1990	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA CONVENIADA	3	17	90
E0173 - CEI BRIGIDA CHINAGLIA COSTA	JARDIM GUARANI	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	6	44	114
E0337 - CEI CRIANCA ESPERANCA	DIC V	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	9	17	91
E0331 - CEI ESTRELINHA	DIC VI	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	6	15	112
E0335 - CEI GENTE AMIGA	DIC IV	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	3	9	34
E0384 - CEI PROF OTAVIO CEZAR BORGHI	CONJUNTO HABIT. PQ. FLORESTA	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	11	37	247
E0272 - CEI RECANTO DA ALEGRIA	JARDIM NILÓPOLIS	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	8	30	133
E0336 - CEI SOL DO AMANHA	DIC IV	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	4	10	33
11041 - SERVIÇO SOCIAL NOVA JERUSALÉM	PAINEIRAS	1991	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA CONVENIADA	4	23	115
E0101 - CEI ADAO EMILIANO	PARQUE CIDADE CAMPINAS	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	10	24	116
E0252 - CEI ALEXANDRE SARTORI FARIA	VILA SÃO JOAQUIM	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	8	45	122
E0341 - CEI APOSTOLO PAULO	JARDIM ITATINGA	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	3	10	29
E0185 - CEI PRES CAMPOS SALLES	VL CAMPOS SALES	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	14	29	304
E0186 - CEI CARLOS DRUMMOND ANDRADE	JD NOVA MERCEDES	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	12	48	215
E0172 - CEI IRMA DULCE	JARDIM SÃO JOSÉ	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	11	45	214
E0396 - CEI PROFA ELSE FEIJÓ GOMES	PARQUE RESIDENCIAL CAMPINA GRA	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	10	39	258
E0306 - CEI DR MANOEL ALVES SILVA	DIC VI (CONJUNTO HABITACIONAL)	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	12	41	190
E0308 - CEI MARILENE CABRAL C	DIC I	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	22	79	455
E0188 - CEI PARQUE JAMBEIRO	PQ JAMBEIRO	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	8	17	133

E0313 - CEI PROFA THERMUTIS ARAUJO MACHADO C	DIC II	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA MUNICIPAL	25	89	471
11015 - CENTRO DE FORMAÇÃO SEMENTE DA VIDA	JARDIM NOVO FLAMBOYANT	1992	JACÓ BITTAR/PT	PÚBLICA CONVENIADA	6	26	149
E0128 - CEI ESPERANCA DO AMANHA	JD. SANTA MÔNICA	1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	9	18	69
E0394 - CEI JOAO VIALTA	JARDIM METONÓPOLIS	1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	12	22	248
E0193 - CEI VERDE E AMARELO	JARDIM SÃO DOMINGOS	1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	19	238
11004 - AMIC - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA - UNIDADE I - VILAGE	VILLAGE CAMPINAS	1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA CONVENIADA	10	40	305
11018 - CEPROMM - CENTRO DE PROMOÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR CONG. DO BOM PASTOR	JARDIM ITATINGA	1993	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA CONVENIADA	2	13	90
E0381 - CEI MARIA AMELIA RAMOS MASSUCCI	PARQUE VALENCA I	1994	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	16	58	270
E0340 - CEI DRA MARIA DE LOURDES CARDOSO DOS SANTOS	JARDIM SANTA TEREZINHA	1994	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	19	91
E0303 - CEI PROFA SONIA MARIA ALVES CASTRO PEREZ	JARDIM PARAÍSO DE VIRACOPOS	1994	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	50	141
E0250 - CEI SAO JOAO BATISTA	PQ. SÃO QUIRINO	1994	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	47	94
E0316 - CEI PROF ZEFERINO VAZ - CAIC	PARQUE RESIDENCIAL VILA UNIÃO	1995	JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA/PMDB	PÚBLICA MUNICIPAL	18	49	339

E0377 - CEI AMELIO ROSSIN	JARDIM ROSSIN	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	17	52	339
E0190 - CEI CANTINHO DA ALEGRIA	JD SÃO GABRIEL	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	19	115
E0194 - CEI CARROSSEL	CIDADE JARDIM	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	11	28	204
E0315 - CEI DULCINEIA REGINA BITTENCOURT ALVES	VIDA NOVA	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	11	55	291
E0277 - CEI MARCIA MARIA OTRANTO JORGE	JARDIM MYRIAN MOREIRA DA COSTA	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	6	16	74
E0113 - CEI MARIA DA GLORIA MARTINS	PQ. SÃO JORGE	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	34	82
E0385 - CEI DR RUY DE ALMEIDA BARBOSA	CONJUNTO HABITACIONAL PARQUE ITAJAÍ	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA MUNICIPAL	13	48	236
11033 - FUNDAÇÃO GERAÇÕES - UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADÉLIA ZORNIG	PARQUE VALENÇA II	1996	EDIVALDO ORSI/PSDB	PÚBLICA CONVENIADA	9	32	230
E0246 - CEI PROFA GESSY GABRIEL MARTINS DE CAMARGO	VILA ITAPURA	1997	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	5	39	84
E0208 - CEI RECANTO INFANTIL VILA RICA ALAÍDE LOURENÇO SANTIAGO	VL RICA	1997	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	23	150
11005 - AMIC - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA - UNIDADE II - MONTE CRI	JARDIM MONTE CRISTO	1997	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	15	74	508
11012 - CASA DA CRIANÇA MARIA LUIZA HARTZER	PARQUE MONTREAL	1997	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	7	21	180
11020 - SOC FEM DE ASSIST A INF UNID II JORGE R KANAWATY	JARDIM ITATINGA	1997	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	5	23	130
E0317 - CEI MARGARIDA MARIA ALVES	VL UNIAO	1998	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	10	45	211
11006 - APAS - ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA DE AÇÃO SOCIAL - UNIDADE I	SOUSAS	1998	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA CONVENIADA	4	19	114
E0310 - CEI MAURO MARCONDES	JD MAURO MARCONDES	1999	FRANCISCO AMARAL/MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	15	99

E0205 - CEI SOSSEGO DA MAMAE	JD CAMPO BELO	1999	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA MUNICIPAL	7	14	87
11021 - CRECHE CANTINHO DE LUZ	JARDIM SANTA EUDOXIA	1999	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA CONVENIADA	4	11	80
11048 - LAR PEQUENO PARAÍSO	JARDIM GUARANI	2000	FRANCISCO AMARAL/ MDB	PÚBLICA CONVENIADA	4	17	114
E0209 - CEI Prof. ^a LUCIANE RIBEIRO VILELA	JD CAMPO BELLO	2001	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	19	38	438
E0276 - CEI CARLOS GOMES	JARDIM MONTE BELO	2002	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	5	13	77
E0176 - CEI JOSE FIDELIS	JD NOVA AMERICA	2002	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	14	30	313
11024 - CRECHE ESTRELINHA DO ORIENTE	PARQUE VISTA ALEGRE	2002	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA CONVENIADA	12	42	317
E0345 - CEI CRIANÇA FELIZ	JARDIM CRISTINA	2003	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	7	13	100
11002 - ADA - ASSOCIAÇÃO DOUGLAS ANDREANI	JARDIM MONTE CRISTO/ PARQUE OZIEL	2003	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA CONVENIADA	20	60	592
11007 - APAS - ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA DE AÇÃO SOCIAL - UNIDADE II	JD PARANAPANEMA	2003	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA CONVENIADA	4	18	106
E0318 - CEI CORUJINHA	JARDIM ADHEMAR DE BARROS	2004	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	15	45	345
E0319 - CEI MARIA JOSÉ GONÇALVES	JARDIM AERONAVE DE VIRACOPOS	2004	IZALENE TIENE/ PT	PÚBLICA MUNICIPAL	17	55	343
E0114 - CEI DOMINGOS WALTER SCHIMIDT	VILA SAN MARTIN	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/ PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	12	50	297
E0387 - CEI IDALINA CALDEIRA SOUZA PEREIRA	PARQUE DA FLORESTA	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/ PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	11	55	204
E0115 - CEI IRMA JOANA KALLAJIAN	VILA PADRE ANCHIETA	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA	PÚBLICA MUNICIPAL	14	58	241

			SANTOS/PDT				
E0136 - CEI VILA OLÍMPIA	CONJUNTO HABITACIONAL RESIDENCIAL OLÍMPIA	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	4	17	74
11054 - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ABRACESOLIDARIO	JARDIM MIRIAN	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	18	66	492
11038 - GRUPO DE ORAÇÃO ESPERANÇA	BOTAFOGO	2005	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	3	11	78
E0388 - CEI CLÁUDIA MARIA LUZ XAVIER	CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE SÃO BENTO	2006	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	13	38	332
E0109 - CEI FERNANDO ALPHEO MIGUEL	VL ESPERANÇA	2006	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	13	42	184
E0116 - CEI JOÃO BATISTA FILHO	VILA BOA VISTA	2007	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	9	39	180
11049 - CENTRO EDUCACIONAL CORAÇÃO DE MARIA - CECOM CONG. DAS IRMÃS FRANCISCANAS	JARDIM SATÉLITE ÍRIS 1	2007	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	4	15	104
E0821 - CEI NAVE MÃE PROF ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA	JD. FERNANDA II	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Associação Movimento Educacional	9	45	538
E0823 - CEI NAVE MÃE GOVERNADOR LEONEL DE MOURA BRIZOLA	JARDIM MARISA	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Associação Movimento Educacional	9	46	520
E0863 - CEI NAVE MÃE PROF DARCY RIBEIRO CONG. SALESIANA	CONJUNTO HABITACIONAL VIDA NOVA	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Obra Social São João Bosco	16	65	474
E0884 - CEI NAVE MÃE PROF PAULO REGLUS	CIDADE SATELITE	2008	HÉLIO DE	PÚBLICA PRIVADA	16	43	502

NEVES FREIRE	IRIS II		OLIVEIRA SANTOS/PDT	Administrada pela Associação Movimento Educacional			
E0177 - CEI BENEMÉRITA SYLVIA MIRANDA DA CRUZ PASCHOAL	VILA PALMEIRAS I	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	15	55	314
11050 - CRECHE DOMBOSQUINHO CONG. SALESIANA	CENTRO	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	3	13	90
11052 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL LAR SAGRADA FAMILIA CONG. FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DO CORAÇÃO DE MARIA	JARDIM CHAPADAO	2008	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	8	29	150
E0864 - CEI NAVE MÃE MIN GUSTAVO CAPANEMA	DIC VI	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrado por Associação Educacional Brasileirinhos	17	59	517
E0804 - CEI NAVE MÃE PROF JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI	VILA RÉGGIO	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	17	59	452
E0865 - CEI NAVE MÃE SEN JOÃO DE MEDEIROS CALMON	PARQUE VISTA ALEGRE	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA ADMINISTRADA PELA Associação Nazarena Assistencial (ANA)	16	60	489
E0885 - CEI NAVE MÃE JOSÉ BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA	RESIDENCIAL COSMOS	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Caminho Feliz	10	37	560
E0389 - CEI DEP JOÃO HERRMANN NETO	CONJ HAB PQ ITAJAÍ	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	22	74	330
E0178 - CEI PROFA MARIA ISABEL BALTAR DA ROCHA RODRIGUES	JARDIM DO LAGO II	2009	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	18	62	359
E0868 - CEI NAVE MÃE MILTON SANTOS	JARDIM OURO PRETO	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	5	38	241
E0866 - CEI NAVE MÃE DRA ZILDA ARNS	PARQUE DAS	2010	HÉLIO DE	PÚBLICA PRIVADA	8	49	442

	INDÚSTRIAS		OLIVEIRA SANTOS/PDT	Administrada por Chance			
E0867 - CEI NAVE MÃE PROF PIERRE WEIL	JARDIM VISTA ALEGRE	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA ADMINISTRADA PELA Associação Nazarena Assistencial (ANA)	15	49	424
E0887 - CEI NAVE MÃE VANDIR JUSTINO DA COSTA DIAS	NOVO MUNDO	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	9	47	464
E0886 - CEI NAVE MÃE PROF ZEFERINO VAZ	JD. ALTO BELÉM	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Associação Educacional Brasileirinhos	19	62	498
E0326 - CEI JARDIM ENCANTADO	CAMPOS ELÍSEOS	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	11	35	174
E0133 - CEI MARIA CÉLIA PEREIRA	PARQUE CIDADE CAMPINAS	2010	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	12	57	231
E0803 - CEI NAVE MÃE ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA	PARQUE RESIDENCIAL SHALON	2011	HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	10	41	211
E0824 - CEI NAVE MÃE MAYARA MASSON CHRISTOFOLETTI	JARDIM DO LAGO II	2011	DEMÉTRIO VILAGRA/PT	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Associação Movimento Educacional	6	37	300
E0888 - CEI NAVE MÃE DOM EDWARD ROBINSON DE BARROS CAVALCANTI	CIDADE SATÉLITE ÍRIS	2012	PEDRO SERAFIM JÚNIOR/PDT	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Associação Evangélica Assistencial (AEA)	10	62	495
11055 - AMIC - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA UNIDADE III - CAMPO BELO	JD CAMPO BELO II	2012	PEDRO SERAFIM JUNIOR/PDT	PÚBLICA CONVENIADA	8	31	238
E0268 - CEI FADINHA AZUL	NÚCLEO RESIDENCIAL INDEPENDÊNCIA	2012	PEDRO SERAFIM JUNIOR/PDT	PÚBLICA MUNICIPAL	8	27	90
E0200 - CEI COMECINHO DE VIDA	VILA OROZIMBO MAIA	2013	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	13	28	328

11056 - CORRENTE DO BEM ESPAÇO INFANTIL	VILA BRANDINA	2013	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA CONVENIADA	1	12	50
E0397 - CEI SILVIA FERNANDA BONI	CHÁCARAS CRUZEIRO DO SUL	2013	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA MUNICIPAL	3	9	97
E0861 - CEI NAVE MÃE CÉLIA APARECIDA JORDÃO VELARDI GASPAR	RES. PORTO SEGURO	2015	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA ADMINISTRADA PELA Associação Nazarena Assistencial (ANA)	10	47	293
E0881 - CEI NAVE MÃE CONCEIÇÃO ANITA MENDES FERREIRO GIRONDO	JARDIM IBIRAPUERA	2015	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	10	43	228
E0801 - CEI NAVE MÃE GOVERNADOR EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS	VILA ESPERANÇA	2015	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	6	42	279
E0882 - CEI NAVE MÃE RUBEM ALVES	JARDIM CAMPOS ELÍSEOS	2015	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	4	41	235
E0883 - CEI NAVE MÃE PROFA ELENICE APARECIDA DE MORAES FERRARI	JARDIM BASSOLI	2015	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	5	40	250
E0802 - CEI NAVE MÃE PROFA AMÉLIA PIRES PALERMO	CONJUNTO HABITACIONAL EDIVALDO ANTÔNIO ORSI	2016	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	12	50	320
E0822 - CEI NAVE MÃE PFTO FRANCISCO AMARAL CONG. SALESIANA	GLEBA B	2016	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Obra Social São João Bosco	11	60	369
E0862 - CEI NAVE MÃE ROGÉRIO LEANDRO PORTELA SANTANA	SÃO JOSÉ	2016	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA ADMINISTRADA PELA Associação Nazarena Assistencial (ANA)	11	45	339
E0210 - CEI NAVE MÃE JOÃO BATISTA NARDI NETO	JARDIM STELLA	2017	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada pela Associação Movimento Educacional	3	11	176
E0805 - CEI NAVE MÃE CEI PARQUE DAS CONSTELAÇÕES	PARQUE DAS CONSTELAÇÕES	2018	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Chance	9	63	294
E0826 - CEI NAVE MÃE JARDIM ELDORADO Reverendo Dr. Bernhard Johnson Jr.	PARQUE ELDORADO	2018	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Associação	11	59	194

				Educacional Brasileirinhos			
E0825 - CEI NAVE MÃE PROFA MIDORI HAMAMOTO	VILA ABAETÉ	2018	JONAS DONIZETTE/PSB	PÚBLICA PRIVADA Administrada por Associação Educacional Brasileirinhos	12	62	286